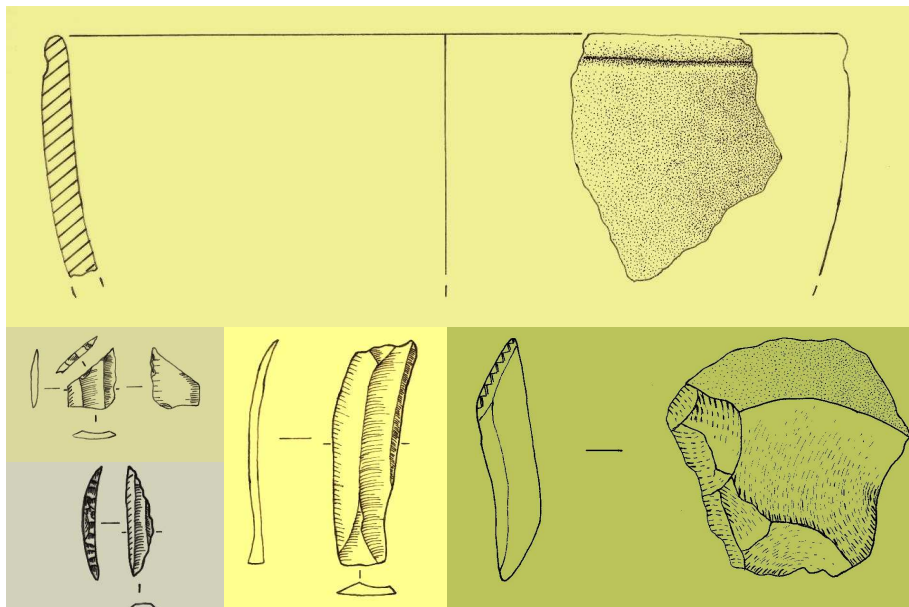


UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA



**MONTE DA FOZ 1 (BENAVENTE):
UM EPISÓDIO DA NEOLITIZAÇÃO
NA MARGEM ESQUERDA DO BAIXO TEJO**

Volume I



CÉSAR AUGUSTO PORTUGAL SOUSA CASTANHEIRA NEVES

MESTRADO EM ARQUEOLOGIA

2010

**UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**



**MONTE DA FOZ 1 (BENAVENTE):
UM EPISÓDIO DA NEOLITIZAÇÃO
NA MARGEM ESQUERDA DO BAIXO TEJO**

Volume I

CÉSAR AUGUSTO PORTUGAL SOUSA CASTANHEIRA NEVES

MESTRADO EM ARQUEOLOGIA

**DISSERTAÇÃO ORIENTADA PELA
PROFESSORA DOUTORA MARIANA DINIZ**

2010

Agradecimentos

A elaboração deste trabalho deve muito ao contributo e dedicação de diversas pessoas e instituições. Desta forma, cabe-me agradecer a quem teve um conjunto de acções que me permitiu ultrapassar os variados episódios de desmotivação, dúvida e indecisão.

Agradeço, em primeiro lugar, à Professora Doutora Mariana Diniz, enquanto orientadora científica, pelo rigor, sentido crítico e acompanhamento permanente do desenrolar desta caminhada. O constante apoio, disponibilidade e exigência de qualidade foram o melhor estímulo que eu podia desejar. De igual modo, agradeço-lhe as correcções, sugestões, cedência de bibliografia (alguma dela inédita e, outra, de difícil acesso, principalmente no período em que a futura Biblioteca do IGESPAR estava “empacotada” e sob ameaça de retorno à casa-mãe, o Instituto Arqueológico Alemão) e todos os debates, desde da “simples” (julgava eu!) apresentação visual do trabalho, às questões científicas do mesmo. Esta jornada, que se prolongou em demasia, só foi possível de concluir devido à disponibilização, sem reservas, do seu tempo, ultrapassando, generosamente, a função de orientador, entrando num campo de amizade que é difícil de retribuir e impossível de quantificar.

À Professora Doutora Ana Ramos Pereira e respectiva equipa do Geotarif Project, pela cedência de bibliografia sobre o Tejo e pela “apresentação” informal a um território em constante mutação, mas que ainda esconde, debaixo das suas areias e sobre as cascalheiras, vários capítulos determinantes do processo de Neolitização no actual espaço do território português.

Aos Leões de Portugal – Associação de Solidariedade Sportinguista, instituição de solidariedade dirigida a sócios do Sporting Clube de Portugal, agradeço as duas Bolsas de Estudo atribuídas, que se constituíram como um importante apoio financeiro, principalmente no pagamento das propinas que já não crescem lado a lado com o ordenado mínimo nacional.

Ao Gonçalo Lopes, agradeço as múltiplas conversas sobre a margem esquerda do Baixo Tejo, Salvaterra de Magos e Benavente. A sua convivência com esta paisagem foi determinante nas incursões pelas lezírias, onde também participou, na tentativa de captar trajectórias de exploração de matérias-primas. Como colega de Mestrado, agradeço-lhe, da mesma forma, o constante incentivo e compreensão das dificuldades

que também lhe são comuns, com o desejo recíproco de nos vermos, finalmente, a concluir esta viagem.

Ao Joaquim Pinhão, pelo tratamento do levantamento topográfico da intervenção arqueológica, disponibilizando-o para software passível de ser utilizado e manipulado por leigos.

Agradeço à Filipa Rodrigues, pelo papel importante que deteve nas primeiras leituras e avaliação sobre o Monte da Foz 1. O facto de ter co-dirigido comigo a intervenção arqueológica fez com que acompanhasse, com especial atenção e preocupação, a evolução deste trabalho.

Aos amigos e colegas em quem reconheço a sua amizade e incentivo permanente. A todos os que me ouviram, vezes sem conta, mesmo sem me perguntar, as lamúrias acerca de umas cerâmicas e pedras “já partidas e ilegíveis”, um agradecimento natural.

Ao Jorge Revez, agradeço a sua amizade de uma vida e cerca de 2 gigas de espaço no seu computador, onde pôde ficar guardada mais uma cópia deste trabalho.

Uma referência particular à Andrea Martins. A profunda convicção nas minhas capacidades, a insistente preocupação e presença, desde do início, na construção do texto que aqui se apresenta, são fruto de um coração infinito. Um Obrigado ininterrupto será sempre insuficiente.

Por fim, agradeço aos meus pais, a quem dedico esta tese. A eles, agradeço-lhes a minha felicidade e vida. A sua preocupação ao longo da realização deste trabalho, revelou-se, propositadamente, distante e liberta de pressão. Não há dúvida nenhuma, conhecem-me bem...

Resumo

No decorrer da construção da Auto-Estrada A10, foi realizada uma intervenção arqueológica no sítio arqueológico Monte da Foz 1 (Benavente, Portugal). Uma das diversas fases da intervenção, que consistiu na escavação arqueológica de 5 sondagens de 2x2m (B10-B14), permitiu a observação de um nível de ocupação preservado. O presente trabalho reporta-se ao estudo integral dos dados arqueológicos provenientes desse nível arqueológico, enquadrando-o, crono-culturalmente, na dinâmica evolutiva decorrente do processo de Neolitização no actual território português.

Em virtude de não se ter recuperado qualquer elemento orgânico que permita a realização de datações absolutas, a aferição cronológica passou por uma análise tecno-tipológica da cultura material do sítio, bem como pela caracterização da tipologia funcional e estratégia de ocupação.

A ocupação do Monte da Foz 1 parece integrar-se numa tipologia de sítios, culturalmente relacionados com as etapas iniciais do processo de neolitização, mais comum no actual território português, o de estabelecimentos temporários de curta duração.

A presença maioritária de cerâmica lisa, o peso significativo de recipientes cerâmicos decorados com uma linha incisa abaixo do bordo, o recurso a uma estratégia de talhe expedito para a obtenção de lascas sob matérias-primas, essencialmente, locais (quartzito e quartzo), a existência de uma indústria lamelar e laminar em sílex para a produção de produtos alongados e utensílios, aliada a uma estratégia de ocupação de curta e efémera duração, enquadra, crono-culturalmente, o Monte da Foz 1 numa fase evoluída do Neolítico antigo, em transição para o Neolítico médio. A ocupação analisada terá ocorrido entre a 2ª metade do V milénio e o início do IV milénio AC.

A julgar pelo conjunto artefactual, o grupo que ocupou o Monte da Foz 1 estaria economicamente e socialmente enquadrado com as modalidades de interacção entre o Homem e o Meio que caracterizam o processo de neolitização em curso, num quadro global de ruptura, face às pré-existências mesolíticas.

Palavras-chave: Monte da Foz 1; Margem esquerda do Baixo Tejo; Processo de Neolitização; Cultura Material; Sulco abaixo do bordo;

Abstract

The site Monte da Foz 1 (Benavente, Portugal) is an open-air site identified during a surface work and it was partly excavated by a rescue excavation that took place during the construction of the A10 - Highway. The excavation took place in different areas affected by the highway. The five soundings of one of those areas, the squares B10-B14, allowed the observation of a secure and preserved archaeological context. The present text is the result of the full study of the archaeological data from this archaeological level, framing it, chrono-culturally, in the evolutionary dynamics resulting from the neolithization process in the current portuguese territory.

The absence of eco-facts in the archaeological record didn't allow the obtaining of absolute chronology. By this fact, chronological definition was gained according to techno-typological analysis of the material culture, and by the characterization of the typology and functional strategy of the human occupation.

The settlement seems to fit in a typology of contexts, culturally related to the early phases of the neolithization process, more common in the current portuguese territory, the establishments of short duration.

The major presence of undecorated pottery, the significant weight of ceramic containers decorated with an incised line below the rim, the preference for a macroindustry of flakes and borers, using local raw materials (quartzite and quartz), the existence of a flint laminary industry, which brought out an interesting number of blades, bladelets and geometric armatures represented by segments and trapezes, combined with the a short duration occupation strategy, puts, crono-culturally, the range of occupation for Monte da Foz, during the late phases of the early Neolithic, in transition to the middle Neolithic. These data suggests a settlement occupied between the 2nd half of the Vth millennium and the beginnings of the IVth millennium BC.

According to the material culture, the group that occupied the Monte da Foz 1 would be, economically and socially, connected with the interaction modalities, between the Man and Environment that characterize the neolithization process in progress, within an overall framework of rupture compared to the Mesolithic.

Key-Words: Monte da Foz 1; Lower Tagus valley left bank; Neolithisation process; Material Culture; horizontal incised line below the rim;

ÍNDICE

Volume I

<i>Agradecimentos</i>	III
<i>Resumo / Abstract</i>	V/VI
Introdução	1
1. Monte da Foz 1 e o território envolvente	5
1.1 Localização geográfica e administrativa	5
1.2 Enquadramento fisiográfico	6
1.2.1 Bacia Hidrográfica	6
1.2.2 Geologia e Geomorfologia	6
1.2.3 Ambientes e recursos	7
1.2.4 Solos	8
1.2.5 Cobertura vegetal	8
1.2.6 Recursos faunísticos	9
1.3 Toponímia	9
1.4 O Pós-Glacial no Baixo Tejo: para uma reconstituição paleoambiental e paleoecológica	10
2. História dos trabalhos arqueológicos	16
2.1 De uma abordagem de minimização a um projecto de investigação	16
2.2 Intervenção Arqueológica	17
2.3 Metodologia de escavação e registo	23
2.4 Estratigrafia	25
3. Cultura material	31
3.1 Cerâmica	31
3.1.1. Ponto prévio	31
3.1.2. Características da amostra: dimensão, descrição e contexto de recolha	32
3.1.3. Descrição e classificação	35
3.1.4. Recipientes cerâmicos: síntese	50

3.2 Indústria lítica.....	53
3.2.1. Ponto prévio.....	53
3.2.2. Características da amostra: dimensão, descrição e contexto de recolha	54
3.2.3. Descrição e classificação.....	55
3.2.4. Espólio lítico: síntese.....	71
4. Monte da Foz 1: interpretação, funcionalidade e estratégia(s) de ocupação de um habitat na margem esquerda do Baixo rio Tejo	73
4.1 Ponto prévio	73
4.2 O espaço de ocupação e implantação	74
4.3 Tipologia funcional	76
4.3.1. Monte da Foz 1: que modalidades de uso do espaço?	86
4.4 Subsistema económico.....	89
5. O sítio do Monte da Foz 1 no desenrolar do processo de neolitização nas margens do Baixo rio Tejo.....	97
5.1 Um ponto de partida	97
5.2 Monte da Foz 1: enquadramento crono-cultural.....	103
5.3 Monte da Foz 1: uma leitura integrada das mais antigas sociedades camponesas nas duas margens no Baixo Vale do Tejo.....	121
Conclusão	126
Referências Bibliográficas.....	128

Volume II

Anexos

1. Cartografia
2. Desenhos de campo
3. Quadros e Gráficos
4. Estampas
5. Fotografias
6. Fichas descritivas de materiais arqueológicos
 - 6.1 Cerâmica
 - 6.2 Pedra lascada
7. Inventário (em CD)

Aos meus Pais

Deveis atentar ao que digo. Terei de contrariar uma ou duas noções que são aceites universalmente.

(...)

Não pretendo pedir-vos que aceiteis seja o que for sem me fundamentar na razão. Depressa concordareis com aquilo que preciso que reconheceis.

H. G. Wells,
A Máquina do Tempo, 1895 (edição de 2004), p.5.

A ciência clássica procura provar a veracidade de uma coisa. Segundo Popper, e eu também penso assim, o importante é provar a mentira.

“Isto que eu sei é errado. Mas sirvo-me disso porque ainda não encontrei melhor.”

António Coimbra Matos,
Entrevista concedida à revista *Tabu*, 19 de Março de 2010, p.38.

Introdução

Pertenço à geração de arqueólogos que se formou no “pós-Côa”, que integra um número bastante elevado de licenciados em História – variante Arqueologia (e, posteriormente, Arqueologia e História) e que acompanhou a “vaga” de trabalhos de emergência e minimização de impactes proporcionados pelo enquadramento legal saído da Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico e da Lei nº 107/01 para o Património Cultural Português.

No período subsequente, a partir da criação do já extinto Instituto Português de Arqueologia (1997), a Arqueologia portuguesa teve um enorme crescimento ao nível da produção de dados provenientes do terreno que não teve a respectiva complementaridade, ao nível da produção científica que daí advinha. Se, por um lado, no período “Alqueva” ainda se conservava uma forte componente de responsabilidade ética relacionada com a Investigação aliada à Minimização (mais na teoria do que na prática, se atendermos ao número de monografias publicadas e que estavam prometidas ou... sequer entregues para publicação), os períodos que lhe sucederam foram sinónimo de menos meios para Pesquisa, Estudo e Análise dos resultados e dados arqueológicos, que não param de aumentar.

A quase exclusividade de um mercado empresarial nas intervenções arqueológicas de emergência e minimização, desenvolvido, após o “Alqueva”, em grande parte pelos arqueólogos da geração do “pós-Côa” e que deixou “de lado” os investigadores “clássicos” (Centros de Investigação das Universidades, arqueólogos autárquicos e técnicos superiores dos quadros estatais), proporcionou um fraccionamento entre a comunidade arqueológica, criando um fosso inadmissível, sobretudo quando se trata do desenvolvimento de uma ciência em que o cruzamento de dados, discussão crítica dos mesmos e partilha de informação é fundamental.

Aos poucos, foram-se formando dois pólos que, aos olhos dos arqueólogos “clássicos”, eram claramente antagónicos. Para estes, à Arqueologia de Investigação que era praticada pelas Universidades, Museus, Centros de Investigação e Autarquias, “opunha-se” a Arqueologia de Minimização, Emergência, que respondia, somente, a estímulos empresariais, negligenciando a produção de conhecimento científico, e que contribuía para um aumento do inventário da massa empírica e da cartografia do povoamento humano ao longo do Tempo, sem a devida reflexão, discussão e estudo.

Em contraponto, os “arqueólogos empresários” (conceito genérico para quem é “empresário em nome individual”, nomenclatura falsamente elogiosa para um “recibo verde”, e para os arqueólogos que trabalham em empresas de arqueologia), que raramente se viram como distintos dos “outros”, reclamam para si a realização e tratamento de um volume imenso de informação, estando disponível a todos, e que servirá para aumentar o conhecimento acerca das mais diversas comunidades e sociedades pré-históricas e históricas, informação essa obtida sobre condicionalismos metodológicos evidentes, mas com recurso a meios técnicos e humanos inatingíveis em qualquer outro contexto de intervenção arqueológica.

Um olhar crítico constata que ambos os “lados” têm argumentos para a sua razão. Se, por um lado, é evidente que nem só nos locais “clássicos” se faz Investigação, também é verdade que um número considerável de profissionais de arqueologia, perante diversos sítios arqueológicos e contextos por si intervencionados (por vezes de forma sequencial, “saltando” entre contextos crono-culturais distanciados em vários séculos ou milénios), perante espólios exumados e sítios prospectados, não cumpriram o seu papel de investigadores e de historiadores, relegando ao esquecimento e omissão uma série de dados, aparentemente dispersos, mas com particular significado científico, quer sejam analisados individualmente ou inseridos num universo global.

Mas, de igual modo, que hipóteses têm os arqueólogos não agregados a Universidades, Centros de Investigação, Museus, Autarquias ou serviços estatais, de fazer investigação? Que possibilidades e condições se oferecem a esse grupo de fazer investigação, sem ser de forma autónoma e fora do horário de trabalho, esteja este a realizar-se perto do seu domicílio ou longe deste? Que centros de investigação os integram e lhes possibilitam condições para pesquisar, estudar e publicar?

Urge desmistificar ou cruzar os dois mundos em prol do conhecimento científico e da divulgação da Arqueologia enquanto ciência e actividade profissional que preserva e valoriza o Património Cultural.

O estudo do Monte da Foz 1 é mais um caso onde o carácter de emergência que “orientou” a intervenção arqueológica é compatível com a investigação e com a produção científica de um discurso histórico resultante de dados provenientes do terreno. O texto apresentado é a conclusão de uma escavação arqueológica realizada em “contexto empresarial” e de emergência, no decorrer de uma obra pública.

Ao longo da intervenção deparámo-nos com um conjunto de dificuldades paradigmáticas deste tipo de trabalho. A actividade arqueológica no Monte da Foz 1, tal

como em diversas escavações arqueológicas que incidem sobre espaços em risco ou em vias de destruição, em virtude de uma acção antrópica recente, esteve, em primeiro lugar, condicionada por uma delimitação preestabelecida da área a intervencionar. A limitação de um número concreto de sondagens, a restrição de área das mesmas, bem como o espaçamento considerável entre si, constituíram-se, por si só, como barreiras inultrapassáveis, provocando opções metodológicas mais orientadas para o tipo de intervenção do que para o contexto arqueológico com que nos deparávamos. Acrescidos a estes factos, a escavação arqueológica foi, sempre, pressionada pelo factor “tempo”, que se revelou sempre parco e torturante tendo, constantemente, presente a impossibilidade de se proceder a alargamentos de áreas e sondagens, pois a ausência de “afecção” já não “obrigava” à “salvação pelo registo”.

À parte das limitações de ordem técnica, a escavação do Monte da Foz 1, envolvia um outro conjunto de dificuldades. Problemáticas relacionadas com fenómenos pós-deposicionais não permitiram a conservação de qualquer elemento que possibilitasse a datar cronometricamente a ocupação, bem como a reconstituição do paleoambiente e subsistema económico. De igual modo, o espaço exíguo da intervenção permitiu o registo de um conjunto artefactual de pequena dimensão que, embora ateste com segurança um episódio ocupacional, não proporciona uma observação mais ampliada de sítios com espólio artefactual crono-culturalmente paralelo. Por outro lado, o facto de se tratar de uma temática crono-cultural que, no espaço geográfico da margem esquerda do Baixo Tejo, ainda detém um conhecimento desigual relativamente a outras áreas do actual território português, oferecia ao Monte da Foz 1 uma dimensão quase de isolamento, facto bastante limitador na produção de uma leitura interpretativa, de cariz científico e claramente dependente de uma base empírica o mais alargada possível.

Embora a análise exaustiva e a publicação dos dados arqueológicos não seja um imperativo imposto pela tutela (quer ao responsável científico, quer à entidade empregadora, quer ao promotor do trabalho), o compromisso ético, a informação científica daí resultante, o espaço geográfico onde ocorreu a intervenção e o espaço crono-cultural da ocupação, motivaram a realização deste trabalho académico, onde a vertente de investigação tem um peso primordial.

O produto do trabalho desenvolvido reside no texto que agora se apresenta e que se encontra, em termos de abordagem científica, dividido em três partes distintas.

A primeira parte aborda o Espaço Geográfico onde se insere, hoje em dia, a ocupação do Monte da Foz 1. No entanto, face às mudanças de natureza ambiental e geomorfológica que a área em questão foi alvo desde do Pós-Glacial, tornou-se essencial a construção de um texto que permitisse a sua reconstituição paleoambiental e paleoecológica, que possibilitasse um “recuo” mental, até há cerca de seis a sete milénios. As estratégias de ocupação que obedeceram, essencialmente, a factores de ordem ecológica-ambiental, só seriam entendidas perante o cenário paisagístico vigente no decorrer do processo de Neolitização. Desta forma, abordar a ocupação do Monte da Foz 1 através da paisagem actual, significaria que, a percepção sobre a mesma, sairia descontextualizada da realidade existente, quando a passagem de uma comunidade neolítica neste território.

Da segunda parte fazem parte um conjunto de dois capítulos (capítulos 2 e 3) onde, através de discursos descritivos mas, conceptualmente, diferentes, são descritas a intervenção arqueológica e respectivos resultados estratigráficos e arqueológicos, daí resultantes. O capítulo 3 tem um relevo mais determinante na produção do discurso histórico. Face à ausência de elementos directos que permitam a datação absoluta ou a caracterização do subsistema económico, será a partir da análise artefactual que se classificará crono-culturalmente a ocupação do Monte da Foz 1.

Os capítulos 4 e 5 representam a terceira parte do trabalho. A partir da evidência empírica registada no decorrer da escavação do Monte da Foz 1, questiona-se, numa perspectiva crítica, as estratégias de ocupação, implantação, exploração do território, significado cronológico, cultural e funcional do sítio. Estas leituras serão formuladas a partir da sua contextualização na evolução do processo de Neolitização na margem esquerda do Baixo Tejo.

O trabalho fica concluído com o Resumo/Abstract, Referências Bibliográficas e com os Anexos. Neste último ponto, figurarão a Cartografia, Desenhos de Campo, Quadros e Gráficos que complementam a informação produzida, Estampas de materiais, Fotografias da intervenção arqueológica e de alguns elementos da componente artefactual, as Fichas descritivas da cerâmica e pedra lascada e o Inventário do espólio analisado.

1. Monte da Foz 1 e o território envolvente

Se algumas paisagens de planície não devem ter sofrido grande modificação morfológica, outras transformaram-se de tal maneira que a observação actual pode ser muito enganadora na reconstituição de ambientes passados.

Suzanne Daveau, 1980, p.18

1.1 Localização geográfica e administrativa

Identificação	
<i>Estação:</i>	Monte da Foz 1
<i>Distrito:</i>	Santarém
<i>Concelho:</i>	Benavente
<i>Freguesia:</i>	Benavente
<i>Lugar:</i>	Monte da Saúde
<i>Coordenadas Geográficas (UTM – WGS 84):</i>	Latitude P: 431 3105,08 / 38° 58' 00, 490
	Longitude M: 514 008,24 / -08° 50' 17, 888
	Altitude: 11m
Folha nº 391 da Carta Militar de Portugal, à escala 1: 25 000	

O sítio arqueológico do Monte da Foz 1 situa-se no lugar Monte da Saúde, na freguesia e concelho de Benavente, pertencente ao distrito de Santarém (Fig.1 e 2). Insere-se numa propriedade particular que explora as áreas adjacentes através da plantação de culturas arvenses como o trigo e milho. A área onde se localiza o Monte da Foz foi, após a intervenção arqueológica, expropriada pela Brisa, S.A. para a construção da Auto-Estrada A10.

O acesso ao sítio é feito pela Estrada Nacional 118 entre Samora Correia e Benavente. A cerca de 3km de Benavente, no lugar de Vale Tripeiro existe, à esquerda, um caminho particular que dá acesso à propriedade onde se encontra o sítio arqueológico.

1.2 Enquadramento fisiográfico

1.2.1 Bacia Hidrográfica

A região onde se insere o Monte da Foz 1 integra-se na Bacia Hidrográfica do Rio Tejo. A Bacia Hidrográfica do Tejo corta longitudinalmente a Península Ibérica no sentido Este-Oeste. É limitada a Norte pelas bacias do Douro e Mondego, a Leste pelas bacias do Ebro, e, a Sul, pelas bacias do rio Guadiana e Sado.

O sítio localiza-se na margem esquerda do Baixo vale do Tejo (Foto 1). Nesta área a rede de drenagem é constituída pela ribeira de Muge, Sorraia, Santo Estêvão e Almansor. Localiza-se no limite do estuário do Tejo, que é a maior zona húmida de Portugal e uma das mais importantes da Europa. Caracteriza-se por uma planície aluvial composta por depósitos de sedimentos finos de origem fluvial, marinha e continental.

1.2.2 Geologia e Geomorfologia

Em termos geomorfológicos, a região integra-se, em termos morfo-estruturais, na Orla Meso-Cenozóica Ocidental. Do ponto de vista geológico, a Bacia Hidrográfica Portuguesa do Tejo constitui uma área diferenciada em três unidades bem distintas. Em termos estruturais, as unidades identificam-se com as unidades tectono-estratigráficas ou morfo-estruturais em que se encontra estruturada a Península Ibérica (Ministério do Ambiente, 1999). As três unidades estruturais são:

- Maciço Antigo ou Hespérico
- Bordadura Ocidental
- Bacia Terciária do Baixo Tejo

Numa micro-escala, o sítio Monte da Foz 1 insere-se na região de vastas planícies aluvionares que caracterizam a margem esquerda do Baixo Tejo, onde dominam os depósitos Quaternários em contraste com a margem oposta, onde estão presentes depósitos detríticos Miocénicos (Aldeias e Gaspar, 2006).

Na área do Baixo Tejo, o rio corre num largo vale rectilíneo que se entalha nos depósitos da Bacia Terciária, constituindo, na margem esquerda, uma ampla bacia sedimentar onde os depósitos detríticos do Miocénicos se sobrepõem a uma retoma da deposição fluvial, de textura grosseira, durante o Pliocénico (Daveau, 1970). A evolução Plistocénica é caracterizada pelo desenvolvimento de Terraços, sendo que a

localização correcta do Monte da Foz 1 situa-o na área de desenvolvimento do nível de terraço Q4 de Benavente, que se desenvolve no intervalo entre o baixo vale do Sorraia e o baixo vale da ria Almansor e, cujas altimetrias variam entre os 8-15m (Zbyszewski e Veiga Ferreira, 1968, p.9). Disponível em depósitos de terraço, encontram-se cascalheiras de seixos de quartzito e quartzo.

A sul do sítio desenvolvem-se os aluviões modernos (a). Localizados nos principais vales dos rios e ribeiras envolventes, a maior extensão observa-se entre a margem esquerda do rio Tejo e a margem direita do Sorraia. As cascalheiras observadas na base do complexo aluvial, aquando a realização de vários furos, são contemporâneas do máximo da regressão marítima do Würm (Zbyszewski e Veiga Ferreira, 1968).

Depositadas estratigraficamente sobre o terraço Q4, surgem as areias superficiais (As), que assumem uma grande extensão nesta área. “Tratam-se de areias amareladas ou acastanhadas, de grão fino a grosseiro, acumuladas a partir do Plistocénico, por transporte fluvial ou torrencial e, em parte, acumuladas pela acção eólica” (Zbyszewski e Veiga Ferreira, 1968, p.9). Um dos principais espaços onde estão depositadas estas areias encontra-se na região de Benavente, a sul do rio Sorraia (Fig.3).

O espaço entre Benavente e Salvaterra de Magos apresenta-se como uma zona de forte sismicidade (Zbyszewski e Veiga Ferreira, 1968, p.9), facto a ter em conta quando se trata do estudo de depósitos arqueológicos neste tipo de contextos geológicos.

1.2.3 Ambiente e Recursos

Esta extensa superfície de águas estuarinas, campos de vasas recortados por esteiros, lamas, sapal, mouchões, salinas, pastagens e terrenos aluvionares agrícolas, tem uma área com cerca de 14 192ha de Reserva Natural. A reserva distribui-se pelos concelhos de Alcochete, Benavente e Vila Franca de Xira inserindo-se na zona mais a montante do estuário do Tejo. Nas margens do estuário desenvolve-se o sapal que, adaptado às variações de salinidade e de altura da água características das zonas estuarinas, interpreta a continuidade da produtividade primária entre as águas estuarinas e as superfícies emersas.

O clima predominante é o Mediterrânico, onde se atingem médias térmicas superiores a 18°C, caracterizando-se por verões quentes e secos em contraste com invernos frios e chuvosos. A presença deste tipo climático é visível na Flora existente na margem esquerda do Baixo Tejo. A paisagem é composta por árvores e arbustos, estando o seu grau de representação no ecossistema condicionado pela intervenção humana.

1.2.4 Solos

Ao nível dos solos, estes classificam-se da seguinte maneira (Cardoso, *et al.*, 1971):

- Regossolos Psamíticos não húmidos (na área concreta do sítio arqueológico)
- Solos Litólico não Húmicos de Arenitos (a poucos metros de distância)
- Solos Mediterrâneos Pardos / Para-Solos Hidromórficos de Arenitos ou de Conglomerados Argilosos (a cerca de 500m a Oeste, perto das margens do curso do Sorraia)
- Solos Salinos de Salinidade Moderada de Textura Pesada (nas margens do Sorraia, a Sul);

Quanto à sua capacidade de uso, na área específica do Monte da Foz 1, os solos enquadram-se nas classes C e D, isto é, solos com capacidade de uso mediana e capacidade de uso baixa. As limitações são inflexíveis, permitindo, somente uma utilização agrícola pouco intensiva. São espaços com riscos de erosão elevados, com espessura efectiva reduzida, com moderada ou elevada salinidade, não impedindo, no entanto a sua utilização para pastagens, matos ou exploração florestal (Secretaria de Estado da Agricultura, 1972). A cerca de 1km para Oeste (na margem direita do Sorraia e onde estão implantados os arrozais), estão presentes espaços com solos de classe B e, continuando rumo ao Tejo, constata-se a existência de solos classe A, no actual espaço de lezíria. As margens dos cursos de água envolventes são os locais que, para efeitos agrícolas, apresentam condições de uso do solo de elevada qualidade (Fig.4). Apesar das inundações, por vezes assoladoras e calamitosas, as terras do Tejo são famosas, segundo as fontes escritas, desde da época romana e período islâmico, pela sua fertilidade e riqueza produtiva.

1.2.5 Cobertura Vegetal

Em termos de meso-escala, na bacia do Baixo Tejo, a vegetação que ocupa areias recentes (Pleistocénicas e Holocénicas) e aluviões caracteriza-se por sobreirais intercalados com matos dominados por sargaços (algas). Observando a Carta Agrícola e Florestal de Portugal (1:25 000), na área restrita onde se implanta o Monte da Foz 1, destaca-se a presença de Carvalho a Oeste, Eucaliptal a Norte, Olival a cerca de 400m a Oeste e culturas arvenses de sequeiro (milho e trigo) a Oeste, Norte e Sul. Na envolvência, num raio máximo de 3km, acrescenta-se às espécies acima referidas, os

espaços de arvoredo frutífero, pinhal bravo e Pinheiro manso. Por último, destaca-se a presença de grandes extensões de Arrozaís.

1.2.6 Recursos faunísticos

Representando a fronteira entre os meios marinho, terrestre e fluvial, os estuários tendem a ser, do ponto de vista biológico, considerados como os habitats naturais mais produtivos por excelência, apresentando-se como áreas essenciais de alimentação de muitas espécies de aves (nomeadamente avifauna aquática) e de reprodução de muitas espécies piscícolas. Por outro lado, apresentam-se como precioso indicador da compreensão dos processos de adaptação da fauna e da flora, quando confrontados com as vicissitudes climáticas muito volúveis no Tempo e Espaço. No estuário do Tejo, no que se refere ao seu ecossistema, o potencial biótico é elevado, especialmente em bivalves, crustáceos e peixes. Nas espécies piscícolas de costeiro, destacam-se o linguado, o robalo, a dourada e a corvina. Para espécies migradoras, como a lampreia, sável ou a enguia, o estuário constitui a zona de transição entre as águas salgadas e doces, nas suas respectivas migrações entre mar e rio e rio e mar (Ministério do Ambiente, 1999). Ao nível do desenvolvimento e presença de crustáceos evidenciam-se o camarão-mouro (*Crangon crangon*), camarinha (*Palaemonetes varians*) e o caranguejo-verde (*Carcinus maena*), sendo que nos bivalves domina a lambujinha (*Scrobicularia plana*).

A fauna terrestre existente actualmente tem, como as restantes espécies, uma estreita dependência dos recursos hídricos e enquadra-se no clima existente. As espécies mais representadas são o coelho (*Oryctolagus cuniculus*), a lebre (*Lepus capensis*), o rato do campo (*Apodemus sylvaticus*), o javali (*Sus scrofa*), o veado (*Cervus elaphus*) e o texugo (*Meles meles*).

1.3 Toponímia

Nesta região, o nome dos lugares, povoações, vilas e montes está intimamente ligado à sua dinâmica paisagística. Os topónimos observados num raio de 5km do sítio arqueológico são o reflexo do meio envolvente, da presença do rio Tejo e Sorraia, do coberto vegetal existente, das características geomorfológica do terreno, das oscilações

climáticas e das práticas socioeconómicas desenvolvidas pelo Homem nos períodos cronológicos mais recentes.

O topónimo Foz (Monte da Foz e Arneiros da Foz) e o nome da vila do Porto Alto, relacionar-se-ão com a existência do rio Tejo e Sorraia na sua envolvência.

Relacionado com os aspectos geomorfológicos da região, ocorre o topónimo Cascalho, indubitavelmente relacionado com os recursos geológicos presentes e explorados nos terraços do Tejo.

O episódio das cheias aparece, em simultâneo na toponímia, com o da exploração agrícola muito característica desta região. O termo Lezíria (Lezíria dos Cavalos) é recorrente na região e define as zonas agrícolas muito férteis e os terrenos planos alagados da margem de um rio.

Os termos Sesmaria do Pinheiro, Pinhal do Palha, Monte das Vinhas, Coutada-da-Velha e Vinha do Lapa são um adjuvante ao conhecimento das práticas socioeconómicas e, por outro lado, da Flora existente na região. Estão presentes dados que indicarão a exploração agrícola (Sesmaria, Coutada e Vinha) e o ambiente florestal existente (Pinheiro e Pinhal).

1.4 O Pós-Glacial no Baixo Tejo: para uma reconstituição paleoambiental e paleoecológica

A intensa dinâmica da paisagem existente, ao longo dos tempos, na área do Baixo Tejo, justificaria, por si só, a formulação de estudos específicos para a sua reconstituição paleoambiental e paleoecológica. Por outro lado, estando a abordar grupos humanos de cronologia Pré-histórica, a reconstituição do ambiente físico (paisagem, clima, espécies faunísticas e coberto vegetal), torna-se essencial para reconstituir os cenários da acção cultural e identificar os recursos disponíveis na região, designadamente ao nível das matérias-primas e dos recursos alimentares. De igual modo, uma aproximação às inter-relações entre grupos humanos e respectivo meio ambiente, permitirá compreender um determinado sistema de povoamento, as relações deste com o ambiente físico em que se enquadra, a utilização dos recursos naturais, bem como os efeitos do impacto antrópico sobre o território explorado e habitado (Mateus, 1996; Angelucci, 2003). Se o Espaço é um elemento determinante na evolução cultural humana, uma reconstrução

paleoecológica não deve ser dissociada das comunidades humanas que interagiram nesse ambiente (Bicho, 2006; Daveau, 1980).

São múltiplas as fontes de informação que permitem a reconstrução paleoambiental (Fontes Geológicas, Biológicas e Históricas, onde se inserem, na generalidade, os solos, fósseis, polens, fauna, microfauna, restos microbotânicos e registos meteorológicos e climáticos) (Bicho, 2006, p.292). Através dos dados faunísticos poderão ser interpretadas várias temáticas, como a relação entre a espécie humana e a comunidade animal com a qual coabitou. Por outro lado, questões como “Quando, Onde e Como foi a Alimentação dos grupos humanos” num determinado período de tempo e espaço, poderão agora ser analisadas à luz do conhecimento adquirido acerca do meio ecológico que rodeou uma comunidade humana. Através dos restos microfaunísticos de aves, peixes, moluscos e mamíferos, poderão ser fornecidas informações acerca de alterações climáticas, transformações da paisagem e modificações ecológicas, visto que há espécies que só habitam em certos ambientes. Por exemplo, no caso dos peixes e moluscos, a identificação da espécie, permitirá reconhecer se, num certo período de tempo, existira nas áreas de exploração da comunidade humana em estudo, um meio de água doce, ou de água salgada.

Os restos microbotânicos das espécies vegetais são bons indicadores climáticos e de reconstrução paleoecológica (Bicho, 2006, p.361). Além de auxiliarem à reconstituição das mudanças diacrónicas que o coberto vegetal sofreu, são um relevante indicador para perceber que tipo de impacte e actividade antrópica foi alvo, principalmente a partir da evolução das comunidades humanas de cariz agro-pastoril. Até então, o coberto vegetal e a sua evolução eram um reflexo das vicissitudes climáticas, passando, a partir do Neolítico, a estar mais condicionado à influência humana (Daveau, 1980, p.32).

No entanto, a construção do cenário paleoecológico tem condicionantes que terão que ser consideradas a fim de se evitarem leituras generalistas e, portanto, pouco adequadas à região em análise. A primeira condicionante refere-se ao facto de se estar a lidar com vários elementos da ecologia humana (clima, paisagem, fauna, flora e cultura humana) que interagem entre si. Por outro lado, os dados colocam a reconstrução a uma meso-escala, e não no âmbito regional específico que se pretende avaliar e estudar (Bicho, 2006, p.291). Geralmente, tratam-se de dados insuficientes e de difícil interpretação e sintetização e, em conjunto, tornam-se pouco susceptíveis de serem comparados com situações actuais, aparentemente, semelhantes, do ponto de vista ambiental. O risco de se proceder a anacronismos, neste caso, entre ambientes pré-históricos e paisagens

actuais é uma das principais limitações à correcta interpretação dos dados que auxiliam às reconstruções paleoambientais. É um Tempo diferente num Espaço semelhante, tal como é variável e desigual a forma como o ser humano, ao longo do tempo, interage, interpreta e influencia o espaço que ocupa. Suzanne Daveau, de forma sucinta, alerta que numa reconstituição de um passado é preciso ter em conta que “Um mesmo ambiente natural será utilizado e modificado de maneira diferente por grupos humanos detentores de técnicas desigualmente eficazes e diversamente orientadas.” (Daveau, 1980, p.13).

A paisagem que hoje se vislumbra na margem esquerda do Baixo Tejo é muito distinta da existente na primeira metade do Holocénico. O canal fluvial do Tejo e respectiva planície aluvial, na sua génese e evolução, são o espelho das alterações paisagísticas e oscilações climáticas que a região sofreu desde do Plistocénico superior até ao presente. Se até 3500 cal BP a evolução da planície aluvial se deveu, em grande parte, a condicionantes ambientais e climatéricas, a partir da Idade do Bronze, a intervenção antrópica na paisagem foi determinante na “reformulação” da mesma (Azevedo, et al., 2006a, p.69; Ramos, et al. 2007).

O desenvolvimento da paisagem no Holocénico está relacionado com as mudanças ocorridas no nível do mar, em grande parte devido à transgressão pós-glaciar, que terá deslocado o estuário do Tejo para um espaço mais interior do que o actual.

Observando os resultados obtidos numa sondagem geológica realizada em Entre Valas (Santarém), constata-se a presença de foraminíferos numa subunidade datada entre 9200 a 5000 cal BP, sugerindo prováveis cenários de intrusão e influência marinha, aquando a primeira fase de formação da planície aluvial (Ramos, et al., 2007; Azevedo et al., 2006d, p.13; Azevedo et al., 2006a, p.69). As consequências da transgressão flandriana sobre estes territórios são perceptíveis ao nível da diversidade dos recursos existentes. A existência de águas salgadas e, consequentes efeitos de maré observaram-se, pelo menos, até à ribeira de Muge, na primeira metade do Holocénico. Os foraminíferos provenientes da sondagem de Entre Valas aliados aos restos faunísticos de clara origem marítima ou estuarina recolhidos nos concheiros mesolíticos do Vale do Tejo (Cardoso, 2004, pp.325-327), onde se destacam o *Mytilus edulis* (mexilhão), a *Natica hebraea* (molusco de distribuição mediterrânica e do Atlântico sul), a raia (*Myliobatis sp.*) e espécies da família *Sparidae*, como a *Sparus aurata* (dourada) atestam a presença de águas salobras até pelo menos à data atribuída ao abandono dos concheiros, finais do VI milénio e inícios do V milénio BC (Cardoso, 2004, 328).

Paralelamente, em termos cronológicos, parece estar estabilizado o clima mediterrânico na margem esquerda do Baixo Tejo. Os concheiros do Vale do Tejo fornecem informação faunística que denotam a presença de bosques e manchas florestais característicos deste tipo climático, como o esquilo, javali, veado, lebre, cavalo e auroque (Cardoso, 2004, p.325). Por outro lado, ao nível do coberto vegetal, constata-se a presença de vegetação marítima próximo de cursos água e de *Quercus ilex* (azinheira), *Juniperus* (zimbros, juníperos), *Arbutus*, *Vitis vinifera* (vinha) e *Olea europea* (oliveira), segundo os dados palinológicos e micromorfológicos registados nos sedimentos holocénicos da sondagem de Entre Valas na subunidade datada entre 9200 a 5000 cal BP, que demonstram a estabilização prematura de condições climáticas mediterrânicas (Ramos, et al., 2007, p.196; Azevedo et al., 2006d, p.13; Azevedo et al., 2006a, p.69).

Durante o máximo da transgressão, no Holocénico Médio (cerca de 6900 cal BP (Freitas et al., 2006), a margem esquerda do Baixo Vale do Tejo (BVT) caracterizar-se-ia, presumivelmente, como um pântano salgado com algumas barras de rio próximas de imersos terraços quaternários adequados à ocupação humana. No entanto, atendendo ao facto que os vestígios neolíticos conhecidos na área provêm de ocupações sobre os terraços quaternários onde depósitos fluviais de cascalheira de seixos de quartzito foram, sistematicamente explorados como fonte de matéria-prima (Neves, et al. 2008b), será difícil perceber qual a adequação destes solos para a implantação de uma nova estratégia económica, a agricultura. O regime estuarino de águas salobras, no Baixo Tejo e no final do curso dos seus afluentes (Sorraia, Almansor, ribeira de Muge e Magos) classificava os solos com um alto teor de salinidade, impossibilitando-os para as práticas agrícolas. O teor absoluto de sais de uma água é um agente condicionante na agricultura, visto que a salinidade total da água age de igual forma no solo e nas plantas. A situação só se inverteria se os solos tivessem óptimas condições de drenagem, onde se permitisse uma maior lixiviação dos sais (Ministério do Ambiente, 1999). Em oposição, os recursos existentes possibilitavam o recurso à caça, pesca e recolocção, como práticas valiosas e de excelência para o subsistema económico.

O Monte da Foz 1 está, nos dias de hoje, localizado a cerca de 1km do rio Almansor e a cerca de 9km do rio Tejo (Fig.5). Este cenário torna difícil a descrição exacta do paleoambiente. No entanto, a progradação dos deltas fluviais e o conseqüente transporte de sedimentos aluviais que terão soterrado importantes estruturas arqueológicas (Cardoso, 2004, p.328; Daveau, 1980, p. 31), aliado a um regime de cheias registadas, pelo menos desde 8540-8110aC (Benito, 2006, p. 35), contribuiu para a migração lateral

do canal fluvial e das barras do rio (Ramos, et al., 2007; Pereira, et al., 2006, p. 80) e, simultaneamente para uma profunda alteração da paisagem. A partir de cerca de 5000 cal BP, os foraminíferos desaparecem, denunciando uma ausência da influência marinha (Ramos, et al., 2007), os recursos provenientes da fauna salobra migram para jusante (Azevedo, 2004, p.528; Daveau, 1980, p.31), desenvolvendo-se, desta forma, um território árido e pedregoso, tipo charneca, onde se desenvolvem *Ericáceos* (arbustos), em detrimento de *Pinus e Quercus arbóreas* (Ramos, et al., 2007).

Concomitantemente, intensifica-se a presença humana na região e a intervenção antrópica torna-se predominante e preponderante na dinâmica fluvial do Baixo Tejo. Nos últimos 3500 anos (3550-3086 cal BP), ocorrem grandes variações nos ritmos de sedimentação, com particularidade para uma sedimentação muito intensa, que ocorre a seguir a episódios de desflorestação, de origem antrópica (Ramos, et al., 2007). A acção humana destina-se a controlar e proteger o espaço para fins agrícolas, melhorar a navegabilidade do rio, regularização do traçado e fixação do canal fluvial (Ramos, et al. 2006; Azevedo, 2004, p.536). A intensa actividade agrícola que cresce nos períodos históricos e após a Nacionalidade, provoca a destruição das matas e florestas que ajudavam a regular o fluxo das águas, amortecendo os seus impulsos. A desflorestação das vertentes, a formação de mouchões e o sucessivo e rápido assoreamento das margens, provocam no Baixo Tejo, um ambiente propício à existência de cheias, com consequências catastróficas (Azevedo, 2004; Azevedo et al. 2006c).

O regime do rio só estabilizou nos últimos tempos, quando, no século XVIII, foi mudado artificialmente, entre Valada e Vila Franca de Xira, passando de um sistema de múltiplos canais (anastomosado) para um canal único de barras alternadas (Azevedo et al., 2006b, p. 65; Azevedo, 2004). No caso concreto da planície do Sorraia, espaço onde se insere o Monte da Foz 1, que, em época pré-histórica seria “um braço do golfo atlântico” (Azevedo, 2004, p.548), observou-se, em períodos históricos, uma progressiva formação de lezírias que afastavam o Tejo da sua margem esquerda. Em cartografia existente até à 2ª metade do séc. XVIII, é visível a existência de ilhas no meio do Tejo, com o Sorraia ainda a desaguar directamente no Tejo, próximo de Benavente (Fig.6). Num mapa de 1770, observa-se as lezírias já consolidadas numa ilha só, mostrando o Sorraia a desaguar a 5km de Benavente, com esta vila, que deixa de estar próxima do rio, a localizar-se em mais 5km para o interior da planície. (Azevedo, 2004, p.549).

Por fim, os últimos dois séculos continuaram a ser palco de acções antrópicas com objectivos idênticos aos do passado. Dominar o rio, atenuar os seus movimentos destruidores provocados pelas cheias e explorar o potencial económico, levou à realização de medidas que promovessem a fixação das margens e impedisse o seu assoreamento. A construção de barragens, diques, limpeza de valas, abertura de canais e regularização dos principais cursos do rio continua a ser uma constante, até aos dias de hoje (Freitas, 2006, p.56-57; Azevedo, 2004; <http://www.publico.clix.pt/>, 2005).

A margem esquerda do Baixo Vale do Tejo apresenta-se, desta forma, no pós-glacial, como uma paisagem em constante mutação, difícil de reconstituir, e que influencia a presença humana nas suas múltiplas vertentes de subsistência e evolução cultural. No entanto, o papel dos grupos humanos não é o de mero espectador desta transformação, mas surge como um dos seus principais agentes e responsáveis.

2. Monte da Foz 1: História dos trabalhos arqueológicos

2.1 De uma abordagem de minimização a um projecto de investigação

Em 2005, aquando a realização de um Relatório de Conformidade Ambiental do Projecto de Execução (RECAPE), para o projecto de construção do *Sublanço A1/ Benavente da A10 – Auto-estrada Bucelas /Carregado (A1) – A13 (IC3)*, a empresa ERA – Arqueologia identifica, no traçado da futura Auto-Estrada e no espaço onde se projectou a implantação do Estaleiro Central, dois sítios arqueológicos, Monte da Foz 1 e Monte da Foz 2, respectivamente os sítios 32 e 31 do mesmo documento. Estes dois sítios foram, genericamente, enquadrados na Pré-História recente, com a atribuição cronológica de Neolítico / Calcolítico (Coelho, 2005).

Será esse o enquadramento crono-cultural associado ao Monte da Foz 1 que surge, pela primeira vez, na bibliografia arqueológica. Os autores afirmam que este sítio “...poderá eventualmente corresponder a um contexto paralelizável” com o sítio Monte da Quinta 2, também em Benavente, com uma datação dos finais do 4º / inícios do 3º milénio AC (Valera, et al. 2006, p.291).

Em Março de 2005, a Brisa S.A. contrata a empresa Crivarque, Lda., para a execução das medidas de minimização propostas no RECAPE, a efectuar nas áreas identificadas como Monte da Foz 1 (Fig.8). Estas contemplavam a realização de sondagens arqueológicas manuais, na área onde se projectava a construção da Plena Via e do Estaleiro Central. Iniciava-se, desta forma, a intervenção arqueológica de emergência, subdividida em sete fases distintas, dirigida pelo autor e por Ana Filipa Rodrigues, que termina já no ano de 2006. A intervenção arqueológica, na sua globalidade, bem como o seu planeamento e metodologias preconizadas, estiveram sempre condicionadas pelos calendários e imperativos de obra. As 7 fases, que contemplam a totalidade dos trabalhos arqueológicos, surgem da obrigatoriedade de executar as medidas de minimização propostas após a realização de cada uma das fases (Fig.11). Desta forma, após a realização de uma fase de trabalhos, os responsáveis científicos, num acordo com o dono de obra (Brisa, S.A.) e com a tutela (Instituto Português de Arqueologia - IPA) em função dos dados arqueológicos obtidos e do grau de destruição que a obra contemplava num espaço específico definiam, a realização de novas medidas de minimização, a executar na fase seguinte.

Conscientes que a informação obtida durante as distintas fases da obra e da intervenção arqueológica não era suficiente para a caracterização do sítio, foi apresentado, em 2005, um Projecto de Investigação, inserido no Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos (PNTA), onde se integravam, para além deste sítio, os novos dados provenientes de outras intervenções de emergência e/ou preventivas realizadas em áreas geográficas adjacentes. Ao englobar o Monte da Foz 1 num projecto de investigação, abria-se a possibilidade de se estudar, na íntegra, os resultados obtidos no terreno, tendo disponíveis, por outro lado, melhores meios e possíveis leituras de carácter interdisciplinar, imprescindíveis para a sua melhor compreensão e caracterização.

O projecto de investigação, intitulado *Neolítico antigo e médio na margem esquerda do Baixo Tejo (NAM)*, co-dirigido com Ana Filipa Rodrigues e Mariana Diniz, tem como objectivo central a caracterização cronológica e cultural do Neolítico antigo e médio, na margem esquerda do Baixo Tejo, nas áreas administrativas dos concelhos de Benavente e Salvaterra de Magos, estando o sítio do Monte da Foz 1 enquadrado neste horizonte crono-cultural.

2.2 Intervenção Arqueológica

Os objectivos da intervenção de emergência no sítio Monte da Foz I foram os seguintes:

- Definição das áreas de concentração dos vestígios materiais visíveis à superfície do terreno e, desta forma, delimitar a potencial extensão do arqueossítio;
- Determinação da existência e grau de conservação de contextos estratigráficos, sequências de ocupação humana e estruturas conservados *in situ*;
- Integração crono-cultural dos vestígios através do estudo dos materiais arqueológicos que, eventualmente, fossem exumados no decorrer da intervenção.

Desta forma, e de um modo genérico, o principal objectivo desta intervenção arqueológica era a avaliação do valor patrimonial e científico das áreas sondadas e, a partir dos resultados obtidos, determinar as medidas de minimização mais apropriadas para a protecção/minimização de impactes negativos.

1ª Fase: Prospecção prévia

A prospecção de superfície prendeu-se com a necessidade de reconhecer, em campo, as áreas de concentração de elementos artefactuais, de qualquer natureza arqueológica, para posterior implantação das sondagens arqueológicas.

Realizada entre os dias 16 e 20 de Março de 2005, a prospecção incidiu nos sítios Monte da Foz 1 e Monte da Foz 2.

Efectuou-se a prospecção sistemática em toda a área da plataforma onde se previam trabalhos de remoção de terras e a construção do Estaleiro Central e da Plena Via.

Após a sua execução, constatou-se que o sítio arqueológico Monte da Foz 1 excedia os limites cartografados no RECAPE, verificando-se que grande parte dos vestígios se encontrava na área para onde estava prevista a construção do Estaleiro Central.

Considerando os resultados obtidos, propôs-se como Medida de Minimização a realização de 7 sondagens manuais de 2x2m na área do Estaleiro Central (2ª fase).

Apesar desta fase dos trabalhos não envolver uma intervenção directa no subsolo, a densa presença de materiais arqueológicos, numa área bastante dispersa, confirmava o carácter arqueológico deste sítio. Por outro lado, observava-se que a sua expressão à superfície estaria relacionada com o revolvimento de sedimento causado pela plantação de milho que ocorria há largo tempo no local do futuro Estaleiro Central. Este facto acrescentava a importância de ali se realizarem sondagens de diagnóstico, afim de se determinar o grau de conservação dos contextos arqueológicos.

2ª Fase: Sondagens na área do Estaleiro Central (Área B)

A fase seguinte, levada a cabo entre o dia 4 de Abril e o dia 18 de Abril de 2005, consistiu na abertura, por via manual, de 7 sondagens de 2x2m, perfazendo um total de 28m². A realização de sondagens, relativamente distantes entre si (entre os 12m e os 64m), permitiria circunscrever espacialmente a extensão do sítio arqueológico, salvaguardando, por outro lado, o registo de um contexto arqueológico que seria irreversivelmente destruído.

Os trabalhos revelaram um conjunto artefactual relativamente homogéneo, mas muito fragmentado ao nível das cerâmicas, cuja tipologia indiciava uma ocupação inserida numa fase antiga do Neolítico.

Reconheceu-se um revolvimento das camadas superficiais, provocado pelos trabalhos agrícolas. Este revolvimento encontrava-se bem demarcado através das “marcas de

arado” visíveis em escavação, atingindo cerca de 20/30cm de profundidade a partir da superfície topográfica.

Nas sondagens B1, B2 e B3 detectou-se uma disposição horizontal dos artefactos na base das camadas 42, 52 e 32, respectivamente. Tal facto permitiu afirmar que poderíamos estar perante a base de um nível arqueológico preservado, salientando que nas camadas abaixo não se verificavam materiais arqueológicos significativos, sendo estes provenientes de infiltrações das camadas acima identificadas.

Perante os resultados, o Estaleiro Central teve que ser replantado noutra local, dando origem à 3ª fase dos trabalhos arqueológicos.

3ª Fase: Sondagens Mecânicas no novo “Lay-out” do Estaleiro

Após a intenção por parte do dono da obra e do consórcio em alterar a localização do Estaleiro Central, procedeu-se à realização de 10 sondagens mecânicas na zona Este da plataforma. Esta acção teve lugar no dia 18 e 19 de Abril de 2006, tendo como finalidade o apuramento do potencial arqueológico da zona, uma vez que a visibilidade à superfície era nula.

Verificou-se a presença de escassos materiais arqueológicos (indústria lítica em quartzito e alguma cerâmica recente), mas, à semelhança do sucedido no sítio arqueológico Monte da Foz 2, os achados encontravam-se descontextualizados. A sequência estratigráfica assemelha-se à verificada no Monte da Foz 2: depósitos aluvionares erodidos e posterior colmatação com areias (Gaspar, 2005).

Esta fase permitiu libertar a área intervencionada na 2ª Fase, de qualquer acção de destruição por parte da obra, pois o Estaleiro Central passava para este novo espaço. Por outro lado, a reinstalação nesta zona obrigava ao alargamento do caminho de acesso do futuro Estaleiro.

O caminho, localizado na zona da Área B, e, em oposição a esta, sem vestígios de práticas agrícolas, uma vez que nem o arado, nem o pivot efectuaram, naquele local, trabalhos intensivos, poderia cobrir realidades arqueológicas bem preservadas. Desta forma, foi proposta a realização prévia de sondagens manuais de 2x2 m de 3m em 3m lineares, até a uma área próxima da sondagem B8, local aceite como sendo limítrofe do Monte da Foz 1. Esta medida não foi aceite, tendo a tutela decidido a execução de cinco sondagens manuais, de 15m em 15m, com o objectivo de se recolher o maior número possível de informação, uma vez que aquela área iria ficar sujeita a um tráfego intenso, derivado da circulação de maquinaria pesada.

4ª Fase: Sondagens manuais no caminho de acesso ao Estaleiro

Os trabalhos de campo desenvolvidos no Caminho de Acesso ao Estaleiro foram retomados entre o dia 26 de Abril e o dia 8 de Maio de 2005. Na totalidade, foram escavados 20m², divididos em cinco sondagens de 2x2m cada uma (Fig.9, 10 e 11).

Confirmou-se, durante esta fase, a existência do nível arqueológico preservado, permitindo uma melhor compreensão dos contextos anteriormente intervencionados (Fig.12). Assim, em todas as sondagens arqueológicas, foi identificado e registado o nível arqueológico *in situ* e, na sondagem B13, uma possível estrutura de habitat. O nível arqueológico caracteriza-se por uma camada com cerca de 25cm de potência, contendo um elevado número de materiais arqueológicos, de consideráveis dimensões e em bom estado de conservação. A pedra lascada passa a ser o elemento artefactual mais representativo, seguido da cerâmica e termoclastos.

Na sondagem B10, o horizonte arqueológico encontrava-se bem preservado, sem perturbações, no entanto, a dispersão vertical dos artefactos é uma realidade, dentro do próprio nível arqueológico, uma vez que o contexto geológico caracteriza-se pela presença das denominadas “areias superficiais”. Saliente-se o facto de se terem identificado escassos artefactos nas camadas superficiais, o que constituía um excelente indicador da preservação do nível arqueológico.

Na sondagem B11, a camada superficial, de revolvimento, continha alguns materiais arqueológicos, provavelmente provenientes do “varrimento” das áreas lavradas. As camadas que antecediam o nível arqueológico continham escassos materiais arqueológicos. O nível arqueológico apresentava-se afectado pela bioturbação vegetal, mais concretamente, por raízes de eucaliptos.

A sondagem B13 revelou a única estrutura até agora identificada no Monte da Foz 1. Trata-se de uma estrutura em fossa, que contém um sedimento arenoso e húmido de cor muito escura, com abundante cerâmica lisa e um número significativo de termoclastos. Procedeu-se à recolha de várias amostras de sedimento para futuras análises, tendo em vista uma melhor caracterização da funcionalidade e do conteúdo desta estrutura.

Uma vez que, em todas as sondagens realizadas, não se recolheram quaisquer restos de matéria orgânica que possibilite a obtenção de datações absolutas, bem como a reconstituição do subsistema paleoeconomico que as populações, que aqui passaram, adoptaram, as análises sedimentares que poderão advir das amostras recolhidas, tanto na estrutura como em outros contextos da escavação, servirão para complementar a

atribuição cronológica do sítio, até agora, realizada de acordo com critérios, exclusivamente, tipológicos.

Face aos resultados obtidos durante esta etapa, restava tentar aferir os limites para S e SE da ocupação. As restantes acções de trabalho deixaram de ter lugar neste sector. No entanto, possibilitariam sondar outras áreas, mais dispersas, obtendo uma leitura mais ampla que poderia fornecer mais informação concreta da área ocupada.

Esta fase, ao permitir a obtenção de uma leitura da estratigrafia do sítio, do tipo de materiais e estruturas que aí pudessem ter existido, faz com seja a que mais e melhor informação forneceu acerca do sítio arqueológico Monte da Foz 1. Desta forma, a amostra que se pretende estudar, no âmbito deste trabalho, provém das cinco sondagens realizadas nesta fase, excluindo-se o recurso a informação, artefactual ou estratigráfica, proveniente de outras fases de intervenção.

5ª Fase e 6ª Fase: Sondagens manuais na Plena Via (Área C)

A 5ª e a 6ª Fase reportam-se à zona da Via, tendo sido efectuadas as 3 sondagens de 2x3m, inicialmente previstas no Caderno de Encargos, às quais se acrescentariam outras sete (2x3m, cada uma), mais espaçadas, que possibilitassem uma leitura mais concreta do impacte negativo que a Via poderia ter em vestígios arqueológicos preservados.

As sondagens foram executadas nos meses de Junho e Julho de 2005, num total de 16 dias, tendo sido intervencionada uma área de 60m².

A sequência estratigráfica remete para camadas que apresentavam sinais de remeximento recente, correspondente a trabalhos agrícolas e circulação de maquinaria pesada que poderão ter destruído os elementos arqueológicos aí depositados. Os escassos materiais pré-históricos aparecem associados a materiais contemporâneos (cerâmica vidrada, plástico e metais), sendo que a cerâmica pré-histórica surge em mau estado de conservação.

Identificou-se, em todas as sondagens, um depósito sedimentar que, nos primeiros 10cm, contem escassos materiais arqueológicos, que podem ser intrusivos ou que corresponderão ao que resta da ocupação pré-histórica do Monte da Foz 1. Após a remoção destes 10cm, a sequência sedimentar torna-se estéril do ponto de vista arqueológico.

O facto de se ter verificado uma redução considerável de materiais arqueológicos, na área destas sondagens, poderá ser entendida como o limite Oeste e Sul do sítio.

As sondagens C4, C5, C6 e C7 corresponderão aos limites sul do que terá sido o povoamento no sítio Monte da Foz 1, facto sustentado pela escassez de material nesta área, relativamente o sector B. É, também a partir desta zona que se deixa de observar qualquer vestígio de superfície que indicie uma presença pré-histórica no local.

7ª Fase: Crivagem em Plena Via

Este trabalho, realizado entre as sondagens C8, C9, C10 e C4, C5 e C6, foi exigido pela tutela, pois esta zona seria alvo de aterro, para a construção da Via. Consistia na remoção dos sedimentos na área delimitada na cartografia (1336m²), numa potência de 25cm, para crivagem integral dos mesmos. A prioridade desta acção, que teve lugar em Maio e Junho de 2006, era recuperação de o maior número de material arqueológico possível, bem como uma melhor caracterização dos limites geográficos do sítio arqueológico.

A crivagem confirmou a inexistência de estratigrafia preservada. Os 25cm de potência estratigráfica removidos no sector A e B, não revelaram qualquer dado de uma estratigrafia segura, que contextualizasse os materiais arqueológicos recolhidos. No entanto, a informação registada mostrou novos dados acerca do que terá sido o povoamento no Monte da Foz 1. Embora as conclusões tiradas desta acção resultem de informação meramente tipológica e tecnológica, esta fornece indicadores cronológicos com alguma disparidade, o que poderá significar que este sítio não terá tido uma única fase de ocupação. Além dos artefactos contemporâneos surgem materiais arqueológicos que indicam, embora em menor escala, uma ocupação num espaço temporal compreendido entre o Neolítico final e o Calcolítico.

No Monte da Foz 1, os dados provenientes de contextos seguros e estratigraficamente conservados são limitados por uma metodologia de trabalho, que nunca teve como fio condutor uma orientação científica. O desenvolvimento de acções que permitissem caracterizar com maior rigor a ocupação antiga do Monte da Foz 1 esteve sempre num plano secundário face ao objectivo primordial, o de avaliar o impacte negativo que uma obra podia ter num sítio arqueológico. Foi com este propósito que se desenvolveram os trabalhos arqueológicos, o que limita a análise. Parece-nos que seria determinante, para uma ampla caracterização da ocupação humana do Monte da Foz 1, a realização de uma escavação em área que complementasse as leituras estratigráficas e os dados arqueológicos provenientes das sondagens, nomeadamente da 4ª Fase. Nesta área, face

ao nível arqueológico e à estrutura doméstica identificada, o alargamento da escavação para uma área aberta, em detrimento de sondagens espaçadas 15m entre si, poderia fornecer dados ao nível da organização, funcionalidade e estratégia de ocupação dos espaços habitacionais do povoado. Por outro lado, estando perante um espaço que teve ocupado em duas fases crono-culturais distintas, não identificadas em profundidade e, conseqüentemente, em estratigrafia, este tipo de abordagem metodológica possibilitaria aferir, com mais clareza, os limites e fronteiras onde se desenvolveram, horizontalmente, as duas ocupações.

Desta forma, este tipo de estratégia forneceria mais informação, que nunca seria em excesso num sítio que, após a obra em questão, dificilmente poderia ser alvo de uma intervenção arqueológica programada segundo pressupostos, exclusivamente, científicos.

Ainda que não seja possível reconstituir com rigor as dimensões originais dos espaços ocupados, os resultados obtidos permitem o conhecimento de uma ocupação humana antiga, num espaço territorial onde o conhecimento é particularmente reduzido para o horizonte cronológico em questão.

2.3 Metodologia de escavação e registo

Durante a intervenção arqueológica no Monte da Foz 1 foi desenvolvida uma metodologia de trabalho adaptada às realidades arqueológicas detectadas, mas, principalmente, aos constrangimentos próprios do quadro conceptual de uma escavação de emergência. O factor tempo, sempre exíguo, em conjunto com as limitações e condicionalismos espaciais, a ausência de uma intervenção em área, o grande espaçamento entre as sondagens e a numerosa equipa de trabalho, nem sempre enquadrada com as realidades a intervencionar, são condicionalismos relevantes na execução de uma intervenção com esta especificidade. Recuperar, registar e caracterizar com o maior rigor possível, a maior quantidade de informação, são as únicas premissas que regem este tipo trabalho. Neste caso, as áreas escavadas eram seguidamente destruídas ou colmatadas, não existindo qualquer possibilidade de se desenvolver novos trabalhos arqueológicos nesses locais.

No subcapítulo acima apresentado menciona-se a existência de dois trabalhos arqueológicos distintos desenvolvidos no Monte da Foz 1, a Prospeccção e a Escavação.

Neste texto, importará destacar a metodologia desenvolvida na prática da Escavação, nomeadamente na 4ª Fase dos trabalhos, as *Sondagens manuais no caminho de acesso ao Estaleiro*. No geral, o método e o registo desenvolvidos são idênticos aos executados nas restantes fases, ainda que adaptados aos condicionalismos particulares de cada intervenção.

A escavação do Sector B foi realizada segundo o método de decapagem por camadas naturais, não se tendo realizado qualquer subdivisão artificial das mesmas. O princípio de escavação adoptado procurava identificar e caracterizar realidades de formação natural ou antrópica, removendo-as do terreno, por ordem inversa da sua deposição (Barker, 1977; Harris, 1991; Harris et al. 1993).

Nas cinco sondagens, a primeira camada, por ser idêntica na sua composição sedimentar, foi designada como Superfície, seguindo-se um número na casa das centenas, usado, exclusivamente na sondagem respectiva. Por exemplo, na sondagem B10 o número era 111, na B11, 121, na B12, 131, na B13, 141 e, por último, na B14, o 151. A atribuição de camadas foi desenvolvida por ordem sequencial crescente, nunca repetindo um número e seguiu, preferencialmente, a ordem da escavação.

Todas as camadas foram registadas através do preenchimento de uma ficha e fotografadas em formato digital. Foram, igualmente, registadas graficamente, realizando-se os desenhos de todos os planos de depósitos, perfis estratigráficos, à escala 1:20, sempre com a indicação das cotas altimétricas absolutas. Foram registadas fotograficamente todas as realidades estratigráficas reconhecidas e dois perfis estratigráficos de cada sondagem.

A implantação das áreas de escavação, assim como todos os pontos altimétricos e registos topográficos efectuados, foram realizados com o apoio da equipa de topografia da Brisa, S.A., que procedeu à ligação da área escavada à Rede Nacional Geodésica.

A escavação arqueológica foi realizada, integralmente, de forma manual, com recurso a meios técnicos adequados ao contexto intervencionado, nomeadamente colherim, pá e pincel/escova, decorrendo em profundidade, até atingir camadas arqueologicamente estéreis (Foto 3). Em virtude do carácter expedito que se impunha neste trabalho, a sondagem B10 foi, no nível estéril, escavada em, somente 2m². A sondagem foi dividida em duas áreas, escavando-se numa metade, até atingir o 1m de profundidade. Este era o nível de profundidade mínimo, exigido pelo IPA, mesmo que já não se verificassem níveis e materiais arqueológicos (Foto 4).

Todo o sedimento escavado foi parcialmente crivado, com recurso a crivos com malha de 5mm. Inicialmente, procedeu-se ao crivo integral, tendo-se passado para crivagem parcial por amostra quando não foram identificados vestígios arqueológicos. Nesta fase, o crivo serviu como elemento comprovativo da ausência de vestígios arqueológicos.

Os materiais arqueológicos recolhidos foram, na totalidade, identificados com a Sondagem e Camada de onde provinham, mediante o preenchimento de uma ficha própria para esse efeito. Optou-se por não se efectuar a coordenação tridimensional dos artefactos arqueológicos devido, por um lado, à ausência de tempo, mas, acima de tudo, devido ao facto dos materiais já resultarem de áreas limitadas espacialmente (sondagens com 4m²), logo o seu registo tridimensional não teria um carácter espacialmente relevante, uma vez que não seria possível alargar as áreas intervencionadas (Foto 5).

Foram recolhidas amostras de sedimento em níveis arqueológicos de algumas sondagens e na estrutura identificada, na sondagem B13. Com esta acção, pretendeu-se salvaguardar algum sedimento que, através de análises mineralógicas, granulométricas e químicas, permitirá, no futuro, uma melhor caracterização da funcionalidade das realidades intervencionadas.

2.4 Estratigrafia

A sucessão estratigráfica identificada no Monte da Foz 1, que seguidamente se apresenta, refere-se, exclusivamente à 4ª Fase dos trabalhos arqueológicos. Esta opção, metodológica, visa enquadrar, por um lado, a área em que a estratigrafia apresenta uma sequência mais segura e preservada, mas, por outro lado, deve-se ao facto dos materiais arqueológicos que são o objecto de estudo desta dissertação, provirem desta área específica.

Embora esta zona não tenha sido escavada em área, as sondagens apresentam equivalências estratigráficas, permitindo correlacionar camadas e sucessões estratigráficas, entre si. Desta forma, a estratigrafia será apresentada, seguindo o quadro das equivalências estratigráficas (Quadro 1) de forma que, camadas idênticas, quer a nível estratigráfico, quer a nível geológico e arqueológico, sejam descritas em conjunto.

Sondagem B10/B11/B12/B13/B14 – Superfície

Camada superficial, de formação natural, com perturbações pós-deposicionais de origem antrópica (trabalhos agrícolas) e de bioturbação vegetal (raízes) e animal (tocas de roedores). Foi detectada em todas as sondagens, tendo sido integralmente escavada. Caracteriza-se por um sedimento arenoso, fino, muito solto ao nível da compactação, de coloração cinzento claro, correspondendo, na tabela de Munsell, à cor 2.5Y 7/1 (*light gray*). Apresenta uma espessura variável, entre os 5cm na B10, B11 e B13, e os cerca de 20cm na B12 e B14.

Os materiais arqueológicos são pouco frequentes e variam entre a cronologia pré-histórica e contemporânea. Nos artefactos pré-históricos, o predomínio vai para os de pedra lascada, nomeadamente esquirolas em quartzo e sílex.

Esta camada agrega elementos artefactuais recentes, resultantes da actividade agrícola e cinegética levada a cabo na área, em conjunto com outros elementos que terão origem nas camadas de ocupação arqueológica.

Sondagem B10/B11/B12/B14 – 111; 121; 131; 151

Camada orgânica muito idêntica à camada de superfície, excepto na sua compactação, sendo, nesta fase, semi-compacta. Arenosa, apresentando uma coloração castanha acinzentada, 2.5Y 6/3 (*light yellowish brown*), a sua espessura ronda os 15-20cm. Foi detectada em todas as sondagens, excepto na sondagem B13. Observou-se alguma componente orgânica, apresentando raízes de pequena dimensão, sendo, novamente, visível o revolvimento agrícola, embora esta não seja uma prática desenvolvida, neste área, num passado recente.

A presença de materiais arqueológicos é reduzida, mantendo-se, tal como na camada de superfície, em associação com materiais de época contemporânea. Os artefactos referentes à ocupação antiga do sítio apresentam-se muito fragmentados, ao nível das cerâmicas, estando a pedra lascada resumida a pequenas esquirolas em quartzo e sílex.

Sondagem B10/B11/B12/B13 – 112; 122; 132; 141

Camada estratigráfica de sedimento arenoso, fino, compacto, com coloração castanha, 2.5Y 5/4 (*light olive brown*). A espessura média encontra-se entre os 10 e 25cm. Os elementos que a distinguem da camada anterior são a coloração, a compactação e a presença das marcas de arado.

O índice relativamente elevado de perturbação de origem antrópica e contemporânea encontra-se registado nas marcas de arado, detectadas no decurso da sua escavação. Esta camada está presente em todas as sondagens, excepto na B14. Apresenta alguma perturbação de origem vegetal, atestada pela presença de raízes, embora se tenha deixado de observar a presença de tocas.

Detém ainda uma forte componente de materiais de época contemporânea. Os materiais de cronologia neolítica são escassos e muito fragmentados, ao nível da cerâmica, com as superfícies a apresentarem algum desgaste.

Sondagem B11/B12/B13 – 123; 133; 142

Camada arenosa, solta e de cor amarela, 5Y 8/6 (*yellow*), pouco homogénea, visto ter matizes mais escuras, de cor castanha, 2.5Y 5/4 (*light yellowish brown*). Ocorre, somente, nas sondagens B11, B12 e B13, apresentado uma espessura muito variável que oscila entre os 10 e 20cm.

Os materiais arqueológicos da ocupação neolítica são escassos, dando continuidade ao registado nas camadas acima descritas, embora, no caso das cerâmicas, já apresentem maiores dimensões e superfícies menos erodidas. A pedra lascada, caracteriza-se pela presença, residual, de restos de talhe, lascas e lamelas em quartzito, sílex e quartzo.

Um dos elementos de distinção face às camadas subsequentes é ausência de materiais intrusivos de época contemporânea.

Esta será uma camada de transição entre as unidades de superfície e as camadas que atestam a utilização neolítica do sítio.

Sondagem B11/B12 – 124; 134

Camada de origem natural, arenosa, de cor castanha, solta na sua compactação e com uma espessura de cerca de 15cm. Em relação às camadas 123 e 134, a sua coloração é o

elemento que as distingue. Devido a alguma presença de raízes, a sua coloração poderá ter uma tonalidade mais escura, voltando à cor castanha, 2.5Y 5/4 (*light yellowish brown*).

Nestas sondagens, é a camada que colmata o nível arqueológico. Regista-se uma maior presença de materiais arqueológicos e uma total ausência de materiais de época contemporânea.

Poderá corresponder à fase de abandono da ocupação neolítica. A presença de alguns termoclastos em quartzito, não estruturados, poderá indiciar a presença de estruturas domésticas já desmanteladas.

As cerâmicas apresentam um estado de conservação e dimensão bastante considerável, o que poderá indiciar a presença de camadas estratigráficas bem preservadas, que terão sido colmatadas e, desta forma, protegidas por processos de sedimentação rápida, característicos destes contextos geológicos.

Sondagem B10/B11/B12/B13/B14 – 113/113a; 125; 135; 143; 152

Camada arenosa, de cor amarela, 2.5Y 8/4 (*pale yellow*), e muito solta na sua compactação. O topo desta camada (primeiros 20cm) deverá corresponder ao nível arqueológico preservado e foi detectado e integralmente escavado em todas as sondagens (Fig.16 e 17; Foto 6). Tem uma espessura média de 20/30cm. Na sondagem B12, esta espessura aumenta até aos 50cm, embora os últimos 20cm se caracterizem pela diminuição de materiais arqueológicos (Fig.13 e 14).

Contém um número muito elevado e homogéneo de materiais arqueológicos cronologicamente enquadráveis com Neolítico antigo e/ou médio. Os artefactos cerâmicos apresentam-se em bom estado de conservação, com consideráveis dimensões e superfícies bem conservadas. Ao nível da pedra lascada, destaca-se a presença de lamelas, núcleos, lascas e alguns utensílios, quer em sílex, quer em quartzito.

Na sondagem B10, uma vez que se observou que os materiais arqueológicos iam diminuindo à medida que se escavava, optou-se por fazer um plano intermédio (camada 113a) e separar os materiais. Ao nível da composição sedimentológica mantém-se as mesmas características entre a 113 e 113a. O carácter urgente que regia a intervenção não permitiu que esta opção metodológica fosse realizada nas outras sondagens. Desta forma, só foi possível registar esta situação em perfil na sondagem B10.

Lamenta-se a total ausência de restos faunísticos e de carvões, facto ao qual a acidez dos solos não é alheio.

Sondagem B13 – 144

A única estrutura identificada localiza-se na sondagem B13 (E1). Corresponde a uma estrutura negativa, tipo “fossa”, apresentando, em planta, uma forma ovalada, e em corte, uma forma elíptica. Localiza-se no centro da sondagem, com tendência a alargar-se para o corte Oeste (Fig.15 e 18). A sua dimensão é de cerca de 1m de comprimento, com uma largura máxima de 60cm. A profundidade está compreendida entre os 10 e 20cm (Fig.21).

Do seu topo e interior foram exumados inúmeros materiais arqueológicos (Fig.19 e 20; Foto 7). Saliente-se o facto, de se ter recolhido no interior desta estrutura um número considerável de cerâmica, toda ela muito queimada, pertencente a um grupo muito restrito de recipientes. A recolha de termoclastos, alguns agrupados com fractura *in situ*, também muito queimados sugere-nos que esta estrutura negativa possa ser uma estrutura de combustão, da mesma tipologia das que são conhecidas em sítios com uma cronologia contemporânea do Monte da Foz I, que se situam na área de Sines.

A estrutura está escavada no nível arqueológico, neste caso na camada 143, tendo sido recolhidas amostras de sedimento para futuras análises químicas, que adjuvem na sua caracterização. A tonalidade escura, referente a areia concrecionada por acção do fogo, corresponde, na tabela de Munsell, à cor 5YR 3/3 (*dark reddish brown*).

A ausência de cinzas pode ser entendido por um fenómeno de lixiviação, fenómeno este que ocorre, com grande particularidade, em solos desprovidos de um denso coberto vegetal, por acção das águas pluviais e fluviais.

Sondagem B10/B11/B12/B13/B14 – 114; 126; 136; 145; 153

Camada natural, arenosa, muito fina, muito solta e de cor amarela, 2.5Y 8/6 (*yellow*). Os materiais arqueológicos, que vão rareando até a camada se tornar estéril do ponto de vista arqueológico, encontram-se em bom estado de conservação, embora a sua dimensão diminua. A sua presença nesta camada justificar-se-á através de infiltrações levadas a cabo por bioturbação vegetal e animal.

Identificada em todas as sondagens, desconhece-se, no entanto, a sua real espessura, em virtude de não se ter atingido ao seu limite inferior. Escavou-se um máximo de 1,20m.

Sondagem B14 – 154

Camada de origem natural, fina, de matriz arenosa, muito solta no que se refere à sua compactação e de coloração amarela clara, 2.5Y 8/3 (*pale yellow*). Em termos arqueológicos a camada é estéril. Corresponde a uma subdivisão da camada 153, em virtude de tentar aferir até que profundidade poderia ir a ausência de materiais arqueológicos, ou de se detectar outra ocupação mais antiga deste espaço.

O seu limite inferior não foi detectado, pois só foi escavada até atingir o 1,20m de profundidade.

3. Cultura Material

3.1 Cerâmica

Partindo-se, as cerâmicas estão a colaborar com o arqueólogo, porque tal obriga a que se façam outras, e as formas e as decorações vão mudando ao longo do vector Tempo. São assim, ao contrário da pedra lascada ou da pedra polida, indicadores muito sensíveis em periodização.

Sem elas, tantas vezes, o que seria de nós?

Victor S. Gonçalves, 2001, p.13

3.1.1. Ponto prévio

A cerâmica, na Pré-história, constitui, acima de tudo, uma produção prática mas com um significado funcional que vai muito além do utilitário. É um indicador de uma gama de actividades específicas que podem ser, exclusivamente, profanas mas, também, simbólicas, ideológicas, estéticas, económicas, rituais e reveladoras de uma expressão de prestígio e de condição social. É um elemento que espelha um conjunto de acções e comportamentos quotidianos de uma comunidade, tornando-se inseparável do *modus vivendi* das sociedades camponesas, acompanhando, inclusive, os agentes de um grupo humano até nos Espaços da Morte.

Desde as primeiras produções que se tornou no material arqueológico mais presente no registo artefactual. A (quase) incapacidade de se reutilizar uma vez fracturada, a sua resistência e poder de conservação, delega-lhe um carácter quase “omnipresente” no registo arqueológico.

Por isso, a construção de uma tipologia cerâmica é um dos objectivos que importa alcançar num estudo desta natureza. É a integração dos objectos em classes, implicando a formulação de juízos de semelhança e diferença (Alarcão, 2000, p.65). Reduzir o objecto à condição de *tipo* é um acto inevitável. Definido por uma agregação de variáveis (matéria; forma; dimensão; função; estilo), o artefacto, já como *tipo*, poderá fazer parte de um estudo mais amplo onde se procurem comparações estilísticas, formais e funcionais, onde se insere, de igual modo, a determinação da sua proveniência e eventual cronologia.

Desta forma, a construção de um quadro tipológico é, como refere Jorge Alarcão, “... uma maneira de representar a cultura material...” (Alarcão, 2000, p.68). Um conjunto de artefactos que se encontre associado através das suas variáveis, inserido num determinado espaço temporal e geográfico, é uma cultura (Alarcão, 2000). Assim, a construção de tipologias conduzirá à definição de uma cultura que, no caso da cerâmica, é o “...resultado de procesos de trabajo concretos que (...) reúnam requisitos cuantitativos y cualitativos, objetivos y subjetivos necesarios para satisfacer una determinada necesidad por parte de la comunidad que los ha producido.” (Clop Garcia, 2001, p.1).

No caso concreto do estudo do processo de Neolitização no actual território português, o potencial informativo que os artefactos cerâmicos têm vindo a fornecer está, normalmente, relacionado com a atribuição cronológica que a presença, ou ausência de determinado elemento cerâmico – normalmente por via da técnica e motivo decorativo – representa.

As etapas iniciais relativas ao Neolítico antigo em Portugal foram definidas a partir de leituras excessivamente artefactualistas (Diniz e Carvalho, no prelo), nomeadamente a partir da análise estilística das cerâmicas (Guillaine e Ferreira, 1970), demonstrando o peso desta componente artefactual no registo arqueológico e na caracterização cronológica, funcionando como claros elementos definidores de uma nova realidade social. O excessivo significado da componente cerâmica, como indicador crono-cultural seria, por outro lado, o resultado da ausência de outras evidências empíricas, culturalmente significativas, nomeadamente restos faunísticos e cerealíferos, claramente indiciadores de uma nova tendência económica.

A abordagem que seguidamente se inicia, pretende caracterizar um conjunto cerâmico concreto, gerando um grupo de dados que ultrapasse uma visão meramente cronológica, alargando o questionário, com o objectivo de ir ao encontro dos elementos culturais e do patamar socio-económico de uma comunidade que produziu um aparelho cerâmico para um ou múltiplos fins.

3.1.2. Características da amostra: dimensão, descrição e contexto de recolha

O conjunto de materiais em cerâmica, proveniente de um horizonte arqueológico específico das cinco *Sondagens manuais no caminho de acesso ao Estaleiro*, é formado

por 2563 fragmentos de recipientes, e por nove objectos cilíndricos de funcionalidade indeterminada.

À parte dos artefactos cerâmicos, foram registados, em todas as sondagens estudadas, pequenos nódulos de morfologia irregular em argila cozida sem qualquer tratamento ao nível de alisamento das faces, que poderão ter tido uma função de revestimento ou colmatação associada a espaços e estruturas domésticas, embora em nenhum dos casos se tenha conservado negativos de ramagens.

Recipientes cerâmicos: selecção, metodologia e objectivos do seu estudo

Uma das principais lacunas observadas aquando do estudo das primeiras sociedades camponesas no actual território português, é a ausência de uma normalização dos critérios de análise da componente artefactual dos contextos arqueológicos. No geral, os estudos existentes, apresentam uma metodologia de análise que difere de sítio para sítio e de autor para autor. Cada investigador opta por desenhar uma metodologia de descrição que se adapte ao conjunto particular que analisa. Desta forma, a estabilização do discurso e a norma descritiva dos artefactos continua ausente, impedindo ou dificultando uma análise transversal que permita ler, em conjunto, os artefactos cerâmicos.

Embora se reconheça que cada conjunto tenha a sua identidade, referente ao espaço crono-cultural e geográfico em que foi produzido e ao contexto em que foi identificado e recolhido, é indispensável disciplinar o discurso arqueológico que facilitará estudos comparativos e a compreensão de outros conjuntos artefactuais estudados por outros autores.

Nesse sentido, optou-se por adoptar os critérios de análise utilizados por Mariana Diniz no estudo dos artefactos cerâmicos da Valada do Mato (Diniz, 2007, p.119-142).

No geral, a estrutura usada por Mariana Diniz, já seguida por outros investigadores (Carvalho, 2007), permite que se efectue um estudo cerâmico que parte de pressupostos metodológicos elaborados em trabalhos de leituras generalizantes (Martins e Ramos, 1992; Caro Bellido, 2002) e em obras de referência (Seronie-Vivien, 1982; Gonçalves, 1989; Simões, 1999), onde a análise de conjuntos cerâmicos das primeiras sociedades camponesas teve um importante destaque.

Perante 2563 fragmentos de cerâmica, impunha-se a inevitável selecção da amostra a estudar, para que a mesma fosse representativa do conjunto, e que possibilitasse a sua

caracterização e definição tecnológica e tipológica. Com este fim, os fragmentos foram sujeitos a distintas metodologias de análise consoante a sua categoria artefactual.

Depois de lavado todo o material, os fragmentos de bojo sem qualquer tipo de decoração ou elementos de preensão e/ou suspensão (e.p.s), foram contados e pesados por sondagem e por camada de proveniência.

Obtiveram-se colagens a partir de alguns destes fragmentos, sem que a informação daí proveniente fosse esclarecedora no que respeita ao ensaio de reconstituições de vasos cerâmicos. A partir dos bojós lisos não foi possível recuperar formas integrais ou parciais, sendo este um processo de reconhecida dificuldade, principalmente neste conjunto cerâmico constituído por elementos com um elevado grau de fragmentação. Os fragmentos de bojo que apresentavam uma maior espessura relativamente à generalidade dos elementos do conjunto, foram medidos para auxiliar a definição da dimensão dos recipientes, temática que se abordará mais adiante.

Finda a análise destes fragmentos, os mesmos foram armazenados e distribuídos consoante o seu contexto de proveniência.

Desta forma, a triagem gerou um subconjunto com todos os fragmentos que possuíssem informação culturalmente significativa, afim de serem descritos de forma individualizada. Desta amostra, fazem parte todos os bordos, os bojós com decoração, os fundos, e os elementos de preensão e/ou suspensão isolados, nomeadamente as asas, mamilos ou pegas. A ficha descritiva, adaptada de Mariana Diniz (Diniz, 2007, p.231-233), bem como os correspondentes critérios de preenchimento serão apresentados em anexo.

Este conjunto integra 243 registos, que correspondem a 261 fragmentos. A presença de maior número de fragmentos relativamente ao número de registos deve-se ao facto de terem existido colagem entre bordos e bojós de uma mesma peça. Embora se tenha observado colagem entre elementos do bordo, estes fragmentos receberam um número de inventário diferenciado.

Todos os fragmentos inventariados foram desenhados tendo em vista a sua caracterização tipológica. O material mais elucidativo do ponto de vista crono-cultural e tipológico está patente nos Anexos.

A descrição e classificação dos materiais individualizados tiveram como objectivo a definição dos processos tecnológicos, a análise tipológica e a caracterização dos sistemas de produção e utilização dos recipientes cerâmicos.

3.1.3. Descrição e classificação

Dos 2563 fragmentos pertencentes à amostra estudada, 232 pertencem a bordo, 2329 são bojos, um fragmento foi classificado como fundo e um relaciona-se com um elemento de prensão e/ou suspensão, aparecendo isolado do seu recipiente original (Quadro 2).

Do universo dos 2329 bojos de recipiente, existem 1180 que apresentam um estado de fragmentação muito elevado, possuindo dimensões inferiores a 2cm.

Considerou-se como bordo todos os fragmentos que, sem fractura ou colagem, iam do topo da peça até ao ponto de inflexão onde se principia o fundo. As reduzidas dimensões de alguns bordos aliadas ao relativo sucesso de reconstituição de recipientes, não justificavam a inclusão de mais um campo descritivo referente ao estado do fragmento que distinguisse um bordo de um bordo/bujo.

Embora se esteja perante um conjunto de pequenas dimensões, não foi possível definir o número mínimo de recipientes. O grau de fragmentação do material, o número de fragmentos lisos e a dispersão espacial que as cerâmicas sofrem em habitats abertos não permite, com um grau mínimo de segurança, estimar o número de contentores presente na amostra estudada.

Origem e características das argilas

Nos primeiros grupos neolíticos, na cadeia operatória da cerâmica, a obtenção das argilas ocorre num espaço próximo do local de habitat. Numa ocupação de curta duração, como parece ser o caso do Monte da Foz 1, a exploração do território desenvolvia-se, obrigatoriamente, em áreas próximas, afim de não se desperdiçar meios e energias necessárias ao desenvolvimento de outras actividades prioritárias.

Embora a análise efectuada aos materiais do Monte da Foz 1 não tenha incluído uma leitura petrográfica apoiada em lâminas delgadas, a observação realizada (com recurso a lupa simples) permitiu recolher informação quanto à composição e origem das argilas.

As argilas identificadas coincidem com os barreiros existentes em áreas limítrofes do sítio arqueológico, onde a presença de partículas de areia deslocadas pela acção vento e da água (cheias e chuvas) tem um forte peso, ajudando à fragmentação dos barros. Através da observação directa de taludes em áreas até cerca de 2km do Monte da Foz 1, foi possível registar a presença de barros/argilas idênticos aos das pastas dos recipientes

(Foto 8 e 9). Estas argilas foram por nós recolhidas e posteriormente, testadas, transformadas em barro, comprovando-se que detinham plasticidade suficiente para moldar as formas utilizadas e produzidas no Monte da Foz 1 (Foto 10 e 11.). As matérias-primas identificadas nas pastas são, portanto locais, estando o quartzo e feldspato presentes, combinados ou individualmente, em todos os exemplares registados.

É de admitir que se procedesse à moagem do quartzo e do feldspato, procurando pastas mais finas que possibilitassem a produção de recipientes pouco espessos, embora as argilas que se recolheram já apresentem, pelas suas características primárias, elementos não plásticos de grão fino e médio.

Este processo está atestado no Monte da Quinta 2, numa ocupação especializada do Neolítico final, situada a poucos quilómetros do Monte da Foz 1, onde o recurso a matérias-primas e argilas locais foi, por via de um estudo arqueométrico, comprovado (Valera, Tereso e Rebuge, 2006, p.295).

O equilíbrio percentual entre o número de elementos não plásticos na composição das pastas, bem como a ausência de associação entre o número de elementos não plásticos e a produção de formas cerâmicas particulares, deixa perceber que a obtenção das argilas e a aplicação dos desengordurantes não obedeceria a nenhum critério rigoroso e planificado. Este procedimento parece estar relacionado com a natureza da ocupação, tentando-se, por outro lado, avaliar se será, também, uma característica tecnológica com significado cultural e cronológico.

Pastas

Os dados aferidos a partir da análise dos fragmentos cerâmicos, permitem afirmar que, quanto à homogeneidade, os recipientes apresentam, no geral, pastas compactas, tendo esta situação sido observada em 182 exemplares. Em contraste, com pouca frequência, registam-se as semi-compactas, identificadas em 47 exemplares, surgindo, por fim, de forma residual, as pastas friáveis em 14 exemplares (Gráfico 1).

Relativamente ao número de elementos não plásticos (e.n.p.), 96 peças possuem-no em número abundante, 80 em número razoável e 67 em número escasso (Gráfico 2).

Quanto à dimensão dos e.n.p., a presença exclusiva de e.n.p. finos ocorre em 47 exemplares, de e.n.p. finos e médios em 61 registos, sendo o grupo mais representado, com 127 registos, o das pastas que apresentam e.n.p. finos, médios e grandes. Em

número muito residual, em apenas 8 exemplares, registou-se as pastas com uso exclusivo de e.n.p. de grandes dimensões (Gráfico 3).

A utilização das matérias-primas caracteriza-se, por norma, à aplicação conjunta das mesmas, sendo pouco frequente o seu uso de forma individualizada. Resume-se, ao uso exclusivo do quartzo, a 29 peças e de feldspato, somente, a 3. O grupo maior, presente em 117 peças, reporta-se à aplicação conjunta de e.n.p. de quartzo e feldspato. Registou-se em 94 peças, a aplicação de mica, juntamente com e.n.p. de quartzo e feldspato (Gráfico 4).

Acabamentos de superfície

O conjunto cerâmico registado individualmente no Monte da Foz 1 caracteriza-se por uma relativa homogeneidade de acabamentos entre a superfície interna e externa.

As superfícies internas encontram-se polidas em 24 casos, sendo que esse polimento foi feito sobre aguada em 2 peças. O grupo mais representado, com 99 casos, refere-se aos exemplares a que foi dado um alisamento da superfície. Em 2 casos, esse tratamento foi realizado sobre aguada. A conservação dos traços de alisamento, principalmente nas superfícies internas, está bem evidente num número significativo de exemplares.

Em 88 casos, estas superfícies, não apresentam qualquer tipo de tratamento, afigurando-se como toscas, e em 31 peças as superfícies encontram-se erodidas (Gráfico 5).

À semelhança do observado com as superfícies internas, na face externa domina o alisamento, identificado em 111 casos, sendo que em 2 fragmentos este alisamento se processou sobre aguada. As superfícies externas apresentam-se polidas em 39 exemplares, estando presente em uma peça, o polimento sobre aguada.

Registaram-se 56 superfícies sem qualquer tipo de tratamento, apresentando-se toscas, e 37 em que não foi possível observar o cuidado dado à superfície, estando, desta forma, erodidas (Gráfico 6).

Cozedura

Relativamente ao ambiente de cozedura, a observação da cor dominante, conservada na superfície externa e nas fracturas, é o indicador essencial para a caracterização do ambiente da cozedura e do respectivo arrefecimento (Silva e Soares, 1976-77).

Neste subconjunto, há uma clara predominância dos recipientes processados em ambientes redutores, observados em 215 exemplares, sendo que a sua maioria, 146

casos, tiveram um arrefecimento com uma presença significativa de oxigénio no meio onde foi realizado. Em menor número observa-se as cozeduras integralmente oxidantes, registadas em 25 exemplares, estando claramente residuais, as cozeduras processadas em ambientes oxidantes com arrefecimento redutor, registadas em, apenas, em 3 peças (Gráfico 7).

Quanto à coloração dos recipientes, 99 fragmentos que apresentavam tons entre o castanho claro e o bege acinzentado, foi, partindo da tabela de Munsell, atribuída a cor 10YR 5/3 (*brown*), a 61 fragmentos, com as superfícies de cor castanho alaranjado pálido, foi atribuída a cor 7.5YR 5/6 (*strong brown*), a 43 peças de cor laranja vivo, foi atribuída a cor 2.5YR 5/6 (*red*), a 36 fragmentos com tonalidade castanho avermelhado, foi atribuída a cor 2.5YR 4/4 (*reddish brown*) e, por fim, nos 4 exemplares que apresentavam um vermelho intenso, foi atribuída a cor 10R 4/6 (*red*) (Gráfico 8).

Em 42 casos, foram registadas manchas de tonalidades escuras (entre o cinzento e o negro), atribuídas com a cor 10YR 3/1 (*very dark gray*), que se considerou como cor secundária, provavelmente originada por factos ocorridos durante o processo de cozedura ou no seu uso quotidiano.

Não parecem existir afinidades nítidas entre a homogeneidade das pastas, número e dimensão de e.n.p. e acabamentos de superfície. Mesmo nos recipientes onde foram aplicadas as decorações, não há um cuidado especial relativamente ao acabamento de superfícies, verificando-se todas as situações possíveis, sem que isso prejudicasse a qualidade técnica dos motivos e técnicas decorativas.

A homogeneidade do conjunto parece indicar que não existiria uma selecção de tipos específicos de argila, para a manufatura de recipientes específicos do ponto de vista formal e/ou funcional.

Relativamente ao método de execução de peças de cerâmica, a modelação manual permite-o de duas formas distintas. A técnica da “bola”, que consiste na execução das peças a partir de uma bola de argila que é trabalhada até à forma pretendida, e que parece ser a mais indicada para as formas abertas (Vigué, 1997, p. 48). No entanto, não há indícios que esta tenha sido a técnica utilizada na execução dos recipientes deste conjunto.

Ao contrário, a presença de fragmentos, no conjunto, com ligeiras ondulações horizontais e paralelas ao bordo, confirmam a utilização da outra forma de execução manual da cerâmica, a técnica de sobreposição e união de rolos de argila. Este método, que exige mais planeamento e técnica ao oleiro, visto que requer uniformidade nos rolos

de argila utilizados (consoante a espessura e dimensão pretendida para a peça), permite a modelação de qualquer tipo de peça, aberta ou fechada (Vigué, 1997, p.51).

O processo de cozedura processar-se-ia em contextos de combustão simples, quer em fogueiras onde as peças, após uma secagem, seriam colocadas sobre uma base em termoclastos e, de seguida, cobertas por ramagens e lenha que seria acendida, de forma a que os recipientes fiquem completamente rodeados pelo fogo. Em alternativa, ou em conjunto com o método da fogueira, abrir-se-ia uma cova no solo, com pouca profundidade, colocando, novamente, uma base em termoclastos e/ou brasas, onde seriam colocadas as peças, novamente expostas ao calor devido à fogueira acesa no topo da cova. A terra retirada, colocada em montes ao redor da estrutura, pode servir de barreira à acção dos ventos. Este método pode ser mais eficaz, podendo, através das paredes da cova conservar mais tempo o calor, com a terra a ter uma funcionalidade isolante. De igual modo, torna-se mais simples o controlo da atmosfera de cozedura, tal como a etapa de arrefecimento, colmatando com mais materiais a fogueira, caso se pretenda um arrefecimento reductor, ou deixando apagar o fogo naturalmente, desmantelando a estrutura de combustão, enriquecendo a atmosfera com oxigénio, caso se deseje um arrefecimento oxidante (Vigué, 1997, p.57; Caro Bellido, 2002, p.75).

Em ambos os processos, a cozedura é de curta duração, com o calor a chegar com relativa facilidade ao centro do monte das cerâmicas que estão a cozer, atingindo as temperaturas necessárias (não ultrapassando os 700°C), ao fim pretendido (Vigué, 1997, p.56-57; Caro Bellido, 2002, p.75).

A rapidez da cozedura pode provocar fracturas nas peças, constituindo uma realidade com grandes implicações no registo arqueológico.

Análise tipológica

No conjunto de 232 fragmentos de bordo, foi possível aferir a orientação geral do recipiente em 164 casos, o que corresponde a mais de 70% dos bordos. Irregularidades ao nível do bordo, características de uma produção manual, em conjunto com a reduzida dimensão de alguns fragmentos, impossibilitaram a definição da orientação de 68 exemplares.

Forma – orientação

As formas fechadas estão representadas em 81 fragmentos, as formas abertas em 66, as formas com paredes rectas em 16 e, em formas de colo diferenciado, somente um fragmento.

Com o objectivo de simplificar a leitura estatística que comparasse a presença de formas abertas e fechadas do conjunto, decidiu-se incluir as formas com paredes rectas no conjunto das formas abertas e, os vasos de colo no conjunto das formas fechadas (Gráfico 9).

Seguidamente, a análise dos fragmentos procura a definição funcional e tipológica do recipiente. Para tal, os principais indicadores são as dimensões e a capacidade do recipiente.

Visto que não se conseguiu obter, quer no processo de escavação quer mediante a colagem de fragmentos, o registo de formas com perfil completo, não se tornou possível aferir as volumetrias dos recipientes. De igual modo, não se procedeu à reconstituição gráfica dos vasos, devido, em parte, ao evidente número de formas fechadas e paredes rectas, mas, também, à pequena dimensão de alguns fragmentos, o que impossibilitava uma aproximação segura à realidade morfológica do conjunto.

Forma – dimensão

O diâmetro da abertura e o diâmetro do bojo foram os valores utilizados para caracterizar as dimensões dos recipientes. A ausência de fragmentos com o perfil completo, desde do bordo à base do recipiente, não deixa muitas alternativas, ainda mais quando, para este tipo de contexto crono-cultural, os estudos cerâmicos não abundam, tal como a existência de recipientes inteiros conservados em contexto de habitat, dificultando a tentativa de se encontrar um termo de comparação.

Desta forma, devido às lacunas acima enumeradas relativas a este conjunto e consciente da necessidade de uma padronização dos valores tipológicos que permitam contrastar e contestar com outros conjuntos provenientes de distintos sítios arqueológicos, recorre-se ao cálculo realizado para o conjunto cerâmico da Valada do Mato, que classifica a dimensão dos recipientes (pequenos, médios e grandes) após a leitura feita a partir da correlação entre os diâmetros internos da abertura e os diâmetros dos bojos (Diniz, 2007, p.125-127).

A classificação dos recipientes, a partir da leitura dos diâmetros internos da abertura e o diâmetro máximo do bojo, pôde ser efectuada em 110 peças. As medidas verificadas do diâmetro interno da abertura estão compreendidas entre os 65 e os 345mm.

O conjunto caracteriza-se pelo predomínio dos recipientes de média dimensão, facto registado em 85 casos. A percentagem de pequenos e grandes contentores corresponde a 22% do total do conjunto, número condizente com classes escassamente representadas. Definidos como grandes recipientes surgem 19 peças e, como pequenos recipientes, somente, 6 (Quadro 3). No entanto, surgem mais de uma dezena de recipientes com diâmetros internos de abertura com dimensões entre 10 e 13mm, isto é, mais próximos das medidas médias dos pequenos recipientes do que das medidas médias do recipientes de média dimensão. De forma inequívoca, o conjunto tem tendência a um domínio de formas médias e de pequena dimensão, deixando num plano residual a classe de grandes contentores (Gráfico 10).

Relativamente aos bojos, no conjunto individualizado, registaram-se espessuras entre os 4 e os 15mm. Em termos de representatividade, predominam as paredes com espessuras finas, entre os 6-8,9mm, em 153 recipientes (63% do conjunto), seguindo-se as paredes muito delgadas, entre os 4-5,9mm, com registos em 55 recipientes (23%). As paredes espessas, entre 9 e os 12,9mm, representam 12% do conjunto, enquanto que as paredes muito espessas compreendem, apenas, 2% dos exemplares (Quadro 4 e Gráfico 11).

A presença elevada de espessuras finas e delgadas comprova os maioritariamente registados recipientes de média dimensão. Tal como ocorre com a classe dos grandes contentores, as paredes espessas e muito espessas têm uma frequência muito baixa no conjunto, facto muito importante na compreensão da funcionalidade e estratégia de ocupação do sítio arqueológico em estudo¹.

As paredes terminam em bordos morfologicamente simples. O bordo apresenta-se arredondado em 148 casos e, em 52, biselado. A acção que permitiu que o bordo obtivesse uma forma aplanada, ocorreu em 32 peças. Quanto à sua orientação, foi registado como recto em 118 exemplares, ocorrendo, de forma regular, a apresentação de inflexões simples, quer de maneira extrovertida, em 66 peças, quer de feição introvertida, em 48 casos.

¹ Registou-se a presença de 56 fragmentos de paredes espessas e de 9 fragmentos de paredes muito espessas no conjunto dos bojos sem decoração ou qualquer elemento de preensão e/ou suspensão. Tendo em conta que surgem num universo de 2329 fragmentos, o seu peso e percentagem revelam uma reduzida expressividade.

Catálogo de formas

Os materiais em estudo foram enquadrados num catálogo de formas adaptado (Diniz, 2007, p.129-130), que, de forma explícita, pretende designar a morfologia do recipiente, a partir da figura geométrica que melhor o identifique. Mesmo tendo em conta as limitações resultantes de uma produção manual que, por vezes, confere características de excepção a um recipiente, o catálogo pretende impor uma tabela tipológica comum, que seja linear e de rápida apreensão. Desta forma, pretende-se alterar o que tem sido norma até então, na descrição das formas cerâmicas, onde se multiplicam "... as designações, de carácter morfológico, que referem umas vezes o tipo de abertura, outras a figura geométrica mais próxima, ou ainda uma funcionalidade admitida." (Diniz, 2007, p.128).

As formas mais registadas no Monte da Foz 1 são a hemisférica, em 66 exemplares, a esférica, em 46 e a ovóide, com 35 fragmentos. Com presença residual, surgem os vasos de paredes rectas, em 16 fragmentos e, apenas 1, corresponderá a um vaso de colo (Quadro 5 e Gráfico 12).

O conjunto apresenta, à primeira vista, uma variabilidade tipológica que pode indiciar a presença de um contexto habitacional de longa duração, onde a actividade social e económica sugerisse a utilização de diversos tipos de vasos, para as mais distintas funções. No entanto, partindo do facto que, no conjunto, a maior parte dos recipientes de grandes dimensões, geralmente associados a actividades de armazenamento, correspondem a vasos de paredes rectas, e observando as baixas percentagens destes últimos, facilmente se comprova que a variabilidade tipológica é ocasional (Estampa XV).

Os vasos que caracterizam o conjunto são, na sua grande maioria (89% do total), hemisféricos, esféricos e ovóides.

Fundos

Só um fragmento foi registado como pertencente à base de um recipiente. Trata-se de um fundo plano que detém uma pequena quebra de linha de perfil onde se procederia à união do bojo com a base do recipiente. Esta característica foi essencial na sua definição, pois a dificuldade em aferir com segurança este tipo de fragmento é considerável.

As dimensões do fragmento não permitem avançar com uma classificação tipológica do recipiente a que terá pertencido.

A tipologia dos recipientes apresenta fundos que não têm traços claramente esclarecedores e elucidativos que se está perante a base de um vaso. Desta forma, é de prever que existam mais fragmentos, no conjunto em análise, pertencentes a fundos, mas que estejam inseridos no campo dos bojos.

Elementos de preensão e suspensão

A presença ou ausência de recipientes com elementos de preensão e/ou suspensão pode ser um indicador crono-cultural, relativamente às etapas iniciais do Neolítico. Se ao nível dos mamilos, a sua presença torna a registar percentagens elevadas no Neolítico final, já no que diz respeito às asas, a sua existência quase que se resume ao Neolítico antigo. Em sítios onde a atribuição crono-cultural depende, quase exclusivamente, de factores de ordem artefactual, estes elementos podem contribuir de forma decisiva para a classificação cronológica de uma ocupação.

No conjunto em estudo do Monte da Foz 1, estão registados 3 recipientes com pegas ou mamilos e uma asa, apresentado estados de conservação muito díspares. Os mamilos ou pegas surgem conservados e associados a fragmentos de recipiente, ao contrário da asa, que surge isolada.

Asas

Tal como se verificou com os fundos, só se registou um exemplar pertencente a esta categoria. Trata-se de um fragmento isolado de uma pequena asa em anel, em mau estado de conservação. O facto de não se encontrar associado a um bordo ou bojo dificulta a sua caracterização, nomeadamente no que se refere ao tipo de perfuração. As suas características ao nível da cozedura e tratamento das superfícies enquadram-se nas mais representadas no conjunto, a cozedura redutora e a superfície externa alisada.

Pegas e mamilos

A aplicação de pegas e mamilos nos recipientes do Monte da Foz 1, segundo os testemunhos artefactuais conservados no terreno, não foi uma acção frequente por parte da comunidade que ocupou o sítio. Constata-se uma percentagem muito baixa de

fragmentos com essas características, não permitindo a existência de um conjunto numeroso nem diversificado quanto à forma e dimensão deste tipo de elemento.

Utilizando os critérios definidos por Mariana Diniz relativamente à definição dos conceitos de “mamilo” e “pega”, principalmente no que diz respeito às características que os distinguem (Diniz, 2007, p.131), registou-se a existência de uma pega e de 2 mamilos.

A pega encontra-se associada a dois fragmentos de bordo pertencente ao mesmo recipiente, estando localizada sobre o bordo. Apresenta uma forma cilíndrica e encontra-se associada a um sistema decorativo, a impressão. A pega foi aplicada a um esférico de média dimensão e com paredes espessas (Estampa IV, nº1).

Os mamilos surgem conservados em paredes de fragmentos de bordo. Tipologicamente, um dos casos corresponde uma forma cilíndrica, ficando o outro exemplar sem classificação formal, devido ao mau estado de conservação da zona onde foi aplicado. Em ambos os casos não há indícios de qualquer associação a sistemas decorativos, nem apresentam perfurações. Surgem associados a recipientes de média dimensão com paredes de espessura média. Um dos casos corresponde a uma forma hemisférica e o outro a uma forma ovóide (Estampa III; Foto 17).

A escassa presença destes elementos no conjunto não permite estabelecer relações específicas, que possibilitassem a definição de padrões da sua aplicabilidade nos diversos tipos de recipientes.

Processos e sistemas decorativos

O conjunto de fragmentos decorados provenientes do Monte da Foz 1 não permite uma análise quantificada que consiga captar uma eventual recorrência de sistemas e padrões decorativos que caracterizem o conjunto.

O reduzido número de fragmentos com decoração limita o processo de análise a uma mera descrição dos motivos e da temática decorativa, caso a caso. A única exceção poderá estar presente no subconjunto de fragmentos com sulco abaixo do bordo, temática que se abordará mais à frente.

Do universo de 2563 fragmentos recolhidos apenas 57 se apresentam decorados (Gráfico 13). Em termos percentuais, no total dos fragmentos registados, somente 2% receberam ornamentação. Esta diferença substancial de valores terá que estar relacionada com importância que os recipientes lisos têm no conjunto, mesmo

admitindo que este número poderá ser também um indicador do espaço limitado do vaso que terá recebido decoração (Fotos 12 e 13). De igual modo, no conjunto dos fragmentos individualmente descritos, 57 apresentam decoração, em contraste com 185 que são originários de recipientes lisos (Gráfico 14).

Mesmo recorrendo, exclusivamente, ao universo dos bordos para aferir com maior rigor o peso, no conjunto, das decorações, dos recipientes lisos e lisos com elementos de prensão ou suspensão, o cenário não sofre grandes alterações, relativamente ao verificado no total do conjunto ou dos fragmentos individualmente descritos.

Num total de 232 bordos, 182 não apresentam qualquer tipo de decoração, 2 possuem elementos de prensão ou suspensão e 48 apresentam-se decorados (Gráfico 15).

Admitindo como condicionantes o facto de existirem muitos bordos lisos com dimensões muito reduzidas e que muitos deles podem ter pertencido a vasos decorados em outros espaços do recipiente, ainda assim, observa-se um claro desequilíbrio entre os bordos lisos e os bordos decorados.

Neste caso, o peso pouco expressivo de recipientes decorados poderá funcionar como indicador cronológico, principalmente na caracterização crono-cultural de uma ocupação humana que parte, quase exclusivamente, de leituras artefactuais.

Técnicas decorativas

A técnica decorativa mais frequente, nos 57 exemplares decorados, é a incisa com 46 presenças. A impressão registou-se em 9 peças e a combinação de técnicas, em que o mesmo recipiente foi decorado com motivos impressos e incisos, ocorre em dois exemplares. Observa-se, desta forma, um conjunto cerâmico onde, ao nível da decoração de recipientes, domina a técnica de incisão, com 80% do total, quer se contabilize apenas os bordos ou os bordos e os bojos (Gráficos 16 e 17).

A técnica da incisão, apesar de ser a mais representada, não apresenta uma grande variabilidade temática. Dos 46 fragmentos exclusivamente decorados através de incisão, 39 correspondem, somente, a uma linha incisa, paralela ao bordo e logo abaixo deste, a uma distância que nunca ultrapassa os 10mm (Estampas VII a XIV; Foto 14). Este motivo decorativo, comumente denominado como sulco abaixo do bordo, possui um significado crono-cultural específico, adiante discutido.

Os restantes 7 exemplares, com decoração incisa, apresentam séries e fiadas de linhas paralelas entre si, visíveis em 4 peças (Estampa I; Foto 15). Em 3 fragmentos, estão

representados motivos compostos por faixas limitadas por linhas incisadas, preenchidas por outras linhas incisadas oblíquas, paralelas entre si. Num destes casos, a existência de uma segunda fiada de traços incisivos, iguais aos descritos no interior da faixa, origina a formação de um motivo em "espiga", ou mais próximo de uma espinha de peixe (Estampa II, nº1).

Embora o número de fragmentos decorados impressos seja diminuto, ainda assim, observa-se uma variedade de matrizes aplicadas, na sua maioria, por puncionamento individual. Em termos de disposição, observam-se puncionamentos paralelos, perpendiculares e oblíquos, relativamente ao bordo e superfície do vaso.

O emprego de motivos impressos, embora residual no conjunto, apresenta alguma multiplicidade temática. A utilização da concha de berbigão (*Cerastoderma edule*) está patente em 2 recipientes, e, em ambos, foi realizada com a parte denteada do referido molusco (Estampa IV, nº1 e 2). O padrão produzido, num dos casos, é simples, consistindo numa impressão pontual. No outro recipiente, observa-se uma fiada de 9 impressões individuais paralelas entre si e perpendiculares ao bordo. A fiada converge para um e.p.s.

A impressão oblíqua de puncionamentos individuais, em fiada, de matriz simples, paralelos entre si e perpendiculares ao bordo está presente em 3 fragmentos (Estampa II, nº2 e 3). Num dos fragmentos surge uma outra fiada que sugere a presença de um motivo em espiga (Estampa II, nº2).

Num registo, estilisticamente, semelhante, surgem 2 exemplares que apresentam bandas paralelas e, num dos casos, junto ao bordo, constituída por sucessivas fiadas de impressões. A diferença reside na morfologia dos puncionamentos, sendo que tanto correspondem a puncionamentos individuais em forma de cunha, ou são circulares obtidas a punção vertical (Estampa VI, nº1 e 2; Foto 16).

Um único exemplar regista a presença exclusiva de impressões a punção individual, de forma oval e de pequena dimensão, que recortam a superfície do bordo (Estampa V, nº1).

Dois fragmentos registam a presença combinada da impressão e incisão (decoração compósita), aplicadas em simultâneo no mesmo vaso. As impressões caracterizam-se por fiadas de puncionamentos individuais de matriz simples, tanto no corpo da peça como na superfície do bordo. A incisão apresenta-se representada por linhas dispostas na diagonal e paralelas entre si (Estampa II, nº5; Estampa V, nº2).

Um conjunto tão diminuto oferece limitações que condicionam a sua caracterização, tornando-se difícil obter leituras que permitam detectar a presença de padrões decorativos recorrentes. Ainda assim, com segurança, constata-se que não existe grande diversidade temática e estilística, e é na combinação das técnicas incisa e impressa que se observa uma elaboração mais cuidada e minuciosa dos motivos decorativos.

A criação de uma linha incisa horizontal e paralela ao bordo – um sulco – parece ser o único motivo, claramente, padronizado e recorrente no conjunto das cerâmicas decoradas.

Localização e organização espacial

Todos os elementos cerâmicos que possuem decoração apresentam-na na superfície externa. Dos 48 fragmentos de bordo decorados, num total de 57 fragmentos, 47 revelam uma tendência para aplicação dos motivos decorativos numa área restrita do recipiente, logo abaixo do bordo. Esta situação é muito condicionada pela forte presença percentual do sulco abaixo do bordo, em 39 fragmentos de bordo. No conjunto dos bordos, a única exceção é o bordo, unicamente, recortado na sua superfície.

Nos restantes 9 exemplares decorados, que correspondem a bojos, torna-se inviável a aferição da sua precisa localização no corpo do vaso. A baixa percentagem de bojos decorados e a propensão para a aplicação dos motivos decorativos em zonas próximas do bordo suscita questões relativamente ao elevado número de bojos lisos. Embora sem se ter forma de o confirmar, haverá uma forte probabilidade de alguns bojos lisos pertencerem a recipientes decorados, alterando alguns dados percentuais apresentados.

Na técnica da incisão, os motivos decorativos apresentam-se, em grande parte, paralelos ao bordo, correspondendo a única exceção o bordo que apresenta a combinação desta técnica com a impressão. Neste caso, as linhas incisas apresentam-se ligeiramente perpendiculares à abertura do vaso.

No campo das cerâmicas impressas, embora a disposição das fiadas seja paralela ao bordo, os punctionamentos individuais são aplicados de forma perpendicular.

Sulco Abaixo do Bordo

A criação de uma estreita linha incisa, pouco profunda, localizada imediatamente abaixo do bordo e paralela a este é o único motivo decorativo identificado no conjunto

recolhido no Monte da Foz 1, em número suficiente, para se mencionar a presença de um sistema decorativo, claramente padronizado.

A sua elevada percentagem no universo das cerâmicas decoradas e a importância atribuída à sua presença (ou ausência) no registo arqueológico de outros sítios contemporâneos, principalmente no plano da caracterização crono-cultural de uma ocupação humana, justifica uma análise individualizada deste tipo de decoração.

Apesar da sistemática importância atribuída a este motivo decorativo por diferentes autores, é ainda escasso o conhecimento efectivo do seu significado crono-cultural e oscilante a nomenclatura com a qual é caracterizado.

A denominação mais frequentemente observada na bibliografia arqueológica disponível, razão pela qual também a adoptamos, é a de “sulco abaixo do bordo”, que aparece nas primeiras publicações relativas à investigação arqueológica levada a cabo no sul de Portugal, principalmente no estuário do Sado e na costa alentejana (Silva e Soares, 1980 e 1981).

Os mesmos autores não perpetuam a denominação, utilizando, por vezes, a terminologia de “traço rectilíneo abaixo do bordo”, embora sem alteração quanto à sua caracterização (Soares, Silva e Gonzalez, 2004, p.53). A.F. Carvalho opta por se referir a este elemento artefactual como “sulco inciso sob o bordo” (Carvalho, 1998, p.55), enquanto que Tanya Armbruster desvaloriza a técnica decorativa, em prol de uma simples “linha abaixo do bordo” (Armbruster, 2006, p. 56).

O universo estilístico onde se integra este tipo de artefacto é ambíguo, espelho da sua indefinida caracterização. Além da usual linha incisa localizada a menos de 10mm do bordo, formando uma canelura pouco profunda, também se considera, como sulco abaixo do bordo, os casos onde um ténue exvertimento que ocorreu no bordo, deixa a incisão ligeiramente ocultada pela saliência do mesmo. Este segundo tipo observa-se, de maneira residual, no Monte da Foz, em 4 exemplares, ocorrendo em outros contextos na área de Sines, nomeadamente na Salema (Silva e Soares, 1981, fig.71, nº4, 5 e 10, p.90). Esta pluralidade formal contribui para que, no Monte da Foz 1, o conjunto de exemplares decorados com sulco abaixo do bordo seja francamente maioritário, com 68% de ocorrências, relativamente ao restante número de cerâmica decorada. Mesmo no quadro contabilístico das cerâmicas incisadas, este motivo decorativo é predominante, remetendo para percentagens pouco significativas os restantes elementos (Gráfico 18).

Relativamente ao restante conjunto cerâmico, as cerâmicas onde foi aplicado o sulco abaixo do bordo não parecem ter tido um tratamento especial e distinto, integrando o

quadro geral das produções locais. As pastas apresentam-se, maioritariamente, compactas, alternando entre abundantes e escassos e.n.p, sendo estes compostos por quartzo e feldspato. Em termos de coloração, estes elementos também seguem a homogeneidade do restante conjunto, sendo frequentes os fragmentos que apresentavam tons entre o castanho claro e o bege acinzentado (10YR 5/3 - *brown*), seguidos dos exemplares com as superfícies de cor laranja vivo (2.5YR 5/6 - *red*) e castanho alaranjado pálido (7.5YR 5/6 - *strong brown*).

No que diz respeito ao tratamento das superfícies, externa e interna, as semelhanças prolongam-se. Predominam as superfícies que receberam um alisamento, sobre as toscas e polidas. O mesmo se estende às cozeduras, prevalecendo, em larga percentagem, os recipientes cozidos em meio redutor seguido de um arrefecimento oxidante.

O quadro tipológico onde estes fragmentos se integram encontra-se condicionado pelo acentuado estado de fragmentação, que impossibilitou o cálculo de diâmetros do bordo e do bojo em alguns exemplares. Ainda assim, observa-se um equilíbrio entre as formas abertas e fechadas, dando origem a hemisferas, esféricos e ovóides. Este tipo decorativo parece destinado a recipientes de média dimensão, existindo, unicamente, 2 fragmentos classificados como de grandes dimensões. Não se observou qualquer exemplar de pequena dimensão. As espessuras dos bojós só em 2 peças ultrapassaram os 9mm, caracterizando-se como espessas. Nos restantes 37 fragmentos, as paredes caracterizam-se como finas e delgadas.

A presença deste elemento no espólio artefactual de uma ocupação tem possibilitado, aos autores responsáveis, a atribuição de um peso significativo na aferição cronocultural do sítio que estudam.

Em sítios onde o enquadramento crono-cultural parte da análise exclusiva dos dados artefactuals, a sua presença ou ausência afigura-se como determinante, funcionando como elemento datante e enquadrando o restante espólio num espaço cultural ainda muito genérico e em busca de melhor caracterização. Situação semelhante ocorre em contextos que possibilitaram a obtenção de cronologias absolutas, onde a presença de este tipo decorativo confirma datações obtidas independentemente da sua fraca expressão no registo arqueológico, como é o caso do Palácio dos Lumiares, em Lisboa (Valera, 2006, p.105), bem como nos casos onde se regista a sua total ausência, facto verificado na Encosta de Sant'Ana, também em Lisboa (Muralha e Costa, 2006, p. 164). No Abrigo da Pena d'Água, A.F. Carvalho considera os vasos decorados com sulco abaixo do bordo como um "elemento de diagnóstico (...) cuja presença ou ausência é

relevante para a determinação da sucessão de ocupações...” (Carvalho, 1998, p. 55), reforçando, posteriormente, a sua preponderância nas leituras crono-estratigráficas por si avançadas, quando o classifica como “fóssil director” de uma fase de transição cronológica e cultural (Carvalho, 1998, p.71).

Recentemente, Tanya Armbruster levantou algumas questões relativamente ao significado da “linha abaixo do bordo”. Para a autora, embora não colocando de parte que se trate de uma decoração, trata-se de uma impressão que ocorre em todo o recipiente, por via de uma ferramenta específica. Ao exverter ligeiramente o bordo, esta acção, destaca-o perante o resto do vaso e confere-lhe uma maior resistência na fase de secagem e cozedura, evitando a sua fracturação (Armbruster, 2006, p. 55-57). Desta forma, o sulco abaixo do bordo, teria um significado funcional específico e não, exclusivamente, decorativo.

O já referido significado crono-cultural deste motivo decorativo justifica a sua detalhada análise que será feita no capítulo 5.

3.1.4. Recipientes cerâmicos: síntese

A análise deste conjunto permitiu observar uma produção cerâmica que parte da utilização de argilas localmente disponíveis, construindo recipientes de pastas compactas, cozidas em ambiente redutor, frequentemente detentoras de elementos não plásticos, maioritariamente, de pequeno e médio calibre. Após o recipiente estar formalmente configurado, as superfícies foram, em grande parte, ou alisadas ou alvo de nenhum tratamento. O polimento e aplicação de aguadas apresentam-se como comportamentos pouco usuais.

Ainda antes de se proceder à secagem, numa percentagem muito diminuta de recipientes (24% do universo de fragmentos individualmente descritos) e num espaço muito próximo da abertura do vaso, foram aplicados motivos decorativos.

Utilizou-se a técnica da incisão, desenhando, particularmente, uma linha horizontal logo abaixo do bordo, mas, também, séries e fiadas de linhas paralelas entre si. A decoração impressa consistia na impressão de punctionamentos individuais, em fiada, de matriz simples, paralelos entre si e perpendiculares ao bordo. Trata-se de um conjunto onde a opção pela técnica da incisão representa 80% do total das cerâmicas decoradas, enquanto que a impressão atinge, somente, 16%, e aplicação de combinação de técnicas se cinge a 4% do material.

O processo de cozedura terá sido realizado em estruturas de combustão simples, nomeadamente fogueiras cobertas por ramagens e lenha que seria acendida, de forma que os recipientes ficassem completamente rodeados pelo fogo.

Em termos tipológicos, o conjunto caracteriza-se pela presença de formas abertas e fechadas. As formas de paredes rectas e de vasos de colo são muito residuais e sem grande expressão percentual. Os vasos são, na sua maioria, de média dimensão, sendo, desta forma, difícil de aferir a sua funcionalidade em virtude de poderem ter sido realizados para uma multiplicidade de fins, tais como a preparação e consumo de alimentos. O número de recipientes de grandes dimensões, provavelmente preparados para o armazenamento de líquidos e sólidos, é muito baixo, deixando antever que esta acção, de cariz mais estável e “sedentário”, não seria um dos princípios base que orientava a ocupação do Monte da Foz 1.

A presença de paredes pouco espessas, bem como o predomínio de abundantes e.n.p. de reduzido tamanho são características que os vasos destinados à exposição habitual de calor devem ter. Estas particularidades permitem o aumento da resistência ao aparecimento de fracturas causadas por tensões térmicas. De igual modo, o tratamento das superfícies, especialmente internas (51% dos exemplares foram alisadas e/ou polidas), melhora a eficiência térmica (Clop Garcia, 2001, p.2).

A heterogeneidade formal e tipológica do aparelho cerâmico, tal como o predomínio das formas lisas que caracterizam o conjunto, ajuda à ausência de associações sistemáticas entre tipos específicos de recipientes e técnicas ou motivos decorativos. Nem na aplicação do sulco abaixo do bordo, presente em 39 exemplares, se constatou tal facto, registando-se, deste modo, tanto em formas hemisferas, esféricas e ovóides.

O conjunto muito estilizado e coerente observado no Monte da Foz 1 poderá ser bem representativo da natureza ocupacional aí verificada. À dimensão reduzida do conjunto, alia-se a padronização da dimensão dos contentores, dados que convergem para uma ocupação num espaço temporal único e de curta duração, questão adiante desenvolvida. A escassa presença de cerâmica cardial no conjunto será um indicador de que a ocupação humana atestada no Monte da Foz remontará a uma fase evolucionada do processo de Neolitização e não a uma etapa inicial. Este tema, pela importância cronocultural que apresenta será discutido com mais detalhe, no capítulo 5.

Outros artefactos cerâmicos

No conjunto artefactual em análise, foram, ainda, registados nove fragmentos cilíndricos, sem qualquer decoração, fracturados em ambas as extremidades (Estampa VI, nº3. Foto 18). As dimensões apresentadas encontram-se entre os 11 e 33mm de comprimento e entre os 6 e 8mm de diâmetro. A sua pasta revela-se compacta, com escasso número de e.n.p., observando-se um cuidado ao nível do tratamento das superfícies, sendo estas, geralmente, alisadas. O ambiente em que se processou a sua cozedura é redutor, com arrefecimento oxidante, o que possibilitou uma coloração em tom de castanho alaranjado pálido, 7.5YR 5/6 (*strong brown*), da tabela Munsell.

O seu estado de conservação não permite uma classificação que possa ir além da atribuição de “funcionalidade indeterminada”. No entanto, estes pequenos e estreitos “rolos” não são totalmente desconhecidos no registo artefactual de alguns contextos do Neolítico antigo em Portugal. No sítio do Patalim (Montemor-o-Novo, Évora) foram, igualmente, recolhidos 3 cilindros em cerâmica com o mesmo diâmetro dos observados no Monte da Foz 1 (Ferreira, 2005, p.59). Nesse caso, embora com evidentes incertezas relativamente à funcionalidade dos artefactos, a autora apresenta como hipótese a possibilidade de pertencerem a cabos de colher (Ferreira, 2005, p.59). Esta proposta é a que melhor se enquadra com o espólio publicado e culturalmente associado ao Neolítico antigo, principalmente tendo em conta a presença de colheres já em povoados dos finais do VI milénio e primeiro quartel do V milénio cal BC, como se verifica na Valada do Mato (Diniz, 2007, p.142). No entanto, as colheres aí recolhidas possuem uma morfologia diferente, principalmente no que diz respeito ao comprimento do cabo. Os exemplares recolhidos no Monte da Foz 1 possuem um comprimento superior aos cabos das colheres em cerâmica da Valada do Mato.

Enquanto não forem registados em contexto seguro artefactos deste tipo sem, pelo menos, uma das extremidades fragmentadas será difícil a sua classificação e, conseqüente, atribuição segura da sua funcionalidade.

3.2 Indústria lítica

Com efeito, a análise do talhe da pedra é tradicionalmente relegada para os estudos paleolíticos e mesolíticos, o que, por consequência, lhe tem conferido o estatuto de parente pobre da investigação dedicada às realidades da Pré-História mais recente.

António F. Carvalho, 2008, p.167

3.2.1. Ponto prévio

Escolhendo o caminho mais comum (mas não necessariamente fácil) que outros arqueólogos adoptaram, inicialmente, este trabalho incidira sobre o estudo da componente cerâmica da ocupação mais antiga do Monte da Foz 1. A maior familiaridade com este elemento da cultura material dos primeiros grupos neolíticos, a existência de um quadro tipológico mais bem documentado e estudado (permitindo analogias com outros sítios de enquadramento crono-cultural semelhante), era a garantia que existiria uma base de trabalho mais segura e com maior probabilidade de sucesso, ficando “só” a faltar a minha capacidade técnica e científica para fazer o “resto” (sendo este um facto de essencial relevância).

No entanto, no decorrer do processo de análise da documentação bibliográfica, facilmente se constatou o menor destaque atribuído à indústria lítica. Desta forma, apercebendo-nos desta lacuna (com excepções no Interior Alentejano, Maciço Calcário Estremenho e Algarve Ocidental, devido aos trabalhos de Mariana Diniz (2007) e António Faustino de Carvalho (1998c e 2007b), e com o intuito de se proceder a um estudo que englobasse o maior número de informação artefactual, que testemunhasse com maior sustentabilidade empírica o comportamento social e económico das comunidades humanas ao longo do processo de neolitização no actual território português, optou-se por ampliar o trabalho, integrando a totalidade do material arqueológico, proveniente das mesmas unidades estratigráficas de onde se recolheu os restantes elementos da cultura material.

3.2.2. Características da amostra: dimensão, descrição e contexto de recolha

O conjunto de materiais de pedra lascada² é formado por 1102 peças, produzidas a partir da utilização de matérias-primas locais (quartzito e quartzo) e regionais (sílex). Os 1102 registos testemunham as várias etapas da cadeia operatória, principalmente nas matérias-primas de origem local. No que diz respeito ao sílex, no registo arqueológico, não estão representadas todas as etapas do processo de talhe.

Durante a escavação, os sedimentos foram todos crivados com crivos de malha de 5mm, o que se crê ter permitido uma recolha quase integral do material arqueológico existente nas áreas intervencionadas. Admite-se que talvez fosse mais seguro a utilização de uma malha mais fina, mas tal situação não foi possível por razões logísticas, face à “emergência” da intervenção.

O sedimento arenoso e solto característico do substrato geológico desta região do Baixo Tejo, as alterações antrópicas documentadas resultantes de trabalhos agrícolas, são propícias à dispersão vertical do material arqueológico entre as sucessivas camadas. No entanto, o elevado número de artefactos arqueológicos recolhido nas camadas em estudo, onde se constata uma forte presença de esquirolas e restos de talhe, são bons indicadores de uma boa preservação do nível arqueológico. Por outro lado, os materiais apresentam-se em bom estado, existindo muito poucos elementos rolados e nenhum eolizado.

Quanto à proveniência dos artefactos, não se observaram concentrações significativas que possibilitasse a definição de áreas funcionais relacionadas com a preparação e utilização dos utensílios. Ainda assim, o sedimento associado à única estrutura que foi registada, forneceu 111 registos, onde se destacam 87 subprodutos de talhe, 21 lascas, 2 núcleos e 1 micrólito geométrico.

Ao invés de partir para uma análise estritamente tecnológica dos artefactos e centrada em “dois vectores essenciais bem definidos para o estudo deste tipo de indústrias: os métodos e técnicas” (Simões, 1999, p.46), o principal objectivo do estudo deste conjunto foi o de tentar avaliar que tipo de espólio lítico “acompanha” a componente cerâmica. A obtenção de uma visão global da cultura material de um período mal conhecido, permitirá a definição de diversos aspectos sociais e económicos, de grupos humanos enquadrados num espaço temporal que medeia a introdução de alterações do

² Embora este capítulo esteja destinado à caracterização de todo o espólio lítico, o seu conteúdo será praticamente preenchido com dados provenientes da pedra lascada. A pedra polida, afeiçãoada e com traços de utilização, pela sua exiguidade numérica, ocupará um espaço específico dentro deste capítulo, onde, de forma conjunta, se descreverá toda a informação que contém.

subsistema económico e social (Neolítico antigo) de uma outra com uma maior carga simbólica e mental (Neolítico médio – Megalitismo).

A dificuldade em se definir uma normalização dos procedimentos metodológicos e teóricos de análise desta componente artefactual, tem contribuído para uma dispersão de estudos artefactuais orientados segundo “... as opções particulares dos investigadores, que resultam tanto da sua formação específica como dos seus objectos de estudo...” (Carvalho, 2008, p.179). Tal como se verificou na cerâmica, esta situação cria dificuldades de análises comparativas e de compreensão a uma escala global e supra-regional.

A análise e descrição da indústria de pedra lascada do Monte da Foz 1 seguiram, de forma genérica e adaptada ao conjunto, os critérios propostos por Tixier, Inizan e Roche (1980), João Zilhão (1997), António F. Carvalho (1998c e 2008) e Mariana Diniz (2007).

Para o conjunto do Monte da Foz 1, foi elaborada uma ficha descritiva, onde se inventariam e descreveram todos os artefactos líticos, independentemente da sua funcionalidade. A ficha descritiva, adaptada de Mariana Diniz (Diniz, 2007), bem como os correspondentes critérios de preenchimento serão apresentados em anexo.

Desenharam-se algumas peças que ilustrassem a realidade do conjunto, principalmente ao nível da utensilagem do material debitado. A sua realização obedeceu às normas “francesas”, relativamente ao desenvolvimento das vistas (Sousa, 1999, p.38).

3.2.3. Descrição e classificação

Matéria-prima

No Monte da Foz 1, as rochas e minerais que foram objecto de talhe são o quartzito, o quartzo, o quartzo hialino e o sílex. O quartzito apresenta-se como a mais utilizada, com 505 testemunhos, correspondendo a quase metade do total das peças existentes, com cerca de 46% do total da amostra. O quartzo e o sílex manifestam-se em quantidades inferiores, embora com maior primazia para o quartzo. O quartzo, com 339 peças e o sílex com 243 perfazem cerca de 31% e 22% da amostra total, respectivamente. Com uma representatividade muito residual, surge o quartzo hialino, em 15 elementos, compreendendo a cerca de 1% da totalidade de registos (Quadro 6 e Gráfico 19).

Ao nível da debitage e conformação de utensílios (numa leitura conjunta), observa-se que a representatividade da matéria-prima não se altera muito. O quartzito continua a ser a rocha mais representada, com cerca de 44% do total, seguida pelo sílex, com cerca de 37% de peças produzidas, e pelo quartzo, com cerca de 18%. O quartzo hialino só entra nestas quantificações com uma única peça, coincidindo com 1% da amostragem.

No campo da utensilagem, observa-se uma inversão de presenças relativamente ao sílex e quartzo. Este facto está relacionado com as estratégias de debitage e com a gestão diferenciada das matérias-primas, enquadradas na futura funcionalidade dos suportes de utensilagem. Por outro lado, a dificuldade em identificar fragmentos mesiais e distais de produtos alongados em quartzo (facilmente classificados como subprodutos de talhe), poderá distorcer ambas as leituras, aumentando, por um lado, o número de registos de quartzo (em relação ao sílex) no quadro dos subprodutos de talhe, mas, por outro lado, diminuindo a sua percentagem nos produtos debitados e utensilagem, contribuindo para uma maior representatividade do sílex.

Desta forma, observa-se, que a economia de exploração no Monte da Foz 1, basear-se-ia em matérias-primas locais e matérias-primas regionais e exógenas. Embora atestada, no local de ocupação, a exploração diversificada de matérias-primas, a utilização preferencial recairia por rochas imediatamente acessíveis, tendo estas, 78% das peças do conjunto.

Ainda que não se tenha verificado a presença de níveis de cascalheira na plataforma em questão, seria relativamente fácil encontrar acumulações destes materiais clásticos nas proximidades da jazida, visto estarmos perante uma implantação em ambiente fluvial.

Se, por um lado, o quartzito, o quartzo e o quartzo hialino podiam ser abundantemente e localmente recolhidos, numa óptica de aprovisionamento directo e enquadrado numa estratégia que visaria a exploração do território imediato de captação de recursos, o mesmo não se aplicaria ao sílex.

Os materiais em sílex representam uma percentagem significativa da cultura material do Monte da Foz 1. A importância que detém no conjunto, inseridos numa estratégia de talhe específica (totalidade da micro-utensilagem e mais de 90% dos produtos alongados – *vide infra*), remete para um quadro social e económico bastante dinâmico e de interacção com distintas realidades.

Embora não seja uma matéria-prima totalmente ausente da região envolvente, a diversidade que o conjunto de materiais de sílex apresenta aponta para uma obtenção em contextos claramente distantes do substrato regional. Ao nível da coloração estão

presentes materiais de cor amarela, branco, negro, cinzento, vermelhos e rosas de distintas intensidades. O sílex revela diferenças quanto ao nível do grão, tendo sido registados sílex de grão fino e grosseiro. A “qualidade” e diversidade do sílex sugerem a existência de distintas áreas de proveniência, ainda que, e na ausência de análises petrológicas, esta seja apenas uma afirmação provisória.

A análise do tipo de córtex presente nas peças em sílex também se enquadra na diversidade acima referida. Se por um lado, existem materiais com córtex proveniente de depósitos de aluvião, com o rolamento característico do transporte, por outro lado, observa-se uma maior percentagem de peças com córtex claramente distinto, de alteração espesso, recolhido, seguramente, em contextos geológicos primários (Quadro 7).

Se o córtex de natureza aluvial pode ter sido, em parte, recolhido num contexto regional, o que se apresenta de alteração e espesso só pode ter sido obtido em áreas de aprovisionamento a maior distância. Embora não tenha sido projectado um estudo estritamente geológico que pretende-se detectar as áreas de proveniência das matérias-primas, ainda assim, no caso do sílex, face às jazidas cartografadas na Estremadura (Zilhão, 1997, vol. I, p.133) e atendendo à distância média de 40 a 50km a que distam do Monte da Foz 1 (região de Lisboa, Rio Maior e Torres Vedras), a probabilidade dessa rocha ter origem nessas áreas é significativa.

Esta situação demonstra a preocupação de uma comunidade em obter uma matéria-prima específica que se enquadra numa estratégia de produção, também ela de grande especificidade, sendo que essa matéria-prima terá que ser recolhida em áreas relativamente distantes do local de habitat. As limitações impostas pelo substrato geológico da região obrigam ao desenvolvimento de estratégias de pendur social, envolvendo o grupo que habita o Monte da Foz em esquemas de circulação de matéria-prima. Estas acções, embora de carácter logístico, têm um forte pendur social e económico, que só será melhor apreendido com a definição do modelo de implantação e estratégia de ocupação do Monte da Foz 1.

Talhe local

Qualquer das matérias-primas exploradas no Monte da Foz 1 forneceu mais restos e subprodutos de talhe que utensílios. Observando o Quadro 6, constata-se que cerca de 85% do conjunto corresponde a material relacionado com as diferentes fases de

exploração dos núcleos, restando, apenas, cerca de 15% relacionado com os objectivos finais da produção, nomeadamente das fases plenas da cadeia operatória.

Desta forma, todas as matérias-primas presentes no registo arqueológico foram trabalhadas no Monte da Foz, embora a economia de debitagem e a especificidade funcional adaptada a cada rocha, tenham influenciado fortemente a percentagem de presenças.

O quartzito e o quartzo são as únicas matérias-primas que contêm elementos que atestam a presença, no local, de todas as fases da cadeia operatória. Em ambas, observa-se a presença de peças que permite reconstituir “...o conjunto de acções aplicadas sobre um bloco de matéria-prima, desde da sua selecção até ao abandono definitivo dos elementos dele provenientes (resíduos, produtos de debitagem, núcleos e o próprios utensílios).” (Carvalho, 2008, p.169). Nestas rochas, os subprodutos de talhe e as peças de descorticação correspondem a cerca de 67% do conjunto, o que, além de atestar uma actividade intensa e recorrente de talhe no local, demonstra a superioridade do uso de recursos locais, nessa mesma economia de debitagem. No registo, estão presentes esquirolas e peças corticais relacionadas com a descorticação e configuração de seixos rolados. Da fase plena de debitagem, observa-se a presença de material debitado em bruto (lascas, no caso do quartzito; lascas e lamelas, no quartzo), tendo, por fim, correspondendo à etapa final do processo de talhe, o registo de núcleos e seixos debitados (Quadro 6). As peças de descorticação não se encontram em número mais elevado porque os seixos, na sua maioria, já chegariam testados ao local.

No caso do sílex, a situação só não é totalmente idêntica devido à ausência de elementos que atestem a etapa final do processo de talhe, os núcleos. Este dado, que será discutido mais à frente, poderá estar correlacionado com múltiplos factores de natureza distinta. Questões pós-deposicionais, lacunas arqueográficas derivadas da exiguidade das áreas escavadas e razões relacionadas com o tipo de estratégia e funcionalidade da ocupação do Monte da Foz 1, poderão ser a causa para este caso concreto.

No entanto, a leitura do peso do sílex e do quartzito terá que ser feita em função da estratégia de talhe e da finalidade que essa acção visava. Se, como se observa nos Quadros 6 e 16, a debitagem em sílex visava, na sua maioria, a produção de produtos alongados e utensílios sobre esses mesmos elementos, é possível que as lascas de sílex, entretanto obtidas, fossem, basicamente, um meio para atingir esse mesmo objectivo. Ao invés, o objectivo primordial, ou mesmo único, no caso do quartzito, seria a obtenção de lascas. Desta forma, o valor atribuído, enquanto material debitado e

possível futuro suporte de utensílio, às lascas de sílex e quartzito não pode ser o mesmo. No conjunto total das lascas (em bruto, corticais e suportes de utensilagem), o sílex representa 17% em oposição ao quartzito, com cerca de 60%. Perante esta leitura, considerou-se que as lascas corticais e semi-corticais em sílex se enquadravam na fase de descorticação e preparação de um núcleo³, que seria conformado para a obtenção de produtos, fundamentalmente, alongados, enquanto que no caso do quartzito, só se consideraram como material preparatório, as lascas corticais.

Embora não se tenham registado núcleos de sílex, a forte presença de subprodutos de talhe, com 164 registos, indica, com segurança, uma actividade consistente de debitação. Por outro lado, a presença de material relacionado com a descorticação e limpeza de blocos (18 peças corticais), com as etapas de configuração das plataformas de talhe (lamela de crista) e de manutenção e reavivamento de núcleos (um utensílio que provem de uma base de um núcleo), apresentam-se como indicadores viáveis de preparação dos produtos debitados (Quadro 6; Foto 19 e 20). Relativamente às etapas plenas da debitação observam-se, em número expressivo, suportes em bruto (38) e suportes de utensilagem (20) (Quadro 6).

O esforço físico e social que o grupo teria que realizar para obter esta matéria-prima, poderá ser uma explicação para o número mais reduzido de elementos em sílex, face às matérias-primas locais. Em sílex, ao contrário do quartzito e quartzo, terá ocorrido um talhe que visaria uma exploração eficaz, que visaria o aproveitamento quase integral desta matéria-prima.

Estes dados, aos que se acrescenta a presença no registo de percurtores, reflectem a existência de talhe local, numa lógica de produção diferenciada, que busca uma finalidade e funcionalidade diferente, consoante a matéria-prima explorada.

Núcleos

Durante a escavação do Monte da Foz 1 foram recolhidos, apenas, 13 artefactos que, pelas suas características globais se inseriram na categoria de Núcleos. As reduzidas dimensões apresentadas, nomeadamente nos exemplares em quartzo (28mm de comprimento médio), aliadas às dificuldades em se reconhecer, com segurança, a maioria dos levantamentos (novamente no quartzo), coloca algumas reservas na sua classificação.

³ No Quadro 6, estes elementos, em sílex, estão inseridos no campo das “Peças corticais”.

Face ao volume de registos relativamente a produtos debitados, restos de talhe e de material de preparação/manutenção e reavivamento registado, era de crer que o número de exemplares relacionados com “bloco de matéria-prima de onde se retiraram lascas, lâminas ou lamelas tendo em vista a obtenção de suportes para utensílios” (Tixier *et al.*, 1980, p.93 *apud* Carvalho, 2008, p.175), fosse consideravelmente maior. As razões que justificam este dado deverão ser de natureza pós-deposicional, estratégias tecnológicas da comunidade que habitou o Monte da Foz 1 e natureza arqueográfica, a que o reduzido espaço arqueologicamente intervencionado não deve ser alheio de responsabilidade. No entanto, esta temática será, mais à frente, alvo de outra análise. Neste ponto, importa, exclusivamente, a descrição e classificação tipológica do material. O conjunto dos núcleos é composto por 7 exemplares em quartzo e 6 em quartzito. Trata-se de duas matérias-primas locais e que facilmente se encontram na envolvência do sítio. Nos contextos de Neolítico antigo são, geralmente, associadas a estratégias de talhe de carácter expedito, sendo, normalmente, extraídas, lascas, esquirolas e lamelas (Carvalho, 1998c). O talhe destas rochas e os objectivos tipológicos pretendidos não obrigam a uma grande aptidão, do ponto de vista tecnológico do talhador.

Os exemplares em quartzo são de difícil classificação. Os levantamentos apresentam-se pouco padronizados e são difíceis de reconhecer. Seis dos artefactos referem-se a pequenos nódulos debitados e/ou núcleos informes. Os poucos levantamentos perceptíveis indiciam a extracção de lascas e/ou lamelas de pequena dimensão. Os 3 únicos exemplares de lamelas registados no Monte da Foz 1 são fragmentos proximais com comprimentos conservados até aos 17mm (*vide infra*), o que não permite afirmar se estes seriam os “modelos-tipo” de núcleos de quartzo, utilizados para a extracção de lamelas. Regista-se, ainda, uma peça esquirolada que corresponde a núcleo que visaria a produção de esquirolas e pequenas lamelas (Zilhão, 1997 *apud* Carvalho, 1998c, p.22).

Em quartzito, foram registados 6 núcleos para a produção de lascas. Com um comprimento médio de 54mm, predominam os simples nódulos debitados com poucos levantamentos e uma só plataforma (Foto 21).

Os núcleos conservados remetem para a presença de um talhe expedito em quartzito e quartzo. Os poucos levantamentos existentes coadunam-se com a ausência de preocupação em esgotar uma matéria-prima que é local, e que se apresenta disponível de forma abundante e de fácil apreensão. Desta forma, não haveria a necessidade de se esgotar e/ou reavivar os blocos escolhidos para debitar.

Se os núcleos observados, pela sua baixa densidade e características, são portadores de pouca informação quanto às estratégias e gestão de debitação dos grupos humanos do Monte da Foz 1, resta-nos obter esses dados nos produtos de si extraídos.

Lascas

Do material debitado, as lascas são o suporte mais produzido no Monte da Foz 1. No total deste subconjunto, as lascas representam cerca de 65%, em contraste com as lamelas, com 31% e com as lâminas, com cerca de 4%. (Gráfico 20).

A debitação do quartzito, orientada exclusivamente para a produção de lascas que seriam utilizadas sob a forma de suportes de utensilagem (retocadas) ou em bruto (directamente sobre o gume), proporciona a maior percentagem de lascas do conjunto (Estampa XXXVI).

O talhe do quartzo visa a obtenção de lascas sendo, também, explorado para a obtenção de produtos alongados.

Em relação ao sílex, a sua finalidade é, seguramente, oposta à do quartzito e, em parte, ao quartzo. A debitação de nódulos de sílex visava a obtenção de suportes alongados, relegando para as lascas um papel de preparação e conformação dos núcleos. Mesmo estando presentes algumas lascas em sílex, o seu número é bastante diminuto, o que mostra que a sua obtenção, enquanto suporte em bruto ou de utensilagem, não era a principal motivação do artesão responsável (Quadro 6).

Desta forma, as lascas têm no quartzito a sua principal fonte de origem, com cerca de 71% das peças, seguindo-se o quartzo com 25%, e, por fim, o sílex, com apenas 3%. Fora destas contas surge o quartzo hialino, com 1 lasca em todo o conjunto, valor muito residual sem expressão cultural (Gráfico 21).

A funcionalidade das lascas enquanto utensílios está atestada através das peças desta categoria com retoque marginal e com traços de utilização. O retoque marginal só ocorre no sílex, o que deixa entender que as lascas em quartzito e quartzo seriam utilizadas directamente sobre o gume em bruto.

Tendo em conta o Quadro 8, observa-se que, o elemento artefactual onde ocorre a maior percentagem de presença de córtex no conjunto dos produtos debitados corresponde às lascas. Quanto ao córtex, 66 lascas (numa leitura conjunta de suportes em bruto ou de utensilagem) apresentam-se semi-corticais, com córtex vestigial ocorrem 14 elementos, e, sem córtex, 20. Registadas como lascas corticais estão 23 peças. No entanto, desta

última categoria, uma apresenta-se como utensílio *a posteriori*, devido à existência de traços de utilização, e as outras 22 com o anverso cortical. Assim sendo, estas 22 foram enquadradas como material de preparação, pois "... poderá corresponder na realidade a material produzido no âmbito da conformação de núcleos..." (Carvalho, 1998c, p. 23).

No que diz respeito às dimensões, no sílex, as lascas apresentam um comprimento médio de 17mm, largura média de 17mm e, de espessura, 4mm. No quartzo (num cálculo realizado por amostragem no valor de 50% do total das lascas), o comprimento médio é de 30mm, a largura média é de 28mm e a espessura de 11mm. As dimensões das lascas de quartzito (num cálculo realizado por amostragem no valor de 30% do total das lascas), no que diz respeito ao comprimento é de 36mm, relativamente à largura é de 33mm e, de espessura 11mm.

A análise dos talões revela um predomínio de talões corticais, com 55% do total do conjunto, e de talões lisos, com cerca de 24% (Gráfico 22). Esta tendência remete para uma preferência de planos de percussão em superfícies corticais e lisas.

Produtos alongados

Os produtos alongados preservados no Monte da Foz 1 foram obtidos em duas matérias-primas distintas, o sílex e o quartzo. No entanto, a diferença de valores entre as ocorrências é tão evidente que pode indiciar uma clara opção pelo sílex para a produção destes elementos artefactuais. Num total de 51 registos (incluindo material retocado e com marcas de utilização), o sílex corresponde a cerca de 94%, com 48 peças, e o quartzo a 6%, com 3 registos.

O predomínio do sílex, que ronda os 92% ou 94%, mantém-se, quer se inclua nesta contagem ou não as peças retocadas ou com sinais de uso.

O conjunto de produtos alongados, e aqui estão incluídos os suportes em bruto e os utensílios, demonstra que se está perante uma indústria de dimensões lamelares. Considerando os valores que distinguem as lâminas das lamelas (as primeiras diferenciam-se das últimas por ter uma largura maior ou igual a 12mm), o conjunto é dominado pela presença de lamelas, com 46 peças, face às lâminas, com 5 registos (Quadro 9). Ao nível das matérias-primas, o quartzo não se encontra representado nas lâminas, sendo estes produtos exclusivos da debitagem em sílex. O quartzo está presente em, apenas, três lamelas, demonstrando, claramente, ter sido uma escolha

secundária e residual para a estratégia de obtenção destes produtos (Estampa XXXIX, nº 9 e 10).

Observando o Quadro 10 e o Gráfico 25, depreende-se que existe uma certa padronização na produção dos produtos alongados. Regista-se um predomínio de peças com larguras entre os 5 e os 9mm, com 32 registos, o que equivale a 63% do conjunto. Entre os 9 e os 12mm ainda existe alguma representatividade, com 14 peças, correspondendo a 26% dos registos. Já no campo das produções laminares, o número é bastante menor, com os 5 exemplares a representarem apenas 10% do total.

Relativamente às espessuras, cerca de 58% das presenças integram a classe entre os 2-2,9mm, 40% referem-se às classes de 1-1,9mm e 3-3,9mm (com 20% de presenças em cada classe), restando uma presença na classe 4-4,9mm (Quadro 11 e Gráfico 24).

Quanto ao estado, em 44 casos, os produtos alongados apresentam-se fragmentados, restando, somente, 7 exemplares inteiros (Quadro 12 e Gráfico 23). Destes últimos, dois pertencem a lâminas e cinco a lamelas. A fracturação intencional destes produtos demonstra um predomínio da flexão, em 17 casos (16 lamelas e uma lâmina), sendo este um dado que encontra paralelismos com outros sítios do Neolítico antigo peninsular (Diniz, 2007, p.92). A fracturação por percussão está presente em 7 lamelas, a técnica mista em 3 lamelas e uma lâmina, sendo de impossível classificação, mediante observação macroscópica, 15 lamelas e uma lâmina. O recurso à técnica do microburil está registado em três exemplares desta categoria (Estampa XXXVII, nº 1 e 2; Foto 22). Apesar de serem sobre lamelas, foram inventariados como microburis, não ficando inseridos no quadro dos produtos alongados. Face ao exposto, constata-se que o recurso à técnica do microburil para fragmentar produtos alongados não seria uma opção primordial.

As extremidades conservadas subdividem-se em proximais, com 25 exemplares, mesiais, presente em 11 peças e distais, em apenas 8 casos. As partes mesiais poderão estar relacionadas com a produção de utensílios compostos, nomeadamente “foices” (Carvalho e Zilhão, 1994; Carvalho, 1998c), sendo um importante elemento na compreensão da funcionalidade deste sítio e da sua economia.

Numa percentagem muito baixa de registos, cerca de 12%, observa-se a presença de córtex nos produtos alongados. Correspondem a 5 lamelas semi-corticais e uma lamela com córtex vestigial. Não há presença de córtex em qualquer um dos exemplares de lâmina. Uma das lamelas semi-corticais contem traços de utilização, o que demonstra que mesmo não pertencendo a uma “fase plena de debitagem” (Zilhão, 1997), isto é,

não representado “... o objectivo essencial de todo o processo de debitação” (Carvalho, 1998c, p.23), a sua utilidade é significativa.

Ao nível da secção, existe um claro equilíbrio entre a trapezoidal e a triangular. Ainda assim, permanece um ligeiro ascendente de peças com secção trapezoidal, com 26 registos, sobre os 23 de secção triangular. Num plano quase irrelevante, surgem dois exemplares com uma secção que difere das duas dominantes (Quadro 13 e Gráfico 28).

Os bordos, quanto à sua morfologia, surgem, maioritariamente paralelos. As 27 ocorrências significam mais 50% da amostragem, em contraste com os bordos irregulares, presentes em 12 casos. Com uma presença mais diminuta surgem os bordos divergentes, convergentes e biconvexos. No total, estas três classes correspondem a 12 exemplares e a 24% do conjunto (Quadro 14 e Gráfico 27).

No que diz respeito ao perfil dos produtos alongados, existe um forte predomínio do perfil direito, com 33 presenças, seguida pelo perfil côncavo, com 14 exemplares e distante do perfil torcido com, apenas, 4 casos (Quadro 15 e Gráfico 26). É verdade que a fraca representatividade de produtos inteiros condiciona esta leitura, no entanto, este resultado vai ao encontro dos produtos alongados conhecidos em outros conjuntos líticos atribuíveis ao Neolítico antigo do actual território português (Diniz, 2007, p.101; Zilhão, 1997, vol. I, p. 814).

Os talões dos produtos alongados do Monte da Foz 1 apresentam algumas dissemelhanças entre si, o que pode significar uma variedade quanto às plataformas das quais se extraíram estes produtos alongados. O talão liso é o que revela maior presença no conjunto, com 14 ocorrências. A presença deste tipo de talão poderá demonstrar que os produtos lamelares (visto que só se encontra presente em lamelas) foram debitados em plataformas não preparadas, sendo estas fruto da manutenção de núcleos que recorre ao reavivamento e correcção de plataformas de talhe a partir da remoção de *tablettes* (embora estas não estejam presentes no registo artefactual) (Diniz, 2007, p.101). Em 12 exemplares (duas lâminas e dez lamelas) verificam-se talões facetados. Estes produtos terão sido debitados a partir de núcleos prismáticos com plataformas preparadas/facetadas (Carvalho, 1998c, p.30). Os talões punctiformes, embora em número menos expressivo, estão registados em cinco lamelas.

Relativamente às ondas de percussão, não existe uma tendência efectiva por uma das categorias (Gráfico 29). As ondas percussão aplanadas são as mais comuns, verificando-se em 19 exemplares. De seguida, em 18 casos, surgem as ondas salientes e, em 14 peças, as ondas não são visíveis. Este último dado, relativo às ondas de percussão não

visíveis (presentes em 27% do conjunto) poderá corresponder ao recurso ao talhe por pressão (Diniz, 2007, p101), como uma das técnicas de talhe utilizadas no Monte da Foz 1.

Utensilagens

- Utensilagem retocada e a posteriori

A utensilagem retocada está presente através de 10 artefactos, todos em sílex, uma rocha alóctone. (Quadro 16).

O papel desempenhado pelas lascas é ligeiramente inferior ao dos suportes alongados (cerca de 30% deste conjunto). Os produtos alongados constituem a base da utensilagem retocada (mesmo não contabilizando com os geométricos, também eles produzidos sobre lamela e/ou lâmina – *vide infra*), com cerca de 50% de presenças.

Dos 10 produtos aqui analisados, 5 são sobre lamela, 3 sobre lasca, 1 sobre lâmina e 1 sobre suporte não standartizado (Quadro 17).

Os produtos alongados apresentam retoque marginal que se caracteriza como curto e directo e, geralmente, sobre um bordo. Um dos exemplares sobre lamela, mediante um retoque mais “invasor”, parece condizer com um entalhe, tendo sido essa a categoria atribuída (Estampa XXXVIII, nº3).

Quanto ao estado dos suportes alongados alvos de retoque, nas lamelas, 2 são fragmentos proximais, um é distal e uma apresenta-se inteira. O utensílio de base laminar é um fragmento mesial (Estampa XXXVII, nº10; Foto 24). A lamela inteira é o único destes elementos que apresenta tratamento térmico (Estampa XXXVIII, nº1; Foto 23).

Mesmo tendo sido alvo de fracturação intencional, ou encontrando-se inteiras, as lamelas e as lâminas retocadas, ou com entalhes, deverão ter sido produzidas tendo em vista a função de “elementos de foice”, (Carvalho, 1998c, p.91).

Das 3 lascas com retoque marginal, só uma apresenta córtex. O retoque é curto e directo e foi realizado, exclusivamente, sobre um bordo. Um dos exemplares corresponderá a uma lasca que terá sido retirada da base de um núcleo, aquando o seu reavivamento e manutenção. Neste contexto de lascas retocadas, esta peça é a única que não apresenta indícios de pré-tratamento térmico.

O exemplar de suporte não standartizado parece tratar-se de um utensílio usado para raspar (possivelmente uma raspadeira), embora esta classificação mantenha algumas reticências.

Os utensílios *a posteriori* estão presentes no conjunto artefactual do Monte da Foz 1 através de 12 exemplares. A possibilidade de recorrer a análises traceológicas elevaria, com grande fiabilidade, este valor numérico. Ainda assim, estes tipos de utensílios significam cerca de 45% do total da utensilagem.

Os traços de utilização observados macroscopicamente nos materiais do Monte da Foz 1 resumem-se a pequenas denticulações nos gumes, não se tendo registado qualquer indício de “lustre de cereal” em qualquer artefacto.

A matéria-prima dominante é o sílex, com 8 peças, seguida pelo quartzito, com 3 e, por fim, o quartzo com, apenas, um exemplar (Quadro 16).

As lascas e as lamelas são os suportes mais utilizados neste tipo de utensilagem, com 4 peças cada (Quadro 17). Os utensílios sobre lasca são sobre rochas locais, sendo a maioria (3) de quartzito e, somente um em quartzo. No geral, só um bordo é que foi utilizado. A presença de córtex nas lascas ocorre em todos os exemplares, com 3 semi-corticais e um cortical.

Com excepção destes utensílios sobre lasca, toda a restante utensilagem *a posteriori* é sobre suportes de sílex, correspondendo este predomínio a cerca de 67% do conjunto. Aos 4 utensílios sobre lamela acima referidos, acrescentam-se 3 sobre lâmina. Este grupo das lamelas e lâminas transformadas em utensílios através da utilização *a posteriori*, representam cerca de 27% do total dos utensílios recolhidos no Monte da Foz 1. Os traços de utilização registam-se, na quase totalidade, em um bordo, exceptuando numa lâmina inteira e em um fragmento mesial-distal de lamela, onde se terão utilizado ambos os bordos.

Ainda neste conjunto, surge uma peça de difícil classificação em sílex, semi-cortical, com uma função primária de material de preparação de núcleo, que apresenta traços de utilização.

- Geométricos

Ainda no campo da utensilagem retocada surge o grupo dos geométricos, que representam cerca de 15% da utensilagem total. Os micrólitos geométricos presentes no conjunto artefactual do Monte da Foz 1 resumem-se a dois tipos morfológicos: os

crescentes (segmentos de círculo) e os trapézios. No total compreendem 4 exemplares, divididos por dois elementos artefactuais em cada tipo.

A matéria-prima escolhida, exclusivamente, para a obtenção destes utensílios foi o sílex (Quadro 16). O número de elementos é tão reduzido que se evitará a realização de estatísticas e factos quantitativos, pois estes poderiam ser pouco reveladores do que terá sido a realidade ao nível da utensilagem geométrica no sítio arqueológico.

Só um dos crescentes se encontra intacto, correspondendo o outro exemplar a um fragmento proximal (Estampa XXXVII, nº 3 e 4; Foto 25). O comprimento da peça intacta é de 21mm e a largura de ambos encontra-se entre os 5 e os 6mm (Quadro 18). Estas medidas enquadram-se nas dimensões médias deste tipo de armaduras existentes em outros contextos do Neolítico antigo quer, por exemplo, no Maciço Calcário Estremenho, quer no Alentejo Interior (Carvalho, 1998c, p.93; Diniz, 2007, p.94). Num dos casos, o geométrico apresenta pré-tratamento térmico. Geralmente, os crescentes correspondem ao micrólito geométrico mais representado nos conjuntos do Neolítico antigo (Diniz, 2007, p.89 – Quadro 15; Carvalho, 1998c; Carvalho e Zilhão, 1994), no entanto, o seu predomínio também se estende a um momento de transição para o Neolítico médio (Carvalho, 1998b e 1998c).

Os trapézios foram realizados sobre suportes ligeiramente distintos. Um dos exemplares foi produzido sobre uma lamela e o outro sobre uma lâmina. A secção do trapézio sobre lamela é triangular, em contraste com a do trapézio sobre lâmina, que é trapezoidal (Estampa XXXVII, nº 5 e 6; Foto 26).

Um dos trapézios apresenta a base retocada, juntamente com o brilho revelador de um pré-tratamento térmico aplicado ao núcleo.

Quanto à dimensão, o trapézio sobre lamela tem um comprimento de 17mm, 11mm de largura e 4mm de espessura. No de base laminar, o comprimento é de 14mm, a largura de 13mm e a espessura de 2mm (Quadro 19). A questão da largura torna-se importante, podendo se constituir como um elemento de diagnóstico de valor crono-cultural. Segundo A. F. Carvalho, as peças com “...larguras em torno de 1cm ou superiores são maioritariamente trapézios e marcam o limite inferior da norma do Neolítico médio...” ou “...o limite superior da norma do Neolítico antigo...” (Carvalho, 1998c, p.70).

Tratamento térmico

O recurso ao tratamento térmico encontra-se presente em 62 peças, todas em sílex. Esta técnica, que facilitaria o talhe em rochas siliciosas, apresenta-se em cerca de 20% do

total das peças em sílex, respectivamente em subprodutos de talhe, em material debitado e utensílios. A sua maior presença destaca-se nos denominados restos/resíduos de talhe, com 25 exemplares. Destes, 18 referem-se a esquírolas, 5 a fragmentos inclassificáveis e 2 a microburis.

Ao nível do material associado à preparação e reavivamento de núcleos, o tratamento térmico foi observado em 7 lascas de dimensão menor que 2cm, em 5 lascas semi-corticais, claramente associadas à debitage cortical, e em uma lamela de crista.

No que diz respeito ao material debitado, observou-se o aquecimento intencional do material em 13 lamelas e duas lascas não corticais.

Relativamente aos utensílios, a aplicação de tratamento térmico está presente em duas lamelas e uma lâmina com traços de utilização, em uma lamela e uma lasca com retoque marginal, em um segmento, um trapézio e em dois suportes não standartizados. A variedade de utensílios produzidos com o auxílio do tratamento térmico permite constatar que esta técnica, no Monte da Foz 1, não estaria associada a um utensílio em particular.

Pedra polida e afeiçãoada

O conjunto de pedra polida e afeiçãoada desta jazida é muito diminuto e pouco expressivo. Os exemplares registados surgem em mau estado de conservação, apresentando um elevado grau de fragmentação. Desta forma, afigura-se difícil uma atribuição tipológica e funcional dos respectivos elementos artefactuais.

O carácter exíguo do conjunto, quer em tamanho quer, em consequência, em informação que daí se pode extrair, levou a que não se optasse pela construção de uma ficha descritiva adaptada a estas categorias artefactuais, uma vez que não era possível qualquer tratamento quantitativo.

A pedra polida encontra-se representada através de uma pequena lasca em anfíbolito polido. Trata-se de uma lasca com pouca espessura e irregular, apresentando uma face polida e uma outra em bruto, sendo esta última uma zona fracturada. A sua classificação tipológica é “indeterminada”.

São três os fragmentos em granito recolhidos durante a escavação, pertencentes a utensílios de pedra afeiçãoada. Tratar-se-ão de elementos de mó, apesar do elevado estado de fragmentação não permitir distinguir entre moventes e dormentes.

Os elementos artefactuais em pedra polida e pedra afeiçãoada são constituídos por rochas de origem exógena. O granito e o anfibolito têm a sua fonte de aprovisionamento mais próxima no interior alentejano, nomeadamente nas áreas, hoje, pertencentes aos distritos de Évora e Portalegre, num raio mínimo de 60 a 70km.

O mau estado de conservação e o elevado grau de fragmentação poderá estar relacionado com a intensidade e grau de utilização que estes elementos tiveram sujeitos. Após o seu abandono, que terá ocorrido quando o artefacto se encontra completamente esgotado, ter-se-á verificado uma dispersão aleatória destes fragmentos pelo sítio, sem qualquer relação com os espaços de uso. Estes factos deverão estar relacionados com fenómenos pós-deposicionais que terão contribuído para a desagregação destes artefactos. Mas, por outro lado, não se pode omitir o facto de se tratarem de matérias-primas de origem exógena, sendo a sua obtenção resultado de um esforço físico elevado. Desta forma, seria de todo expectável que se tentasse retirar o máximo proveito das funcionalidades dos artefactos, procedendo-se a sua utilização até à máxima e definitiva exaustão.

Os principais artefactos pertencentes a estas categorias estão relacionados com as actividades económicas desenvolvidas no contexto dos novos sistemas produtivos introduzidos durante o processo de neolitização. Embora presentes em número diminuto e em mau estado de conservação, os elementos existentes no Monte da Foz 1 atestam a presença de uma comunidade integrada nas antigas sociedades camponesas, portadora do clássico “pacote neolítico”, quer do ponto de vista artefactual/cultural, quer do ponto de vista de economia e produção.

Pedra com traços de utilização

O grupo de utensílios de pedra com traços de utilização provenientes do Monte da Foz 1 é composto por termoclastos, percutores e manuportes. A sua presença no registo arqueológico obedece a esta ordem, sendo que a percentagem de termoclastos é muito superior à dos restantes elementos. Com o objectivo de se obter uma leitura mais organizada, optou-se por dividir a descrição:

- Percutores e manuportes

Foram, apenas, registados cinco percutores, quatro sobre seixo de quartzito, e um sobre seixo de quartzo. Trata-se de percutores duros utilizados, em grande parte, no talhe

através da percussão directa sobre núcleos de quartzito, quartzo e sílex, sendo esta uma técnica claramente atestada nos materiais de pedra lascada do Monte da Foz 1, como anteriormente se mencionou (*vide supra*). A escolha da matéria-prima é exclusivamente local, recorrendo-se aos seixos rolados obtidos em contexto de cascalheira nas redondezas do sítio.

Os manuportes referem-se a um conjunto muito diminuto de fragmentos de rochas e minerais de origem exógena. Trata-se de dois pequenos fragmentos de granito sem qualquer evidência macroscópica de utilização. A sua funcionalidade específica não pode, desta forma, ser aferida. No entanto, não será desprovido relacionar estes exemplares, como tendo feito parte de elementos de moagem que tiveram lugar na ocupação aqui descrita.

- *Termoclastos*

O conjunto de elementos pétreos com marcas de fogo ou fragmentados pela acção do calor é constituído por 307 fragmentos, num total de 5513 gramas (g). As matérias-primas presentes são o quartzito, com 253 fragmentos distribuídos em 4735g, e o quartzo, somente com 54 fragmentos, correspondentes a 778g. O predomínio da utilização de seixos rolados de quartzito é claro, com cerca de 86% da amostra, estando estes dados quantitativos, claramente, correlacionados com o tipo de ocupação em causa, sobre os terraços quaternários do baixo Tejo. O quartzo, que também surge como matéria-prima local, representa cerca de 14% do peso dos termoclastos (Gráfico 30).

No momento em que foram registados e recolhidos, cerca de 90% dos termoclastos encontrava-se em posição secundária, espaçados aleatoriamente pelas cinco sondagens, sem relação visível com alguma estrutura arqueológica. No entanto, cerca de 10% do conjunto contraria esta leitura, visto que foi registado no interior da Estrutura 1. Durante a escavação desta estrutura, foram registados, *in situ*, 28 fragmentos de termoclastos de seixo de quartzito e 1 de seixo de quartzo. Em termos de peso, equivale a 672g, correspondendo a 12% do total da amostra. Embora seja um número e percentagem que não deixa grande espaço para a realização de leituras generalizantes, ainda assim, é de crer que o restante número de termoclastos recolhidos fora do seu contexto primário possam indiciar a presença de estruturas de configuração e funcionalidade semelhantes.

3.2.4. Espólio lítico: síntese

Na análise deste conjunto destaca-se a exploração, no local, de três tipos de matéria-prima, o quartzito, o quartzo e o sílex. Ainda que estejam presentes algumas peças em quartzo hialino, esta rocha tem um carácter muito residual, revelando valores muito diminutos.

O conjunto revela abordagens diferentes consoante as matérias-primas disponíveis. A economia de exploração baseia-se em matérias-primas locais (quartzito e quartzo) e em matérias-primas regionais e exógenas (sílex), embora apresentando uma gestão diferenciada.

Atendendo ao espólio recolhido, observa-se a presença de talhe local, com maior incidência no quartzito e quartzo, onde estão presentes todos os processos da cadeia operatória. No sílex, a ausência de elementos da etapa final da debitação (núcleos), não coloca de parte que esta rocha também tenha sido talhada localmente. Os restos de talhe, as peças relacionadas com descorticação e reavivamento de blocos a debitar, bem como a presença de material debitado (em bruto e em suportes de utensilagem), são dados sólidos que comprovam essa actividade no Monte da Foz 1.

As rochas facilmente exploradas no território imediato de captação de recursos, o quartzito e quartzo, são as que detêm maior peso contabilístico no conjunto. No quartzito, o processo tecnológico envolve um talhe expedito que visava a produção de utensilagens sobre lasca, de concepção muito simples. Os núcleos unipolares, com poucos levantamentos, são indicadores seguros de uma ausência de necessidade em explorar e esgotar ao máximo uma matéria-prima que se apresenta localmente disponível, de forma abundante, e de fácil apreensão. Desta forma, não se procederia ao reavivamento e manutenção dos blocos escolhidos para debitar.

O quartzo, por seu lado, apresenta dados que indicam uma exploração mais diversificada. A sua maior aptidão para o talhe permitiu talhar, além de lascas, esquirolas e lamelas, ficando as lâminas como o único suporte não produzido neste mineral. Ainda assim, o grosso da produção centrava-se nas lascas, representado cerca de 89% do material debitado. Os núcleos e nódulos debitados registados vão ao encontro desta leitura.

A exploração do quartzo e do quartzito assentaria numa estratégia expedita com uma minimização de esforço tecnológico e físico. A sua produção visaria o fornecimento de suportes (lascas) para utensilagens de “uso circunstancial (lascas retocadas ou em bruto para cortar...) ...” (Carvalho, 1998c, p.89). A macro-utensilagem em quartzito é uma

característica comum de sítios ocupados numa fase evolucionada do Neolítico antigo, principalmente quando o quartzito se apresenta como recurso imediatamente acessível. O sílex apresenta uma clara oposição face à estratégia e finalidade de talhe verificadas no quartzito. Os dados remetem para uma exploração dirigida para a produção de suportes alongados e micrólitos geométricos. A escassez de lascas em contraste com a forte presença de suportes lamelares e laminares (estes últimos, ainda assim, em menor número do que as lamelas), demonstra o objectivo primordial da debitagem desta matéria-prima. Para que tal acontecesse, foi explorado sílex muito diversificado e de excelente qualidade, tendo o mesmo sido aprovizionado em áreas distantes do sítio, em contextos geológicos primários, que em nada se relacionam com o enquadramento geológico do Monte da Foz 1. A exploração alóctone do sílex revela a importância que teria na economia do grupo. Desta forma, observa-se, no sílex, um talhe mais cuidado, intensivo, que visaria ao aproveitamento quase integral desta matéria-prima, recorrendo, em alguns casos, ao pré-tratamento térmico.

Quanto à funcionalidade dos utensílios conformados (geométricos, peças retocadas e com traços de utilização), os mesmos remetem para “elementos de foice” e armaduras, relacionando-se com práticas produtivas e cinegéticas. A sua fraca percentagem no total do conjunto parece relacionar-se com uma ocupação efémera e temporária. Se a isto se juntar a fraca representação de elementos de moagem e utensílios com gume em pedra polida, é de crer que o grupo que habitou no Monte da Foz 1, embora conhecedores e portadores dos elementos da cultura material que indiquem uma nova tendência produtiva e de domesticação da paisagem, não teria o objectivo de implantar uma ocupação de forte tendência “sedentária” e permanente.

4. Monte da Foz 1: interpretação, funcionalidade e estratégia(s) de ocupação de um habitat na margem esquerda do Baixo rio Tejo

4.1. Ponto prévio

No decorrer da intervenção, foi detectado um único solo de ocupação, com uma espessura variável de 20-40cm, onde foram recolhidos os materiais abandonados. A camada/nível arqueológico apresentava-se cultural e cronologicamente homogénea. Não foi detectado qualquer hiato cronológico entre as camadas escavadas. A presença de fenómenos de bioturbação animal e vegetal que terá transportado o material através de uma dispersão vertical e horizontal, para distintos pontos da sequência estratigráfica, não proporcionou revolvimento de eventuais contextos crono-culturalmente distintos, que documentassem outras ocupações, neste espaço.

A presença de material de cronologia neolítico/calcolítico inicial, que anteriormente mencionámos, não surge associado a estas sondagens, mas sim a outras áreas mais distantes e claramente mais afectadas por actividades antrópicas contemporâneas.

O número importante de restos de talhe de medidas milimétricas atesta a conservação do nível arqueológico e a composição tipológica dos materiais arqueológicos, bem como o seu estado, não apresenta variações de sondagem para sondagem. Mesmo tendo os materiais arqueológicos sido sujeitos a diferentes fenómenos pós-deposicionais, no entanto, apresentam-se pouco rolados ou “queimados”, devido a exposição solar. Desta forma, atendendo à forte dinâmica ambiental que a paisagem da margem esquerda do Baixo Tejo sofreu e às condições sedimentares da região, a ocupação terá sido rapidamente colmatada através de processos de deposição eólica e fluvial (cheias), deixando-a num estado de preservação passível de ser estudada e crono-culturalmente balizada, embora segundo parâmetros, meramente, tecno-tipológicos da cultura material.

Os dados provenientes da escavação permitem enquadrar o Monte da Foz 1 num panorama diversificado de modelos de implantação, que se terá verificado no decorrer do processo de neolitização. A mobilidade residencial destes grupos, superior à dos últimos grupos de caçadores-recolectores (Diniz, 2003, p. 38), na procura de ecossistemas e territórios que facultassem um equilíbrio do subsistema económico, que começava a deter uma componente gerada por práticas produtivas (agricultura e

pastorícia), permitiu que ocorresse, numa mesma etapa crono-cultural, uma pluralidade de estratégias de ocupação do espaço que justificam a diversidade detectada, no registo arqueológico, ao nível dos sítios de habitat, disponível para as primeiras fases do Neolítico.

Devido ao conhecimento desigual que detemos de cada uma das estratégias então desenvolvidas, o modelo de povoamento, que caracterizaria as etapas iniciais do Neolítico no actual território português, está ainda longe de ser compreendido na sua globalidade.

Se, por um lado, as limitações de ordem arqueográfica são evidentes (intervenções arqueológicas em áreas muito diminutas; tratamento distinto do espólio artefactual recolhido; problemas pós-deposicionais que não permitem a preservação de matéria orgânica passível de ser datada e enquadrada num determinado tipo de estratégia económica), por outro lado, a exploração diferenciada que as primeiras sociedades camponesas protagonizaram em distintos territórios (ficando, ainda, por esclarecer se foi realizada de forma organizada, ou se por resposta a estímulos/instintos meramente “económicos”), dificulta a apreensão e a formulação de uma leitura global que permita captar o quadro de ocupação de “novos” e “antigos” espaços, no decorrer de um episódio cultural que marca uma nova forma de intervenção no meio ambiente, com os grupos humanos a passarem a ser os agentes da transformação da Natureza.

Atendendo ao quadro de sítios conhecidos relacionados com a neolitização do espaço ocidental da Península Ibérica, observa-se que as estratégias de ocupação obedeceram, particularmente, a factores de ordem ecológica-ambiental e cultural (Diniz, 2003, p. 29; Diniz e Carvalho, no prelo).

O Monte da Foz 1 constitui mais uma demonstração da especificidade de uma determinada estratégia de ocupação de um território, que se apresenta “moldada” aos recursos naturais aí existentes, às situações de mobilidade que o mesmo permite/exige, eventualmente, integrada numa rede de povoamento que inclui sítios de outra natureza funcional e dimensão.

4.2 O espaço de ocupação e implantação

O espaço correspondente à margem esquerda do Baixo Tejo, pelas vastas planícies aluvionares que a caracterizam, está desprovido de elementos naturais que se constituem

como marcos na paisagem, como ocorre, por exemplo, no Alentejo interior com os afloramentos graníticos. Assim sendo, o povoamento realizado neste espaço obedece a estes “constrangimentos” de ordem geológica e geomorfológica, num quadro de algum determinismo ambiental, podendo-se processar de modo diferente.

Desta forma, à semelhança de grande parte dos contextos crono-culturalmente paralelos, quer na Costa Sudoeste, quer em regiões mais próximas como Montargil (Silva, 1989; Silva, *et al.* 1989; Deus, 2001), o espaço onde foi implantada a ocupação, ao ar livre, do Monte da Foz 1 caracteriza-se como uma área aberta, plana, sobre um substrato arenoso, a baixa altitude (cota de 11m) e sem quaisquer condições naturais de defesa.

Ao nível de recursos naturais, a ocupação terá tido em conta a grande proximidade com as ribeiras do Sorraia e Almansor, afluentes de um curso principal, o Tejo, também ele, à data da ocupação, muito próximo do sítio arqueológico.

O ambiente fluvial distinto do actual, resultante das alterações paisagísticas e oscilações climáticas que a região sofreu desde do Plistocénico superior, tem consequências ao nível da diversidade dos recursos existentes. O regime estuarino que ocorreu, no baixo Tejo e no final do curso dos seus afluentes proporciona a existência de uma diversidade de recursos alimentares passíveis de ser adquiridos, sem grande esforço, através de práticas de recolha e pesca. Com segurança, é de crer que esta situação terá sido determinante na implantação deste habitat. No entanto, a riqueza económica proveniente deste meio contrastava com a fraca aptidão dos solos (naturalmente, com alto teor de salinidade) para as práticas agrícolas. Neste aspecto, a limitação dos solos parece ser um retrocesso face às dinâmicas esperadas para as primeiras fases do Neolítico. Mas, a tipologia funcional da ocupação deverá justificar esta situação, onde a agricultura, poderá não ter sido uma actividade primordial na “balança económica” do grupo.

Se, por outro lado, a agricultura teve um peso determinante no subsistema económico deste grupo e na estratégia de ocupação, então essa actividade terá sido realizada em áreas mais interiores, onde se encontram solos leves passíveis de serem trabalhados por técnicas agrícolas incipientes.

Desta forma, a ocupação que ocorre nas margens destes cursos de água terá tido em conta os recursos aquáticos daí provenientes mas, também, as condições de mobilidade que as comunidades aí estacionadas podem explorar.

O Tejo e seus afluentes, bem como as vastas planícies que rodeavam a ocupação do Monte da Foz 1, permitiam aos grupos humanos que aí habitavam, um ritmo de mobilidade sem grandes condicionantes geográficos, possibilitando a deslocação até

territórios e contextos geológicos distintos (Estremadura e Alentejo interior, onde haveria melhores condições para a prática da pastorícia e agricultura, respectivamente), numa necessária complementaridade que o modelo social, cultural e económico do processo de neolitização, gradualmente, impunha.

O clima mediterrâneo que caracteriza a região permite que a ocupação decorra num ambiente de bosque e floresta, fornecendo espécies faunísticas de riqueza nutricional diversa, mas passíveis de ser integradas nas actividades cinegéticas do grupo.

A implantação do sítio arqueológico do Monte da Foz 1 não terá tido, somente, em consideração os recursos alimentares existentes no rio Tejo e respectivos afluentes, bem como na sua envolvência.

De igual modo, e ao nível dos recursos líticos, estando o habitat implantado sobre a área de desenvolvimento do nível de terraço Q4 de Benavente, estavam imediatamente acessíveis as cascalheiras de seixos de quartzito e quartzo, que viriam a ser as matérias-primas preferenciais na economia de produção lítica.

Ainda no campo artefactual, a ocupação nesta área permitiria o acesso a vários barreiros de argila localizados em espaços que distavam a menos de 2km do habitat, possibilitando, desta forma, a produção de cerâmica, com recurso a pastas locais, facilmente adquiridas.

Assim, o espaço ocupado apresentava uma diversidade de recursos naturais que constituíam um factor de atracção para o grupo que habitou no Monte da Foz 1. A estratégia que orientou esta implantação terá levado em consideração os diversos ecossistemas que este espaço oferecia, sobretudo se a lógica económica estiver dirigida para uma exploração intensiva dos variados recursos, imediatamente disponíveis. Se é evidente que o território condicionou a implantação desta ocupação, também será de crer que a mesma se terá justificado pela respectiva funcionalidade.

A caracterização da tipologia funcional do Monte da Foz 1, partindo da análise dos dados culturais, tendo em conta a economia que os mesmos indiciam e o espaço de ocupação, será discutida no ponto seguinte.

4.3 Tipologia funcional

A ocupação do Monte da Foz 1 parece integrar-se numa tipologia de sítios, ao ar livre, culturalmente relacionado com as etapas iniciais do processo de neolitização, mais

comum no actual território português, o de estabelecimentos temporários de curta duração, situação justificada por uma mobilidade residencial acentuada que caracteriza os primeiros grupos neolíticos.

Em função dos dados recuperados e tendo, somente, em conta o espaço intervencionado, o sítio Monte da Foz 1 terá sido ocupado:

- numa única fase cultural;
- de forma temporária, curta e de natureza logística, por um grupo que, no local, praticaria uma economia, essencialmente, de caça, recollecção e pesca, onde as actividades produtoras (agricultura e pastorícia) teriam um peso menos expressivo no subsistema económico.

Face à ausência de elementos estruturais em maior número e dimensão, bem como de restos faunísticos e orgânicos que permitissem avaliar as actividades económicas praticadas, as leituras que levaram à identificação da tipologia funcional acima referida, partem, exclusivamente, dos dados estratigráficos, da cultura material e da classificação da única estrutura identificada.

A implantação em terrenos arenosos, no decorrer do Neolítico antigo parece bem documentada no espaço, actualmente, português. Geralmente, com ligeiras excepções como Salema e, eventualmente, Vale Pincel I, as ocupações nestes contextos relacionam-se com sítios de curta e temporária duração com, somente, um único nível arqueológico.

No Laranjal Cabeço das Pias (Estremadura), a implantação “... numa área arenosa plana...” é um dos factores levados em conta pelos seus investigadores para classificá-lo como um povoado “... relativamente efémero.” (Zilhão e Carvalho, 1996, p. 663). Tal como o Monte da Foz 1, os sítios do Pontal (Comporta) e Brejo Redondo (Sines), apresentam uma única camada de ocupação (Silva, *et al.* 1989, p. 332; Silva e Soares, 2004, p. 89). No entanto, no caso do Brejo Redondo, para os autores não será de excluir que, durante o período de ocupação, se tenha processado mais que uma estadia do grupo (Silva e Soares, 1989, p. 91).

No caso do Monte da Foz 1, a ausência de desenvolvimento vertical no nível arqueológico não remete para um estabelecimento prolongado, o que não indica, necessariamente, que a permanência nesta plataforma se tenha processado num único episódio. Se, através da observação estratigráfica, não foi possível constatar mais que uma utilização do local, em relação à plataforma onde se implantou esta ocupação o

cenário pode não ser idêntico. A presença de materiais arqueológicos à superfície, bem como nas restantes sondagens realizadas (e fora deste estudo específico) poderá indiciar uma ocupação sazonal do local, embora sem o constrangimento espacial de se processar verticalmente, sobre a estada anterior. A extensa área e a ausência de necessidade em construir estruturas domésticas de carácter mais permanente, terão possibilitado ocupações sincrónicas ao longo da plataforma, construindo uma sequência estratigráfica horizontal.

Desta forma, não será desprovido de sentido reconhecer que os dados recolhidos e analisados neste estudo poderão corresponder a um episódio único de ocupação no espaço do Monte da Foz 1, tendo sido processado numa mesma etapa crono-cultural que outras estadias aí realizadas, possivelmente pela mesma comunidade. Em Vale Pincel I e na Salema (Costa Sudoeste), as ocupações também se desenvolvem de forma horizontal, mas a sua situação nunca poderá ser paralelizável com o Monte da Foz I. Além da tipologia funcional remeter para padrões mais estáveis (número significativo de estruturas domésticas e áreas funcionalmente especializadas) e o subsistema económico apresentar um predomínio de práticas agrícolas (no caso da Salema), os autores das intervenções arqueológicas vêem esta horizontalidade como uma “... aproximação à organização social camponesa...” (Soares, 1997, p. 591), algo impossível de aferir para Monte da Foz 1, face à reduzida área intervencionada e à escassez de elementos artefactuais que determinem tal leitura.

Dados da cultura material: a cerâmica

O conjunto artefactual existente no Monte da Foz 1 vai ao encontro da tipologia funcional que se tem vindo a propor para esta ocupação. Se, por um lado, a densidade artefactual tem funcionado como um dos critérios para aferir a natureza (residencial ou logística) de uma ocupação, por outro, só a diversidade tipológica do material recuperado é que poderá indiciar uma maior permanência num sítio, visto que esse material terá que representar um leque de actividades dominadas pelos grupos neolíticos (Diniz, 2007, p. 173). No caso dos povoados de cariz permanente, mais do que uma elevada densidade artefactual, esse tipo de ocupação deverá deter no seu registo diferentes classes de artefactos, que espelhem a diversidade das actividades desenvolvidas no habitat.

No caso do Monte da Foz 1, além da reduzida dimensão do conjunto, com 2563 fragmentos cerâmicos (onde um pequeno subconjunto de 261 fragmentos é que foi passível de ser classificado), 1102 registos de pedra lascada, 4 fragmentos de pedra polida/afeiçoada, 5 percutores e 307 fragmentos de termoclastos, não existe uma grande variabilidade tipológica, o que corrobora a hipótese de uma ocupação temporária.

De igual modo, observa-se um predomínio de materiais de pedra lascada classificados (1102) face à cerâmica (243 registos que correspondem a 261 fragmentos). Este desequilíbrio, que ocorre em outros contextos é, normalmente, utilizado como argumento na atribuição funcional das ocupações, classificando-as como efémeras e pouco estáveis (Carvalho e Zilhão, 1994, p. 58; Silva, 1989, p. 28).

No caso do Monte da Foz 1, terá sido produzida, utilizada e abandonada cerâmica e pedra lascada, ainda que com pesos distintos no registo da cultura material e portanto com uma dimensão social e económica distinta.

O conjunto cerâmico apresenta-se com um indicador sólido da ocupação curta e temporária do Monte da Foz 1. Em termos morfométricos, a diversidade dos diferentes recipientes, que funcionaria como indicador de maior estabilidade da ocupação, não parece existir no Monte da Foz 1.

Os recipientes cerâmicos recolhidos seriam destinados, apenas, à preparação e consumo de alimentos. A ausência de grandes dissemelhanças ao nível da produção (quer nas pastas, quer na espessura dos bojos e tratamento de superfícies), estaria relacionada com a limitação de funções que desempenhavam.

Neste aspecto, refira-se as hipóteses interpretativas que referem que, em sítios de implantação costeira onde a alimentação proviria, essencialmente, de recursos marinhos (o que pode ser aplicado ao Monte da Foz 1), os recipientes cerâmicos, de forma fechada, serviriam para conservar água doce e não para armazenar cereais (Kalb, 1989, p. 38), o que justificaria a sua menor dimensão.

O conjunto apresenta-se muito homogéneo. Além da fraca densidade de presenças, facto que, em Vale Pincel I, indicou a existência de ocupações pouco estáveis (Silva, 1989, p.28), no Monte da Foz 1 observa-se uma padronização da dimensão dos contentores. Os vasos são, na sua maioria, de média dimensão, sendo de destacar um número significativo que têm um tamanho muito próximo dos valores que classificam os recipientes como de “pequena dimensão”. Em contraste, a percentagem de recipientes

de grandes dimensões, destinados para as práticas de armazenamento, é muito baixa, com cerca de 17% do conjunto.

A presença, num determinado conjunto, de uma densidade mais efectiva de contentores de armazenagem, poderia integrar a ocupação num padrão mais estável e prolongado ou com uma natureza especializada, no uso do espaço.

No sítio da Cabranosa, o conjunto de grandes contentores é um dos indicadores que os autores utilizam para justificar a classificação de ocupação sedentária (Cardoso, et al, 1998 e 2003). No mesmo sentido interpretativo, a diversidade formal que se observa no conjunto desse sítio poderá “... estar conectada com uma permanência prolongada no local” (Diniz, 2007, p. 175).

Na Estremadura, no sítio de S. Pedro de Canaferrim, a existência de um conjunto significativo de recipientes de grande dimensão aponta para o peso que teriam as actividades de armazenamento, atribuindo, desta forma, ao sítio uma natureza funcional de grande particularidade e especialização (Simões, 1999, p. 124).

A partir destes dois exemplos, provenientes de duas áreas distintas (Estremadura e Barlavento Algarvio), mas de onde resultam as datas mais antigas para o processo de neolitização do actual território português (Carvalho, 2007, p. 47), pode-se aferir que o Monte da Foz 1 é inteiramente o oposto, no que respeita à duração e natureza da ocupação.

À presença residual, no conjunto artefactual, de grandes contentores, acresce um padrão de dimensões muito homogéneo de vasos, com relativa diversidade tipológica e funcional. Estes elementos não se enquadram “... com as necessidades de um povoado permanente, onde as diferentes actividades relacionadas com o processamento, consumo e armazenagem exigem um leque diversificado de recipientes.” (Diniz, 2007, p. 176).

No sentido análogo ao Monte da Foz 1, no povoado do Laranjal Cabeço das Pias, a escassez de cerâmica, com particularidade atenção aos vasos de grandes dimensões, demonstra, aos seus autores, o carácter efémero da ocupação (Carvalho e Zilhão, 1994, p. 61; Zilhão e Carvalho, 1996, p. 663).

A eventual utilização das argilas locais na produção das cerâmicas utilizadas no Monte da Foz 1 vai ao encontro de uma optimização intensiva dos recursos locais. Esta situação relaciona-se com ocupações pouco estáveis, permitindo ao grupo não despender grande esforço físico na produção de um elemento artefactual importante mas, possivelmente, secundário na funcionalidade primordial do sítio.

Dados da cultura material: o espólio lítico

Relativamente ao espólio lítico, a situação não se dissocia da cerâmica. Foram explorados, maioritariamente, recursos locais, com grande primazia de quartzito e quartzo, em detrimento de outras rochas exógenas, como o sílex.

Ainda assim, esta separação e primazia das matérias-primas apreendidas nas áreas imediatas de captação de recursos, não colocaram em causa a abordagem tecnológica distinta e a gestão diferenciada, consoante as matérias-primas disponíveis existentes no conjunto, quer sejam locais ou adquiridas fora do território, como se demonstrou no capítulo 3.2.

Se tanto para o quartzito e para o quartzo a obtenção era feita sem recurso a grande esforço físico e selecção criteriosa da qualidade da matéria-prima a trabalhar, já a obtenção de sílex para a produção de suportes alongados e micro-utensilagem, bem como os raros elementos polidos e afeiçoados (anfíbolito e granito), obrigaram o grupo a deslocações de carácter logístico ou a sua inserção em redes de troca, de curta e média distância.

A aquisição de sílex revestia-se de uma actividade com forte pendor social, económico e cultural, com o objectivo de adquirir blocos de excelente qualidade para o talhe, numa óptica de economia de produção que visaria o aproveitamento quase integral dessa matéria-prima.

Tal como verificado no conjunto da cerâmica, o grupo artefactual da pedra talhada revela uma parca diversidade tipológica e uma dimensão reduzida, onde há uma forte primazia de material relacionado com subprodutos de talhe (cerca de 85% do conjunto), em detrimento dos utensílios e produtos acabados. Esta informação afigura-se como um relevante indicador de uma curta e temporária permanência no local.

A forte presença de componente officinal, bastante evidente nas rochas autóctones onde se registam todas as etapas da cadeia operatória, não é tão perceptível no sílex. A ausência de núcleos desta matéria-prima contrasta com a presença de material de preparação, resíduos de talhe e da fase de descorticagem.

Esta fase de descorticagem, presente, mas relativamente escassa, pode indicar que, ao local, chegariam os blocos de sílex já testados e, em grande parte, descorticados, produzindo-se, na sua maioria, núcleos para lamelas e lâminas e, em menor número, lascas. O carácter exógeno da matéria-prima e aptidão para o talhe de uma rocha que potencia um número mais elevado e diversificado de suportes e utensílios, terá levado à

exaustão e esgotamento dos núcleos, facto que poderá ter contribuído para a ausência dos mesmos no registo arqueológico.

Por outro lado, se o Monte da Foz apresentar um carácter funcional relacionado com um povoado logístico - funcionando como um ponto intermédio na rede de obtenção de sílex nos contextos geológicos primários da Estremadura - esta ausência de núcleos, em conjunto com a presença de esquirolas e produtos acabados, poderá indiciar que os mesmos seriam aqui testados (produção de lamelas e lâminas) e, posteriormente, transportados, ainda com grande margem de trabalho e aproveitamento, para os locais de habitat com um cunho mais residencial e permanente.

A matéria-prima seguiria, parcialmente ou totalmente, descorticada, para sítios do interior, onde esta rocha, que estava ausente nas áreas mais próximas do espaço habitacional, era fundamental na produção de utensilagem do seu quotidiano e estratégia económica.

No entanto, o Monte da Foz 1 não se enquadra numa tipologia característica de uma “oficina de talhe”, “... correspondendo a um local de extracção, em que se realizava sobretudo o desbaste e conformação dos nódulos...” (Zilhão, 1994, p. 38).

Aliás, este tipo de sítio funcionalmente especializado não está documentado nas primeiras fases do neolítico, sendo os claramente definidos como tal pertencentes ao Neolítico final e Calcolítico (Zilhão, 1994, p. 39; Andrade, Cardoso, 2004).

No entanto, a confirmar-se a leitura do povoado logístico que visava a obtenção de sílex, o Monte da Foz 1 surge como mais uma etapa na cadeia operatória, um ponto intermédio entre o espaço de aprovisionamento e o lugar de abandono num espaço habitacional de cariz mais permanente, sendo este último, o local onde se processaria o talhe definitivo do produto/utensílio, previamente programado.

A Valada do Mato é um dos sítios que melhor se enquadra com esta realidade de local “receptor” e espaço final da cadeia operatória. Sítio implantado no interior do território, desprovido de sílex nas áreas imediatamente mais próximas de exploração de recursos, tipologicamente enquadrado com uma ocupação permanente e detentor de um polimorfismo económico, ao qual matéria-prima exógena (sílex, preferencialmente) terá chegado ao sítio já “... sob a forma de núcleos, ou pré-núcleos...” (Diniz, 2007, p. 83), demonstrando assim que teria já sido ultrapassada a etapa de descorticagem, realizada em outras áreas.

Não obstante, não se poderá olvidar que as áreas intervencionadas, de limitado espaço e espaçadas entre si em largos metros, não permitiram a detecção de áreas de actividade onde, eventualmente, poderão ter sido abandonados os núcleos em sílex.

Organização interna: estrutura de habitat

Dentro dos escassos 20m² de área escavada, foi possível identificar uma única estrutura. No geral, os dados relativamente à organização interna dos locais de habitat do neolítico antigo no actual espaço português são muito escassos. O número insuficiente de estruturas identificadas e intervencionadas estará relacionado com a raridade de escavações ao ar livre em contextos, claramente, habitacionais e com a acção de processos pós-deposicionais. Por outro lado, uma grande parte da informação disponível provém de intervenções em áreas muito reduzidas, impossibilitando reflexões de carácter mais global. Em termos arqueográficos, a ausência de estruturas domésticas corrobora com o carácter temporário que é proposto como funcionalidade da maioria dos sítios de habitat escavados. Acrescente-se a possibilidade da maioria das estruturas construídas em sítios de curta duração e de ocupação temporária terem sido feitas com recurso a material perecível, dificilmente detectado no registo arqueológico, e é fácil perceber a dificuldade que existe na definição da estruturação interna dos contextos habitacionais das primeiras sociedades camponesas.

Face ao descrito, a atribuição de funcionalidade específica, bem como a classificação e descrição da estrutura registada no Monte da Foz 1, exigiu que se estendesse o campo de análise para outros espaços geográficos e crono-culturais, ainda que, sempre, integrados no processo de neolitização do ocidente peninsular.

Em termos tipológicos, a realidade detectada, enquadra-se no inventário geral de estruturas identificadas nos espaços habitacionais do Neolítico antigo (Diniz e Carvalho, no prelo). Pertence ao grupo das “estruturas de combustão”, definindo-se como uma lareira de simples estruturação, preenchida por termoclastos com origem em seixos de rochas locais, alguns agrupados com fractura *in situ*. Trata-se de uma estrutura negativa, tipo “fossa”/“cuvette”, apresentando, em planta, uma forma ovalada, e em corte, uma forma elíptica. A sua dimensão é de cerca de 1m de comprimento, com uma largura máxima de cerca de 60cm. A profundidade está compreendida entre os 10 e 20cm (Fig.20 e 21; Foto 7).

O seu interior encontrava-se preenchido por um sedimento escuro, referente a areia concrecionada por acção do fogo. No entanto, observou-se uma total ausência de cinzas e carvões, o que pode ter sido causado por fenómenos de lixiviação, situações essas que ocorrem, com grande incidência, em solos privados de um denso coberto vegetal, por acção, tanto das águas pluviais e fluviais, como de acção eólica. De igual modo, não foram recolhidos quaisquer restos faunísticos que coadjuvasse, por exemplo, a uma interpretação funcional dirigida para uma estrutura de preparação e/ou consumo de alimentos. As situações de natureza pós-deposicional, bem como acidez dos solos arenosos prejudicam a conservação deste tipo de elementos, dificultando a definição da sua classificação funcional.

Neste sentido, a análise química dos sedimentos recolhidos torna-se essencial, na busca de restos orgânicos inacessíveis macroscopicamente, bem como da aferição de eventuais valores de fósforo. Do seu interior foram exumados inúmeros materiais arqueológicos, salientando-se o facto, de se ter recolhido um número significativo de cerâmica, toda ela muito queimada, pertencente a um grupo muito restrito de recipientes. Os escassos recipientes de grandes dimensões do conjunto artefactual do Monte da Foz 1 provêm do interior da estrutura e são os que possibilitaram uma reconstituição tipológica mais completa.

Este tipo de estrutura é muito comum em outros contextos contemporâneos. Na margem sul do rio Tejo, em pleno estuário, no sítio do Gaio, culturalmente integrado no Neolítico antigo evolucionado "...com uma ocupação relativamente estável..." (Soares, *et al.*, 2004, p. 58), foram escavadas quatro estruturas idênticas. Definidas como lareiras, à semelhança do Monte da Foz 1, correspondiam a pequenas fossas de pouca profundidade, de planta subcircular, que continham termoclastos em concentrações pouco densas (Soares, *et al.*, 2004, p. 41) (Fig.22). Segundo os autores da intervenção, nestas lareiras centrava-se o desenvolvimento das principais actividades domésticas, a preparação dos alimentos e produção de utensilagem lítica (Soares, *et al.*, 2004, p. 43).

Mais a sul, na Costa Sudoeste, em Vale Pincel I, o corte de reconhecimento permitiu a identificação de um conjunto de seis estruturas, entre as quais se observam as destinadas à combustão, muito parecidas com a do Monte da Foz 1 (Fig.23). Com dimensões análogas ao exemplar aqui descrito, as estruturas de combustão em "cuvette" dissimétrica, de contorno ovalado, estavam preenchidas por "...cinzas, pequenos carvões, pedras partidas por acção do fogo, nódulos de areia concrecionada pelo fogo..." e alguns materiais arqueológicos (Silva e Soares, 1981, p. 55). Neste sítio, estas

estruturas tiveram a particularidade de terem sido registadas, no mesmo nível de ocupação, quer no interior, quer no exterior de outras estruturas relacionadas, segundo os autores, com cabanas (Silva e Soares, 1981, p. 55; Silva e Soares, 1984, p. 395). Tal como ocorre no Monte da Foz 1, não surge mencionado qualquer resto faunístico associado a estas estruturas, desconhecendo-se se por razões de natureza funcional, ou em virtude de fenómenos de lixiviação ou acções pós-deposicionais.

A presença de uma única estrutura, que revela pouco investimento construtivo e um “prazo” de utilização pouco duradouro, irá de encontro à finalidade da ocupação do sítio. Observando os contextos que possibilitaram a caracterização de estruturas domésticas, depreende-se que os diferentes grupos de estruturas existentes não terão uma causa estritamente cronológica, estando, sim, relacionadas com as diversas estratégias de ocupação desenvolvidas durante o processo de neolitização, em distintos contextos ecológicos e geológicos (Diniz, 2007).

De igual modo, a estrutura de combustão do Monte da Foz 1, enquadra-se na funcionalidade do sítio, ocupação temporária e de curta duração, estando a sua construção dependente da exploração dos materiais disponíveis nas áreas envolventes.

O facto desta intervenção ter sido feita em sondagens exíguas e espaçadas entre si, fornece-nos uma leitura espacial truncada e condicionada. Uma estrutura isolada não permite aferir se haveria uma concentração de estruturas, quer num espaço habitacional específico, como parece acontecer na Valada do Mato (Diniz, 2007, p. 167), ou se terá ocorrido, de forma descontínua, em ocupações em áreas amplas e, assim, também mais difíceis de identificar, tal como se verifica nos contextos da Costa Sudoeste?

Mesmo admitindo que esta estrutura estava inserida num conjunto mais vasto, não é linear que a sua utilização tenha ocorrido num mesmo momento. Em Vale Pincel I, os autores das escavações, admitem que a construção destas estruturas “... tenha ocorrido em diferentes épocas do ano...” (Silva e Soares, 1981, p. 55). Nesse sentido, aponta-se para ocupações pouco prolongadas nos sítios, embora num mesmo enquadramento crono-cultural. Esta leitura não é de excluir para o Monte da Foz, no entanto, a ausência de mais evidências limita a sua defesa argumentativa.

Em outros contextos, igualmente na Costa Sudoeste, Vale Vistoso, Salema e Brejo Redondo, e a poucos quilómetros do Monte da Foz 1, na Moita do Ourives, estão presentes estruturas de combustão que diferem ligeiramente das de Vale Pincel I, Gaio e do Monte da Foz 1. Trata-se de “empedrados” constituídos por uma densa concentração de termoclastos, apresentando a planta subcircular (Silva e Soares, 1981, p.57 e 59;

Silva e Soares, 2004, p. 91; Rodrigues, 2004 e 2006, p. 250). Mesmo tratando-se de outro grupo de estruturas de habitat, é de crer que a funcionalidade fosse idêntica à estrutura do Monte da Foz 1.

Os cerca de 90% de termoclastos recolhidos fora do seu contexto primário poderão significar que o número de estruturas seria superior ao identificado. Nesse caso, mesmo tratando-se de restos de estruturas desmanteladas por dinâmicas erosivas e pós-deposicionais, logo impossíveis de caracterizar, é possível que as mesmas tenham tido uma configuração e funcionalidade semelhantes à identificada tanto no Monte da Foz 1, Vale Pincel I e Gaio, como na Moita do Ourives, Vale Vistoso, Brejo e Salema.

Nas restantes áreas não foram detectadas outros tipos de estruturas reconhecidas em outros espaços habitacionais peninsulares. A ausência de estruturas de funcionalidade direccionada para a armazenagem (fossas; silos;) ou residenciais (“fundos de cabana”, buracos de poste; empedrados) estará mais relacionado com a natureza ocupacional da ocupação do que com lacunas arqueográficas.

Resta referir a presença dos muito escassos nódulos de argila, encontrados de forma espaçada e desconexa, sem concentração espacial que lhes conferisse um estatuto expressivo. Poderão se enquadrar nos, acima referidos, materiais perecíveis que fariam parte do suporte construtivo das estruturas (principalmente num ambiente geológico com forte escassez de matéria-prima de grandes dimensões), mas o número diminuto e parca dimensão afastam qualquer tentativa de definição funcional.

4.3.1. Monte da Foz 1: que modalidades de uso do espaço?

A implantação do Monte da Foz 1, que não rompe com os padrões dominantes ao longo do Mesolítico na região (Arnaud, 1987a e 1989), onde os recursos aquáticos terão continuado a desempenhar um papel importante, numa zona aplanada, de baixa altimetria, desprovida de condições naturais de defesa e bem próximo das ribeiras do Sorraia e Almansor e do curso de rio principal, o Tejo, sugere algumas leituras e interrogações, ainda mais quando integrada numa nova dinâmica social, cultural e económica que se verifica no decorrer do processo de neolitização.

Atendendo aos dados existentes, essencialmente relacionados com a cultura material e claramente truncados no que diz respeito a aspectos económicos e de subsistência (ausência total de restos faunísticos de qualquer natureza, selvagens e/ou domésticos,

bem como de outros elementos que se afirmariam como indicadores directos da dieta praticada), serão mais as interrogações e as dúvidas do que as realidades demonstradas. Quanto ao tipo de ocupação praticado, perante a única estrutura existente e as suas características, em conformidade com dimensão e homogeneidade do conjunto artefactual, parece confirmar que o sítio teve uma ocupação relativamente curta e temporária.

No entanto, tal como acontece com outros contextos culturalmente semelhantes, não é de excluir a possibilidade destes vestígios poderem corresponder a um episódio inserido em várias estadias temporárias, que eram processadas por um ou mais grupos (de forma simultânea ou alternada?) ao longo da plataforma inteira, onde se observam, à superfície, vestígios arqueológicos de cronologia análoga. Trata-se, desta forma de um espaço que foi palco de diversas ocupações num mesmo espaço crono-cultural? Ou as sondagens aqui estudadas revelam um dos espaços pertencentes a uma ocupação mais longa e permanente?

Para esta última interrogação não há vestígios, quer ao nível da cultura material, quer ao nível das estruturas (ausência de estruturas residenciais como “fundos de cabana”, “buracos de poste”, “empedrados”, “fossas” para a função de lixeira ou armazenamento), que sustentam esta interpretação.

O povoado do Laranjal do Cabeço das Pias é o paralelo tipológico mais próximo do Monte da Foz 1. Tal como ocorre no Monte da Foz 1, existe um aproveitamento preferencial das matérias-primas imediatamente acessíveis para a produção lítica (o que neste caso, também é o quartzito e quartzo) e o número de efectivos desta categoria é muito superior ao da cerâmica. As matérias-primas locais e abundantemente usadas são, tal como no Monte da Foz 1, para a produção de uma indústria expedita de lascas, em contraste com uma pequena componente laminar/lamelar em sílex. As semelhanças prolongam-se na escassez de utensílios de pedra polida, na ausência de mós e na fraca percentagem de vasos de grandes dimensões, normalmente relacionados com práticas de armazenagem. Perante estes dados, os seus autores consideram a ocupação como efémera e de funcionalidade especializada, como o apoio a práticas de agricultura, pastoris ou de caça, em áreas exteriores ao sítio (Carvalho e Zilhão, 1994, p. 61; Zilhão e Carvalho, 1996, p. 663). No mesmo sentido do Monte da Foz 1, a presença de níveis arqueológicos culturalmente idênticos em dois núcleos separados, levou os autores a interrogarem se correspondem a ocupações simultâneas ou sucessivas no mesmo local (Zilhão e Carvalho, 1996, p. 663).

Face ao contexto geomorfológico e geológico, o que visaria colocar um habitat, de um grupo neolítico, nesta área? A agricultura realizada com os recursos artefactuais existentes, pelo seu carácter tecnicamente primário, não encontraria na área do Monte da Foz 1 o sucesso necessário ao sustento económico. No entanto, estas actividades poderiam ser realizadas em áreas mais interiores, onde a presença de águas salobras seriam mais insignificantes, em solos aptos para o cultivo de cereais e leguminosas. Por outro lado, a implantação relativamente próxima do Tejo e junto ao Sorraia, abria um campo de exploração de recursos aquáticos e de espécies selvagens, que aí recorreriam para se alimentar, de grande diversidade e riqueza.

Desta forma, as práticas de recolocção, pesca e, também caça poderiam justificar a ocupação do Monte da Foz 1, numa estratégia funcionalmente especializada, realizada de forma sazonal, que visaria a obtenção de alimentos que reequilibrariam o subsistema económico de uma comunidade que teria uma componente agrícola minoritária no seu esquema de subsistência.

Este tipo de sítios funcionalmente especializados para exploração de recursos naturais específicos ou de amplo espectro já foi proposta para o sul de Portugal, partindo dos concheiros de Samouqueira, Medo Tojeiro e Castelejo (Silva, 1989; Soares, 1997). No entanto, face ao debate que envolve a atribuição crono-cultural dos mesmos (Zilhão, 1998), aliado à ausência de indicadores directos que sustentem essa leitura, é prudente não considerar esta visão como enquadrável para o Monte da Foz 1.

A implantação do Monte da Foz 1 num espaço intermédio entre fontes de aprovisionamento de sílex na Estremadura e um espaço onde ocorrem ocupações com carácter temporário e/ou permanente e de boa base demográfica (Alentejo Interior – Montargil, Évora, Serra d’Ossa, Pavia e Reguengos de Monsaraz), coloca-o nos circuitos de circulação dessa matéria-prima. Neste sentido, não será de descurar a possibilidade de que os mesmos habitantes que terão ocupado, por pouco tempo o Monte da Foz 1, terem integrado esquemas de exploração de sílex na Estremadura, com o objectivo de o transportar (em blocos já testados ou em núcleos configurados) para as áreas mais interiores do território, privadas dessa matéria-prima em contexto geológico primário. Desta forma, o Monte da Foz 1 seria um habitat de apoio logístico a esse esquema de circulação, podendo ter sido utilizado na realização das primeiras fases (após a descorticagem total ou parcial ocorrida ainda em áreas junto das fontes primárias de aprovisionamento) de configuração e avaliação dos núcleos a explorar.

A natureza logística da ocupação do Monte da Foz 1, ou de outro qualquer sítio com a mesma classificação funcional, independente da especialização a que estaria, ou não, destinado, “obriga-o” a estar integrado numa rede de povoamento que envolverá sítios ocupados de forma mais efectiva e permanente, os comumente denominados “lugares centrais”?

Ou resulta de uma estratégia de implantação espacial, num determinado território, condicionado pelas suas características ambientais (Diniz, 2003), que assenta em sucessivas ocupações de curta duração em lugares com diferente potencial ecológico? Para ambas as perguntas uma condicionante comum: a fraca percentagem de dados que confirmem a presença de um povoamento com “lugares centrais” (Valada do Mato e Salema como os mais próximos dessa natureza tipológica), em contraste com um predomínio de sítios de natureza temporária, no registo arqueológico.

No caso do Monte da Foz, a caracterização da sua tipologia funcional e inserção na rede de povoamento que se terá desenvolvido do decorrer do processo de neolitização, para além da análise dos dados recolhidos no terreno, passa, também pela definição cronológica. A questão de “Quando ocorre esta ocupação?”, torna-se, deste modo, de vital compreensão, estando esta temática em análise, no capítulo final deste trabalho.

4.4 Subsistema económico

Face à ausência de indicadores directos sobre práticas de subsistência (restos zoológicos e botânicos), resta-nos, a partir da análise dos indicadores indirectos (funcionalidades específicas dos elementos da cultura material), tentar definir as estratégias económicas desenvolvidas pelos grupos que ocuparam o Monte da Foz 1.

Desta forma, a tentativa de identificar o peso das estratégias predatórias *versus* estratégias produtoras, a presença de actividades agrícolas e as principais espécies animais exploradas, procurando detectar, num plano diacrónico, eventuais alterações das modalidades de utilização dos recursos, domésticos e silvestres, disponíveis, ficará muito condicionada pelo conjunto artefactual recuperado no decorrer da escavação.

Em virtude das limitações de ordem tafonómica aliadas às particularidades funcionais das ocupações da maioria dos sítios estudados, a base empírica que definiria o subsistema económico encontra-se, ainda, bastante frágil, ficando a investigação em

torno deste episódio crono-cultural com muitas questões em aberto (Diniz, 2003; Carvalho, 2004; Diniz e Carvalho, no prelo).

Mesmo sendo difícil a quantificação da importância das actividades predatórias e agropastoris desenvolvidas no Monte da Foz 1, é verosímil aceitar que a actividade predatória poderá ter tido um peso maior. Esta leitura decorre mais da tipologia ocupacional e funcional do sítio (ocupação curta e temporária) do que, porventura, dos dados artefactuais.

Tendo em conta a utensilagem de componente lamelar e laminar existente, e a presença de geométricos de possível utilização enquanto pontas de projectil, é possível tecer algumas considerações que permitam a aproximação ao subsistema económico. No entanto, o número de registos artefactuais é indubitavelmente baixo, o que dificulta a definição do grau de especialização económica da ocupação, estivesse esta mais direccionada para actividades de caça ou, por outro lado, para actividades de ceifa.

Os denominados “elementos de foice”, que se constituem como indicadores indirectos de uma actividade agrícola (Carvalho e Zilhão, 1994, p. 61; Carvalho, 1998c, p. 57), estão presentes no Monte da Foz 1.

A existência de fragmentos mesiais de lamelas e lâminas, fracturados intencionalmente por flexão e percussão, pode atestar uma economia de produção no Monte da Foz 1. Ainda assim, dentro do conjunto de produtos alongados, as partes mesiais correspondem a, somente, 18% do conjunto. E mesmo excluindo as lamelas e/ou lâminas inteiras desta leitura, o número mantém-se residual, com cerca de 25% de evidências. No entanto, esta menor presença, no sítio arqueológico, face às partes proximais e distais pode estar relacionada com a sua utilização nas “foices”, o que levará a que sejam abandonadas e perdidas nas áreas de actividade agrícola, e não no local de habitat (Carvalho, 1998c, p. 57).

A crer que este tipo de artefacto se trata, de facto, de elementos de foice, a ausência de uma padronização definida (dimensões indiferenciadas, suportes lamelares e laminares, presença/ausência de retoque marginal e/ou marcas de uso) para os mesmos, dificulta a avaliação da real efectividade das práticas agrícolas, visto que nem todas as peças mesiais de produtos alongados poderiam estar directamente relacionadas com esse tipo de actividade.

Das partes mesiais conservadas, só as lâminas se apresentam retocadas ou com traços de utilização (1 exemplar de cada). Os suportes lamelares com fracturação intencional com vestígios de retoque e/ou com marcas de uso são de peças distais e proximais. Em peças

inteiras, surge uma lamela com traços de utilização e uma outra com retoque marginal, sendo que nas lâminas com o mesmo estado, as duas peças apresentam-se com traços de utilização. A impossibilidade de se obter análises traceológicas sobre estes materiais, tal como já foi ensaiado para a Valada do Mato e alguns conjuntos líticos da Estremadura (Gibaja, *et al.*, 2002), não permite reconhecer se as marcas de uso aí existentes são resultado de actividades de ceifa.

No Monte da Foz 1, não foi observado, macroscopicamente, qualquer artefacto que revelasse a presença do “brilho” caracterizador do “lustre de cereal”. A indefinição tipológica que envolve os “elementos de foice” está presente na Valada do Mato, onde as escassas peças identificadas com “lustre de cereal” não se enquadram nos critérios tipológicos que definem essa categoria de utensílios. Nesse caso, a presença do “lustre de cereal” é que os enquadra como artefactos relacionados com actividades agrícolas (Diniz, 2007, p. 178).

A fronteira que permite determinar se este tipo de artefactos se enquadra, definitivamente, nas actividades de ceifa ou, em oposição, em práticas de recollecção é, ainda, de difícil aferição, o que dificulta a caracterização e avaliação do tipo de economia de subsistência, maioritariamente, praticada por estes grupos humanos.

Outras categorias artefactuais que se relacionam indirectamente com a agricultura são os elementos de moagem e os materiais em pedra polida. No entanto, face ao peso minoritário que adquirem na maioria dos contextos das etapas iniciais do processo de neolitização, a sua frequência não pode ser encarada como proporcional ao índice de actividades agrícolas, que se encontram atestadas de outras formas.

Os materiais presentes no Monte da Foz 1 relacionados com a moagem e farinação de cereais resumem-se a três fragmentos de granito, com sinais de afeiçoamento em uma das faces conservadas. Pelo elevado grau de fragmentação tornou-se impossível avaliar se fariam parte de moventes e/ou dormentes. O número reduzido de elementos artefactuais poderá se justificar com o procedimento da sua actividade em áreas funcionais, exteriores às zonas de habitat (Diniz, 2007, p. 180; Diniz e Carvalho, no prelo).

Ao encontro desta leitura, no sítio da Salema ocorre um número elevado de mós manuais numa área que, mediante a presença de “fornos”, se define como funcionalmente especializada para o processamento de alimentos (Silva, 1989, p. 27; Silva e Soares, 1981, p. 98; Silva e Soares, 1987, p. 666).

O único elemento de pedra polida presente no Monte da Foz 1 trata-se de uma lasca de anfibolito de classificação tipológica e funcional indeterminada. Desta forma, no Monte da Foz 1, não há sinais evidentes da presença deste tipo de utensílios (onde se destacam os machados e as enxós), directamente relacionáveis com sistemas de produtivos.

Este número muito reduzido de materiais de pedra polida e afeiçoada coloca, à partida, limitações evidentes na avaliação da sua importância na economia do grupo. Por um lado, pode atestar que o peso das actividades produtivas no Monte da Foz 1 era diminuto, direccionando, desta forma, o grupo para um outro tipo de estratégia alimentar, mais adaptada aos recursos específicos do ecossistema que compunha este território específico.

Ainda assim, a escassez deste tipo de elementos pode estar relacionada com padrões de utilização e abandono, ainda mais tratando-se de artefactos elaborados sobre matérias-primas de origem exógena, tendo sido obtidos mediante um esforço físico elevado. Perante este facto, proceder-se-ia à sua utilização até à máxima e definitiva exaustão, tentando retirar o máximo proveito das suas funcionalidades.

A presença de cerâmica no conjunto não confere, obrigatoriamente, uma dimensão produtora e agrícola à ocupação do Monte da Foz 1. Como já foi referido, a densidade de cerâmica nos conjuntos indicia o carácter ocupacional do sítio arqueológico. Uma presença elevada de cerâmica e uma diversidade morfológica e tipológica dos recipientes do conjunto coadunam-se com ocupações de longa duração, estabilidade residencial e económica. Por outro lado, a fraca densidade desta categoria artefactual está relacionada com ocupações de curta duração e pouco estáveis.

O conjunto cerâmico observado no Monte da Foz 1, classificado segundo a densidade percentual que regista, vai ao encontro de uma ocupação realizada num espaço temporal único e de curta duração. À dimensão reduzida do conjunto, alia-se a padronização da dimensão dos contentores, onde o peso dos recipientes de grandes dimensões, provavelmente preparados para o armazenamento de líquidos e sólidos, é de, apenas, 17%.

Além de poder conferir à ocupação um carácter permanente e prolongado, a presença deste tipo de artefacto, em densidades significativas, indicia práticas de armazenamento (S. Pedro de Canaferrim) relacionadas com actividades agrícolas bem consolidadas (Salema) e levadas a cabo com frequência (Silva e Soares, 1981; Simões, 1999). No Monte da Foz 1, o número maioritário de vasos de média dimensão (cerca de 78% do total do conjunto), logo de difícil aferição funcional, e a padronização de formas bem

patente no quadro tipológico, além de conferir um carácter temporário e de curta duração à ocupação, demonstrará, igualmente, um peso pouco expressivo de actividades produtivas que possibilitassem a existência de alimentos e cereais passíveis de ser armazenados.

Enquadrar esta ocupação como estando assente num subsistema económico direccionado para práticas produtivas, torna-se uma tarefa de difícil resolução tendo em conta, por um lado, a componente artefactual acima mencionada e, por outro lado, a aptidão dos solos para uso agrícola na área envolvente.

Atendendo à paisagem que hoje se observa nos arredores do Monte da Foz 1, os solos, em áreas a partir de 1km de distância do sítio, apresentam condições de uso de elevada qualidade. O conjunto de solos férteis que hoje se verifica seria um excelente pré-requisito ambiental para o desenvolvimento do processo de Neolitização na região envolvente dos rios Tejo e Sorraia (Gonçalves e Daveau, 1983-1984). No entanto, esta situação não se verificava aquando a ocupação neolítica do Monte da Foz 1.

Como constatámos em capítulos anteriores, aquando a transgressão flandriana a margem esquerda do Baixo Vale do Tejo caracterizar-se-ia, presumivelmente, como um pântano salgado com algumas barras de rio próximas de imersos terraços quaternários adequados à ocupação humana. Mas essa ocupação teria que visar um tipo de estratégia económica que contrariava a emergência de um novo subsistema económico, associado aos grupos humanos neolíticos, a agricultura.

O regime estuarino de águas salobras que se verificou no Baixo Tejo e no final do curso dos seus afluentes atribuía aos solos um alto teor de salinidade, tornando-os impraticáveis para o cultivo e produção agrícola. O tipo de agricultura praticado no decorrer do processo de Neolitização teria que visar solos bem drenados e leves, que possibilitassem a utilização do equipamento existente no “pacote neolítico” para essa função. Os elementos artefactuais existentes e funcionalmente classificados como de “uso agrícola”, pelo seu carácter primário, não teriam capacidade tecnológica para trabalhar estes solos e, face aos constrangimentos que os mesmos apresentavam, torná-los viáveis e produtivos.

Como se explicam, portanto, os indicadores indirectos de práticas agrícolas observados na cultura material do Monte da Foz 1? Eventualmente, as actividades agrícolas terão se processado em áreas mais interiores, fora dos limites máximos da transgressão marítima.

Ou, de igual modo, a presença neste território poderá corresponder a um teste às capacidades agrícolas do mesmo, numa lógica de exploração de territórios e recursos, desenvolvida numa etapa evolutiva do processo de Neolitização.

Por outro lado, os grupos humanos aqui retratados, perfeitamente enquadrados com a realidade cultural, social e económica que o Neolítico traduz, poderão fazer parte de uma estratégia de povoamento que integra um lugar central que “dirige” sítios funcionalmente especializados, que exploram e ocupam territórios específicos, consoante as suas particularidades ambientais (Diniz, 2003, p. 39).

Segundo esta última hipótese, o território onde se insere o Monte da Foz 1 não teria a especificidade primordial das práticas produtivas, mas os grupos que o ocupam são portadores e conhecedores de todo um conjunto artefactual, onde estão inseridos os artefactos “agrícolas”.

No entanto, o território do Monte da Foz 1 possibilitava o recurso à caça, pesca e recolocção, disponibilizando uma gama de recursos de significativa diversidade e abundância. De facto, a mesma causa que levou aos ambientes estuarinos a água salobra que limitou os solos para a actividade agrícola, proporcionará, aos grupos humanos que ocupam a região, a presença de recursos suficientes para que se adopte um subsistema económico de forte pendor de exploração de recursos naturais (Silva, 1989, p. 31; Cardoso, 2004, p. 332).

A margem esquerda do Baixo Tejo, durante a ocupação do Monte da Foz 1, apresentava um ecossistema de tal forma rico e diversificado em recursos naturais, que possibilitava que uma comunidade adoptasse uma estratégia económica com um grande peso cinegético e de recolocção.

Embora à data possa já estar a ocorrer um recuo das águas marinhas e, proporcionalmente, dos recursos provenientes da fauna salobra, ainda assim, as espécies existentes serão suficientes para se manter um modo de vida económico, bastante semelhante ao das populações de caçadores-recolectores mesolíticos, já ausentes dos concheiros do Vale do Tejo.

Aos recursos aquáticos (estuarinos e, ainda, marinhos), como o mexilhão, a raia e dourada, acrescenta-se um clima mediterrâneo, instalado na região desde do Pós-Glacial (Ramos, et al., 2007, p.196; Azevedo et al., 2006, p.13; Azevedo et al., 2006, p.69), que potencia a presença de bosques e manchas florestais onde se integram o esquilo, o javali, veado, lebre e cavalo (Cardoso, 2004, p. 325).

No entanto, toda esta informação provém de dados recolhidos dos concheiros mesolíticos do Vale do Tejo, que terão tido uma ocupação até cerca de 5000 cal BC (Zilhão, 2000, p.160). Ao nível de restos faunísticos existentes na região, explorados e consumidos pelos grupos neolíticos, a intervenção no Monte da Foz 1 não forneceu qualquer indicador directo.

As mesmas condições ambientais que se apresentavam perante as populações do Mesolítico final, que operavam padrões de implantação habitacional com um carácter quase sedentário, fruto de um equilíbrio económico-ecológico que permitiu o prolongamento de um *modus vivendi* fora dos padrões tradicionalmente neolíticos (Silva, 1989, p. 31), terão possibilitado aos habitantes do Monte da Foz 1 uma oferta alimentar que estaria ao alcance de um esforço físico menos dispendioso e com menos risco de insucesso.

Observando o conjunto artefactual, na busca de indicadores indirectos relacionados com a exploração dos recursos naturais existentes, constata-se a presença das denominadas “armaduras” geométricas, como elementos de práticas cinegéticas. Tal como verificado para os artefactos relacionados com as actividades agrícolas, a utensilagem relacionada com a caça é escassa, tornando-se difícil a avaliação do peso económico destas acções na ocupação. Os geométricos registados, quatro no seu total, correspondem a dois trapézios e a dois segmentos de círculo.

Um dos segmentos apresenta-se fracturado, não se podendo afirmar se essa fractura resulta da sua utilização como armadura. Tal como se constatou para os “elementos de foice”, a impossibilidade de, até ao momento, se realizar análises traceológicas sobre estes materiais, à semelhança do que ocorreu sobre uma amostra de 81 segmentos da Valada do Mato (Gibaja, *et al.*, 2002, p.220; Diniz, 2007, p.177), limita as leituras que este conjunto diminuto pode indiciar.

À parte dos geométricos surge um conjunto de artefactos inseridos no campo da “utensilagem doméstica”, onde se destacam um número significativo de lascas, lâminas e lamelas com retoque marginal, e, também, um entalhe e uma raspadeira. A funcionalidade destes utensílios (raspar, cortar) é bastante generalizada, podendo estar relacionada, tanto com actividades de ceifa, como de caça (Carvalho, 2003, p. 146).

A inexistência de restos faunísticos no espólio arqueológico do Monte da Foz 1 proporciona uma série de especulações acerca do subsistema económico levado a cabo pela ocupação. Além de não se conseguir avaliar o peso das estratégias produtivas e/ou cinegéticas, torna-se inviável aferir se este grupo era portador de espécies domésticas e

se praticavam a pastorícia. De igual modo, relativamente às actividades de caça-recolecção, esta lacuna arqueográfica omite qualquer consideração sobre a importância dos recursos aquáticos (peixe, malacofauna) e das espécies selvagens na dieta praticada. A julgar pelos dados fornecidos pela cultura material parece não existir uma preferência sobre a estratégia adoptada, visto que a densidade artefactual dos indicadores indirectos de cada sistema é bastante semelhante.

No entanto, a fraca aptidão dos solos para o cultivo de cereais e leguminosas, a presença de um ecossistema rico e diversificado fruto da envolvência estuarina com influências fluviais e marítimas, a existência de uma fauna selvagem característica de um clima mediterrâneo, aliada uma ocupação que parece assentar numa permanência curta e temporária, parece-nos mais plausível que o subsistema económico tivesse um maior pendor de caça, pesca e recolecção, numa lógica de obtenção de alimentos através de uma forma mais célere e eficiente possível. O fraco peso que a agricultura teria no subsistema económico estará relacionado, exclusivamente, com a estratégia de ocupação e pela adequação diminuta destes solos para o exercício dessa actividade.

De igual modo, a julgar pelo conjunto artefactual, o grupo que ocupou o Monte da Foz 1 estaria economicamente e socialmente enquadrado com as modalidades de interacção entre o Homem e o Meio que caracterizam o processo de neolitização em curso, num quadro global de ruptura, face às pré-existências mesolíticas.

5. O sítio do Monte da Foz 1 no desenrolar do processo de neolitização nas margens do Baixo Rio Tejo

(...) Foi ontem, e é o mesmo que dizermos, Foi há mil anos, o tempo não é uma corda que se possa medir nó a nó, o tempo é uma superfície oblíqua e ondulante que só a memória é capaz de fazer mover e aproximar.

*José Saramago, O Evangelho Segundo Jesus Cristo, 1991
(edição de 2001), p.131*

5.1 Um ponto de partida

A margem esquerda do Baixo Tejo no quadro do processo de Neolitização em Portugal: uma visão historiográfica

O conhecimento acerca do processo de Neolitização no actual território português é, ainda hoje, limitado quando comparado com os dados disponíveis para as restantes fases da Pré-história recente. Uma investigação tradicionalmente conduzida para regiões e problemáticas específicas tem gerado grandes desequilíbrios na informação disponível. Na década de 80 do século XX, qualquer abordagem acerca de processo de Neolitização na margem esquerda do Baixo Tejo, deparava-se com um conjunto de limitações que dificultava o desenvolvimento de propostas interpretativas acerca destas sociedades. Apesar de ser reconhecido o contributo que esta região poderia dar à definição das primeiras fases do Neolítico em Portugal, era, igualmente, lembrada uma “...escassez pouco usual de bibliografia sobre a área.” (Gonçalves e Daveau, 1983-1984, p. 203). Num registo similar, José Arnaud resumia, numa frase, a informação arqueológica existente acerca desta etapa cultural: “Os vestígios de ocupação atribuíveis às primeiras comunidades de pastores e agricultores até agora encontrados no vale do Tejo são bastante escassos, (...) limitando-se a alguns fragmentos de cerâmica impressa encontrados nos níveis superiores dos concheiros de Muge.” (Arnaud, 1987b, p. 22). Na área do Baixo Tejo, o conhecimento acerca do Neolítico antigo e médio resumia-se, nos finais do séc. XX, às informações pontuais fornecidas pelo “acampamento do neolítico antigo” ORZ1, intervencionado por Victor Gonçalves nos inícios da década de

80 (Gonçalves, 1983-1984, p. 210) e aos, acima referidos, fragmentos de cerâmica impressa encontrados nos níveis superiores do concheiro da Moita do Sebastião (Arnaud, 1987b e 1989, p. 22 e p. 226).

Estas fases culturais estão, em contraste com o Baixo Tejo, melhor documentados nas áreas da Estremadura, Alentejo interior e, recentemente, Algarve ocidental. O investimento na investigação nestas regiões, que ocorre, embora de forma desigual, desde as duas últimas décadas do séc. XX, tem sido decisivo para o conhecimento das sociedades humanas que habitaram o actual espaço português entre os VI e IV milénio AC.

Perante este quadro, observando a cartografia referente ao fenómeno de Neolitização, constata-se um vazio em relação à área do Baixo Tejo.

No entanto, esta situação tem vindo a ser alterada nos últimos anos. Mediante trabalhos, quase exclusivamente, relacionados com a arqueologia de emergência e preventiva (construção da A13 e A10, como exemplos mais evidentes) foram identificados e, parcialmente, intervencionados um número (ainda) reduzido de sítios enquadráveis nos períodos em questão.

Os sítios Monte da Foz 1 e Moita do Ourives (concelho de Benavente), e Vala Real (concelho de Salvaterra de Magos), permitiram detectar realidades crono-culturais praticamente desconhecidas neste espaço. De igual modo, um trabalho de prospecção levado a cabo por Gonçalo Lopes no concelho de Muge permitiu a descoberta de realidades artefactuais que, de acordo com a sua análise tipológica, se enquadram em ocupações do Neolítico antigo (Lopes, 2002). Ainda recentemente, à data da dissertação deste trabalho, foi descoberto e intervencionado o habitat do Neolítico antigo de Casas Novas, em Coruche (Gonçalves, 2010 - informação divulgada em archport@ci.uc.pt, 19/7/2010).

Estas evidências arqueológicas, demonstram que a presença de grupos humanos no Baixo Tejo, durante o Neolítico antigo e médio, é uma realidade, estando por esclarecer e caracterizar em que moldes se processaram as ocupações, as respectivas finalidades funcionais e tipos de estratégia de exploração do espaço envolvente. Por outro lado, o conhecimento passará, necessariamente, pela caracterização cronológica e cultural destas primeiras comunidades produtoras de alimentos estabelecidas na região, pela definição das relações existentes entre estes grupos e os caçadores-recolectores que ao longo do Mesolítico ocuparam estes territórios, pela percepção das trajectórias culturais

das sociedades produtoras durante as primeiras fases do Neolítico e as conexões entre estas e a emergência do megalitismo funerário.

Os elementos paisagísticos que caracterizavam o espaço da margem esquerda do Baixo Tejo durante o processo de Neolitização, como observámos anteriormente, provavelmente, não atraíram ocupações de cariz permanente, mas sabemos – a partir da informação dos “novos” sítios, entretanto descobertos e escavados – que a margem esquerda do Baixo Tejo não é uma “terra de ninguém” durante o Holocénico Médio como parecia ter sido. Apesar de irregular, a elevada velocidade da sedimentação fluvial e eólica (Ramos et al., 2001) cobre as antigas ocupações, fazendo da prospecção uma actividade arqueológica com forte probabilidade de insucesso. Os horizontes arqueológicos poderão nunca, ou só por acaso, ser detectados, visto encontrarem-se sob espessas camadas de areias fluviais e eólicas. Por exemplo, na sondagem de Entre Valas, o material orgânico datado a partir de 6960 cal BP veio de 10,7m de profundidade (Azevedo et al., 2006b, p. 65).

Este facto poderia explicar porquê que tão poucos dados são conhecidos na região – um corredor natural entre o Maciço Calcário Estremenho e as planícies graníticas do Alentejo central (Neves, Rodrigues e Diniz, 2008b). Desta forma, não é coincidência que, somente, após a abertura de grandes valas, realização de taludes, limpeza de um coberto vegetal raso mas denso e nivelamento de espaços (que obrigou ao levantamento de camadas superficiais de formação mais recente), com recurso a meios mecânicos pesados (para a construção das auto-estradas), se tenham identificado um número importante de sítios do Neolítico antigo e Neolítico médio.

À partida para a elaboração deste trabalho, não existia modelos para explicar a neolitização neste espaço (como, quando e porquê chegaram as primeiras comunidades agro-pastoris; como se instalaram e como usaram a paisagem), mas os novos dados poderão ajudar a preencher esta lacuna, demonstrando que os mapas arqueológicos com nenhum vestígio de Neolítico na margem esquerda do Baixo Tejo, traduziam uma questão arqueográfica e não histórica.

Neolitização do Baixo Vale do Tejo: propostas interpretativas para “uma terra de ninguém”

O parco conhecimento acerca do desenvolvimento do Neolítico no espaço do vale do Tejo não foi suficiente para colocar, este território, “à margem” do debate científico. Uma densa e prolongada ocupação por parte de comunidades de caçadores-recolectores

mesolíticos, na região de Muge, serviu de ponto de partida, ou ponto de chegada (consoante o modelo preconizado), para o desenvolvimento de propostas interpretativas acerca do processo de Neolitização, em determinados espaços geográficos específicos.

Quando se inicia o processo de neolitização na Estremadura (meados do VI milénio cal BC) existe uma densa ocupação mesolítica no Tejo, que se mantém afastada destas novas dinâmicas. Não se verificam significativas alterações culturais, de implantação do espaço ou de exploração de recursos por parte das comunidades de caçadores-recolectores.

Embora se esteja perante um espaço cronológico marcado por uma “paisagem multicultural”, onde coexistem grupos detentores de padrões culturais, sociais e económicos distintos (Diniz, 2003; Diniz e Carvalho, no prelo), até ao período que data as últimas ocupações mesolíticas nos concheiros do vale do Tejo, cerca de 5200 cal BC (Zilhão, 2000, p.160), não há qualquer elemento que indicie uma interacção entre estas populações e as comunidades neolíticas que já se encontram a explorar territórios no Maciço Calcário Estremenho, adaptando-o a um novo sistema de subsistência baseado na agricultura e pastorícia (Cardoso, in Carvalho, 2004, p. 106; Zilhão, 1998, p. 29).

Esta data, e apesar da sequência estratigráfica que se prolonga até cerca de 4600 cal BC no nível superior do Cabeço da Amoreira (Rolão, et al. 2006, p. 35; Carvalho, 2007a, p. 51), marca o fim da exploração sistemática dos recursos estuarinos nesta área, e o abandono dos concheiros, por parte das populações mesolíticas. Até então, a paisagem oferecia uma grande biodiversidade de recursos naturais, um perfeito equilíbrio económico-ecológico, principalmente em função de um ecossistema estuarino, que facilitou a existência de um certo “isolamento geográfico” (Cardoso, in Carvalho, 2004, p. 106), e que permitiu uma ocupação prolongada, com um cariz próximo do sedentarismo, assente num subsistema económico de pesca, recollecção e caça, e que “dispensava” qualquer estratégia económica de outra natureza cultural (agricultura e pastorícia) (Cardoso, 2004, p. 334; Silva, 1989, p. 31).

Perante o abandono das comunidades mesolíticas dos locais ocupados ao longo de dois milénios, questões se levantam relativamente ao momento seguinte. Para onde foram? Mantiveram-se no território e adoptaram as novas formas de vida, alicerçadas em estratégias de exploração do território distintas das que praticavam? E como ocorreu essa adopção? Ocorre a partir de uma dinâmica evolutiva interna, sem constrangimentos “coloniais”? Ou foram “absorvidos” pela expansão demográfica da população neolítica que busca novos territórios de exploração?

A estas questões respondem propostas interpretativas que, na sua essência, seguem as duas perspectivas que vigoram em Portugal, relativamente à discussão acerca do fenómeno da Neolitização.

Joaquina Soares, parte do modelo que preconiza para a Costa Sudoeste e vale do Sado, e elabora uma leitura alargada introduzindo, na sua interpretação, as comunidades mesolíticas do vale do Tejo. Segundo a autora, “derivado” da dinâmica económica e social das comunidades indígenas do Mesolítico final, através de redes de contacto inter-comunitários, osmose cultural e por via de exogamia, chegam a estas, as inovações neolíticas e elementos exógenos que são, por si, assimilados, de forma progressiva e selectiva (Soares, 1995, p. 28; Soares, 1997, p. 605; Soares, 1996 [2003], p. 46). De igual modo, esses mesmos elementos, são assimilados e utilizados em função das necessidades dos grupos mesolíticos (Soares, 1997, p. 605).

Desta forma, a autora refere-se aos poucos fragmentos cerâmicos presentes nos concheiros do Tejo como sendo o único elemento artefactual do “pacote neolítico” que se enquadra no quadro económico destas populações. A cerâmica permite uma melhora das condições de armazenagem, mesmo quando a estratégia económica é, ainda, exclusivamente, predatória (Soares, 1997, p. 590).

O conhecimento que as populações mesolíticas detêm do *modus vivendi* Neolítico, adquirido através dos contactos inter-comunitários, será, segundo a autora, vital para estas populações adoptarem as estratégias de intensificação económica (agricultura e pastorícia), quando os recursos naturais não corresponderem à procura. Conhecedores das inovações neolíticas, que não detêm na totalidade, invertem a situação quando ocorre uma pressão demográfica no Mesolítico final que contribui para uma situação de desequilíbrio económico-ecológico, deixando de funcionar com eficácia as estratégias de subsistência tradicionais (Soares, 1997, p. 606).

Numa leitura antagónica, surge a análise de João Zilhão. A sua interpretação para processo de Neolitização, entre o Tejo e o Mondego, inspira-se no Modelo A preconizado por José Arnaud para as etapas iniciais do Neolítico (Arnaud, 1982). As linhas gerais do modelo remetem para uma intrusão de sistemas culturais, sociais e económicos neolíticos, num território específico e marginal às populações autóctones detentoras de um subsistema económico oriundo da caça e recollecção. Esta introdução ocorre mediante a chegada e fixação de pequenos grupos alóctones (colonos), oriundos do Mediterrâneo espanhol, por via marítima (Zilhão, 1992, 1993, 1998, 2000). Esta

primeira fase terá ocorrido a partir de meados do início da 2ª metade do VI Milénio cal BC (Zilhão, 1998, p. 29; Carvalho, 2007a, p. 67).

O estuário do Tejo, espaço que nos importa aqui destacar, surge nesta proposta interpretativa, numa fase sequente à acima descrita, a etapa Epicardial. Para o autor, entre 5200 e 4500 cal BC, dá-se uma expansão demográfica para Sul por parte das comunidades neolíticas, que acabam por “absorver” e “assimilar” as comunidades mesolíticas que ocupam o estuário do Tejo, num denominado processo de “encapsulamento” (Zilhão, 1992, p. 156; 1998, p. 29; Carvalho, 2007a, p. 201). Desta forma o Baixo vale do Tejo, só a partir dos inícios do V milénio cal BC é que entra no âmbito territorial Neolítico. É mediante a ocupação destes espaços “novos” (para as comunidades neolíticas) e “velhos” (para as populações mesolíticas) que se observam estratigrafias e sequências ocupacionais de concheiros mesolíticos com, posteriores, vestígios neolíticos. As escassas cerâmicas presentes nos níveis superiores da Moita do Sebastião não são, portanto, sinónimo de continuidade e evolução interna mesolítica, mas sim resultado de uma reocupação neolítica de um espaço, outrora Mesolítico, mas que esses artefactos caracterizam-no, agora, como Neolítico (Arnaud, 1989, p. 226; Zilhão, in Carvalho 2004, p. 116). As cerâmicas, ao serem depositadas numa fase posterior à formação do concheiro, serão resultado de uma coincidência espacial e não de um testemunho de contactos entre grupos culturalmente distintos.

Segundo mesmo modelo interpretativo, será, após 4500 cal BC, que partirá destes territórios a 3ª etapa de Neolitização, em direcção ao interior do restante território actualmente português, que coincide com o arranque do Megalitismo (Zilhão, 1992, p. 156). No entanto, sítios como a Valada do Mato, com datas absolutas para os finais do VI/primeiro quartel do V milénio cal BC (Diniz, 2007, p. 162), demonstram que bem antes de 4500 cal BC, o processo de Neolitização já se encontra bem desenvolvido, em paisagens interiores que serão palco da evolução do fenómeno megalítico.

O que têm em comum e onde se encontra a maior fragilidade dos modelos e propostas, para o vale do Tejo e, no caso específico da margem esquerda do Baixo Tejo? Ambas as interpretações recorrem a evidências empíricas mesolíticas, mas a escassas de pendor, claramente, neolítico. Explicam como se introduzem os primeiros elementos neolíticos, num espaço reconhecidamente Mesolítico, mas não conseguem explicar como se desenvolvem e se adequam ao espaço.

Não tendo, à data da formulação das hipóteses interpretativas para o Baixo Tejo, documentação indiscutivelmente neolítica, os modelos carecem de comprovação. São

interpretações acerca da Neolitização, mas sem qualquer informação dos sítios onde esse processo se encontra atestado e caracterizado.

Os pontos que se seguem não procurarão enquadrar o Monte da Foz 1 em qualquer das análises interpretativas. No entanto, o Monte da Foz 1, juntamente com os sítios recentemente descobertos e intervencionados, será uma peça importante para a verificação, desenvolvimento e confrontação com a evidência empírica, que faltava nos respectivos modelos.

5.2 Monte da Foz 1: enquadramento crono-cultural

A ausência, no registo arqueológico, de matéria orgânica e ecofactos impossibilita a obtenção de datações absolutas, bem como a reconstituição do subsistema económico (a partir de indicadores directos) que estas populações adoptaram durante a ocupação do Monte da Foz 1. Deste modo, a caracterização da cultura material tem um papel fundamental na definição de uma cronologia, embora relativa, para esta ocupação.

A partir da análise tecno-tipológica do espólio artefactual e mediante a caracterização da tipologia funcional e estratégia de ocupação, foi possível aferir que, o Monte da Foz 1, estará enquadrado num espaço crono-cultural entre os momentos finais do Neolítico antigo evolucionado e a transição para o Neolítico médio, sendo este último um momento ainda mal definido e caracterizado no que diz respeito aos contextos habitacionais.

Em termos cronométricos, a ocupação analisada terá ocorrido entre a 2ª metade do V milénio e o início do IV milénio AC.

Estas leituras resultam da observação da informação registada em sítios que apresentam horizontes artefactuais semelhantes e das (escassas) datações absolutas que algumas dessas ocupações forneceram. Para o Monte da Foz 1, a busca de quadros de leitura com paralelos crono-culturais terá que ser realizada a uma escala supra-regional, pois as limitações arqueográficas que a margem esquerda do Baixo Tejo apresenta assim o impõem. Desta forma, a verificação e confrontação da leitura interpretativa proposta, terá que recorrer, obrigatoriamente, a evidências empíricas observadas em outros espaços, do actual território português, nomeadamente a Estremadura (Maciço Calcário Estremenho e Península de Lisboa) e a Costa Sudoeste (área de Sines e Comporta),

onde a investigação arqueológica tem tido um forte investimento desde há cerca de 40 anos para cá.

Estremadura

Na área do Maciço Calcário Estremenho, o Monte da Foz 1 encontra algum paralelismo cultural no povoado do Laranjal do Cabeço das Pias. Além de deterem uma tipologia funcional muito equivalente (*vide* Capítulo 4), existem algumas semelhanças artefactuais que podem conduzir a uma definição cronológica mais precisa. Ao nível da cerâmica, tal como no Monte da Foz, estão bem presentes as formas abertas (taças e hemisféricas), denotando-se uma escassez de vasos de grandes dimensões. Na decoração regista-se um predomínio dos fragmentos lisos sobre os decorados (Carvalho e Zilhão, 1994, p. 58). No entanto, a temática e os motivos decorativos presentes no Laranjal do Cabeço das Pias, ao nível da cerâmica impressa e incisa, é mais diversificada e efectiva, apresentando claros “regionalismos” com contextos da Estremadura, através dos motivos “em espinha” e das faixas de linhas rectas, preenchidas com incisões (Carvalho e Zilhão, 1994, p. 58). Estas temáticas decorativas têm uma forte expressão em sítios do Neolítico antigo da Estremadura, estando bem caracterizado em S. Pedro de Canaferrim (Simões, 1999).

Relativamente ao espólio lítico, à imagem do verificado no Monte da Foz 1, ocorre uma exploração preferencial de matérias-primas imediatamente disponíveis (quartzito e quartzo) para a produção expedita de lascas (Zilhão e Carvalho, 1996, p. 663). Ao sílex fica reservada a produção de uma pequena componente lamelar e laminar, que teve uma utilização em bruto ou após um retoque simples e irregular. Destaque para alguns suportes alongados que foram segmentados na transformação em elementos de foice (Zilhão e Carvalho, 1996, p. 663). Ao nível dos geométricos regista-se a presença de crescentes.

Face à componente artefactual, os autores colocam a ocupação numa fase evoluída do Neolítico antigo, entre 5200 e 4500 cal BC (Carvalho e Zilhão, 1994, p.60). Os autores aceitam o predomínio das lascas no registo da indústria lítica como indicador cultural e cronológico de um Neolítico antigo evoluído, mas questionam se esta evidência, além reflectir “...uma etapa cronológica, pode também ficar a dever-se a factores funcionais ou a condicionalismos de abastecimento de matérias-primas líticas” (Carvalho e Zilhão, 1994, p.60).

É também na área da Serra d'Aire e Candeeiros que se encontra o Abrigo da Pena d'Água (Torres Novas), abrigo sobre rocha com testemunhos de sucessivas reocupações enquadradas nas mais diversas etapas do Neolítico (Zilhão e Carvalho, 1996; Carvalho, 1998b), e de onde provêm restos faunísticos que possibilitam a reconstituição do correspondente paleoambiente, bem como a conservação de carvões que serviram para datar cronometricamente alguns episódios ocupacionais.

As camadas Ea e Db são as que mais se aproximam das realidades artefactuais do Monte da Foz 1. A camada Ea, datada, e calibrada a 2σ , de 4444-3535 cal BC, pertencerá ao Neolítico antigo evoluído (Carvalho, 1998b, p. 52) (Quadro 20). Ao nível da cerâmica observa-se a presença de 2 recipientes com sulco abaixo do bordo, embora associados a uma importante percentagem de cerâmica impressa não cardial. No que diz respeito à indústria lítica, observa-se uma primazia do talhe sobre rochas facilmente adquiridas (quartzito e quartzo) para a obtenção de lascas, ficando a produção de produtos alongados (lamelas e pequenas lâminas) e utensílios geométricos (crescentes) praticamente restringido ao sílex (Carvalho, 1998b, p. 67). Esta camada Ea, pela presença do sulco abaixo do bordo, pela estratégia de talhe direccionada para a produção de lascas mediante o recurso a matérias-primas locais, e pela datação obtida, levou o autor a enquadrá-la num momento terminal do Neolítico antigo evoluído (Carvalho, 1998b, p. 67).

A camada Db marcará a transição entre o Neolítico antigo evoluído e o Neolítico médio. Corresponde ao Neolítico médio inicial e está datada, a 2σ , de 4468-3383 cal BC e a 1σ de 4318-3705 cal BC (Carvalho, 1998, p. 62 e p. 66) (Quadro 20). Os paralelos artefactuais com o Monte da Foz 1 estão presentes num "...conjunto cerâmico quase totalmente liso; os poucos vasos decorados, no entanto, têm uma elevada percentagem de peças decoradas com sulcos sob o bordo." (Carvalho, 1998b, p. 64). Nas restantes cerâmicas decoradas, que ocorrem em número muito reduzido, mantém-se o domínio da técnica da incisão. Ao nível da morfologia dos recipientes, destacam-se as formas geométricas simples nos vasos predominantemente lisos ou com sulco abaixo do bordo. No campo artefactual da pedra lascada, as similaridades entre esta ocupação e o Monte da Foz 1 residem na presença de geométricos em forma de crescentes, nos fragmentos mesiais de lâminas de sílex retocadas e na utilização preferencial das rochas autóctones para a produção expedita de lascas.

O Abrigo da Pena d'Água afigura-se, à primeira vista, como determinante na caracterização das fases de transição do Neolítico antigo para o Neolítico médio. No

entanto, é preciso prudência na valorização e utilização das datações absolutas obtidas, em virtude dos seus largos intervalos de tempo. A dificuldade em obter datas de fiabilidade segura e a definição das balizas cronológicas que marcam estas etapas culturais será abordado mais adiante.

Na área da Península de Lisboa, em plena margem direita do estuário do Tejo, surgem duas ocupações que poderão ter tido lugar numa mesma fase temporal que o Monte da Foz 1, o Palácio dos Lumières e a ocupação da Encosta de Sant'Ana.

No contexto de uma intervenção de emergência, em áreas reduzidas e com uma estratigrafia muito condicionada pela vida urbana ininterrupta da cidade de Lisboa, ocorre a ocupação do Palácio dos Lumières, numa implantação em altura (tipo de implantação que difere com o Monte da Foz 1), com boa visibilidade sobre o Tejo e próximo de pequenas ribeiras que desaguavam neste rio (Valera, 2006, p. 89). A dificuldade em atribuir funcionalidade à ocupação está relacionada com a parca área intervencionada, com o elevado estado de fragmentação da cerâmica que impede reconstituições morfológicas e porque a componente artefactual ainda se encontra por estudar (Valera, 2006). Ainda assim, foi possível datar a ocupação por B-OSL, obtendo intervalos de tempo que posicionam a ocupação na transição do V para o IV milénio cal BC (Valera, 2006, p. 104) (Quadro 20).

Ao nível dos materiais arqueológicos os paralelismos com o Monte da Foz 1 não são tão evidentes. No entanto, observam-se percentagens baixas relativamente à cerâmica decorada, embora se registem temáticas decorativas tipicamente regionais (motivos espinhados e linhas incisas formando reticulados preenchidos por incisões) em conjunto com 1 fragmento de sulco abaixo do bordo (Valera, 2006, p. 98). Será mediante a presença deste fragmento, em conjunto com as datações obtidas, que o autor enquadra a ocupação numa fase de transição entre o Neolítico antigo evoluído e o Neolítico médio (Valera, 2006, p. 106).

Com características muito idênticas ao Palácio dos Lumières, encontra-se a ocupação da Encosta de Sant'Ana. O sítio implanta-se no sopé do Monte de Sant'Ana, junto à margem direita do vale da ribeira de Arroios (Muralha e Costa, 2006, p. 158). O registo de restos faunísticos permitiu reconstituir o subsistema económico, revelando que o grupo que ocupou este local tinha uma estratégia económica de forte pendor cinegético (Muralha e Costa, 2006, p. 161). Para esta situação, terá contribuído o espaço de implantação que, à imagem do verificado no Monte da Foz 1, permitia o acesso a dois ecossistemas (ambiente estuarino e bosque), passíveis de proporcionar uma elevada

diversidade de recursos alimentícios. As práticas agrícolas encontram-se mal representadas, ao contrário da domesticação de ovinos e caprinos (Muralha e Costa, 2006, p. 161).

A tipologia funcional parece enquadrar-se com uma ocupação curta e temporária, realizada de forma sazonal (Muralha e Costa, 2006, p. 163).

A ocupação forneceu duas datas absolutas (4347-4053 cal BC 2σ e 4323-3647 cal BC 2σ) que a enquadram num intervalo compreendido entre a 2ª metade do V milénio e os inícios do IV milénio AC (Angelucci, Costa e Muralha, 2004, p. 37) (Quadro 20).

O conjunto artefactual vai ao encontro dos dados registados no Palácio dos Lumiares, Pena d'Água, na Estremadura, mas também na ocupação do Monte da Foz 1. Na cerâmica, os paralelos artefactuais com o Monte da Foz 1 observam-se, através da percentagem residual de cerâmica decorada (14,6% do conjunto total), na manufactura dos recipientes, mediante a percentagem significativa (82%) de elementos com pasta compacta, no predomínio de e.n.p. de quartzo e mica na composição das pastas e na frequência significativa de superfícies alisadas externamente (Muralha e Costa, 2006, p. 159). Ao nível dos líticos constata-se um domínio da produção de lascas sobre matérias-primas locais que, neste caso, é o sílex (Muralha e Costa, 2006, p. 160). A lógica predominante da exploração de recursos imediatamente acessíveis é um factor comum e transversal às ocupações do final do Neolítico antigo, não existindo, desta forma, condicionalismos de estratégias económicas, consoante a matéria-prima mais facilmente adquirida.

Costa Sudoeste

Na Costa Sudoeste, em virtude de se constatar um enquadramento geográfico e geomorfológico muito semelhante com a margem esquerda do Baixo Tejo, constituindo-se como um território que possibilitou, às primeiras comunidades neolíticas, a existência de uma diversidade e riqueza de recursos naturais de influência marinha e fluvial passível de ser facilmente explorada, sucedem um conjunto de ocupações humanas que, pela estratégia económica, implantação e componente artefactual, se podem constituir como contextos contemporâneos do Monte da Foz 1. Acrescente-se que o conhecimento acerca destes sítios e território só acontece devido aos trabalhos arqueológicos (prospecção, escavação e investigação) que tem vindo a ser

realizados, nos últimos 40 anos, pelo Grupo de Trabalhos de Arqueologia do Gabinete da Área de Sines e do Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal.

Entre as jazidas que permitiram a formulação do denominado Neolítico da Comporta, aquela que, crono-culturalmente, se aproximará com mais segurança do Monte da Foz 1 é o concheiro do Pontal. Ao nível da implantação, a ocupação estará direccionada, maioritariamente, para uma economia de caça e recollecção, em virtude do ecossistema lagunar e estuarino que, além de permitir o acesso a uma série de recursos alimentares naturais, oferecia boas condições de deslocação (Silva, et al. 1989, p. 350).

O Pontal corresponde à mais antiga ocupação identificada na Comporta (Comporta I), e que marcará o início de uma densidade ocupacional neste espaço até ao Neolítico final/Calcolítico inicial (Silva, et al. 1986 e 1989).

À análise artefactual, os autores juntam-lhe uma periodização cronológica precisa. Este sítio, “...integra (...) uma fase do Neolítico médio de tradição antiga, apresentando rara cerâmica decorada: impressa não cardial, plástica (...) e incisa (salienta-se a decoração formada por um sulco localizado abaixo do lábio...)” (Silva e Soares, 1980, p. 15).

Ao nível do espólio lítico a informação publicada é nula, certamente devido à escassez no registo arqueológico (Silva e Soares, 1980, p. 17). Desta forma, os dados artefactuais que possibilitam um paralelismo com o Monte da Foz 1 provêm da cerâmica. Além do carácter residual da cerâmica decorada no conjunto e da presença de sulco abaixo do bordo (Soares, 1996 [2003], p. 48), os recipientes apresentam, maioritariamente, pastas semi-compactas e compactas, com superfícies alisadas e, quanto à morfologia, predominam as taças e os esféricos (Silva e Soares, 1980, p. 15; Silva, et al. 1989, p. 333) (Estampa XXXV).

O Pontal pode, segundo os autores, “...marcar a transição do Neolítico antigo evolucionado das cerâmicas impressas e incisadas, (...) para o Neolítico médio de cerâmicas lisas.” (Silva e Soares, 1980, p. 15).

O sítio encontra-se datado, tendo fornecido, após calibração a 1σ , o intervalo de 3773-3655 cal BC e, a 2σ , de 3892-3638 cal BC⁴ (Soares, 1996 [2003], p. 48) (Quadro 20). Desta forma, no início do IV milénio AC ainda sobrevive, na cultura material, elementos característicos do Neolítico antigo, como são as cerâmicas impressas, mas já sem decoração cardial.

⁴ Estes intervalos, presentes na bibliografia que se refere a esta ocupação, têm ligeiras oscilações, apresentado valores superiores ou inferiores. Optou-se por mencionar a data que está publicada por um dos autores da intervenção arqueológica.

Na área de Sines, existe um conjunto significativo de sítios que, devido à ausência de datações ou ao debate inconclusivo em torno das existentes (Zilhão, 1998; Soares e Silva, 2003), não consegue corresponder em termos de periodização segura e fina, à extensa informação artefactual e aos dados acerca das modalidades de uso e ocupação do espaço que dispõe.

A ocupação do Brejo Redondo é um exemplo de um sítio crono-culturalmente caracterizado mediante a análise, tecno-tipológica, da cultura material, numa “...cronologia do Neolítico antigo evoluído ou dos alvares do Neolítico médio” (Silva e Soares, 2004, p. 105).

O sítio está implantado numa área plana e arenosa, próximo de linhas de água doce e pequenas praias que possibilitavam o acesso a um ecossistema diversificado (Silva e Soares, 2004, p. 83-84). O espólio artefactual que permitiu esta datação relativa tem semelhanças com o observado no Monte da Foz 1. Na cerâmica, existe um predomínio de fragmentos lisos sobre os decorados, onde se destaca um recipiente com sulco abaixo do bordo. Em termos morfológicos, regista-se uma homogeneidade formal, através de recipientes ovóides e esferoidais. Só um recipiente se enquadra na tipologia de “grandes dimensões”. Quanto à sua composição, caracterizam-se por pastas compactas e superfícies alisadas, com cozeduras processadas em ambiente redutor, com arrefecimento oxidante (Silva e Soares, 2004, p. 102). Nos líticos, pela primazia percentual no registo artefactual, as similaridades com o Monte da Foz 1 são mais evidentes. A economia de exploração de matérias-primas revela uma preferência pelas rochas de origem alóctone, para uma produção expedita de lascas, transformadas em utensílios como lascas retocadas, raspadores sobre lasca e lascas denticuladas. O uso mais intensivo, está registado num pequeno conjunto de artefactos (11% do total) em sílex (só existente a cerca de 20km do sítio), destacando-se uma lâmina retocada que funciona, para os autores como elemento datante de uma fase evoluída do Neolítico antigo ou do Neolítico médio (Silva e Soares, 2004, p. 96-100). A pedra polida encontra-se mal representada, através de elementos muito fragmentados, que poderá sugerir um uso intensivo dos instrumentos de que fizeram parte (Silva e Soares, 2004, p. 96).

O conjunto artefactual do Brejo Redondo permitiu, de igual modo, caracterizar a tipologia de ocupação. A fraca densidade artefactual com uma presença maioritária de líticos face à cerâmica, a ausência de recipientes de armazenagem, uma economia de debitagem direccionada para a exploração expedita de produção de lascas e a escassez

de estruturas de habitat, levaram os autores a considerarem esta ocupação como temporária e realizada num único espaço temporal, (Silva e Soares, 2004, p. 91 e 105).

O povoado da Salema regista semelhanças com o Monte da Foz 1, principalmente, ao nível da cerâmica, pois a sua tipologia funcional é a de um povoado de cariz permanente, com uma componente agrícola bem vincada (Silva, 1989, p. 27), distanciando do tipo de implantação do Monte da Foz 1 e da maioria dos sítios contemporâneos.

Face à pouca informação publicada referente à densidade da cerâmica lisa, os fragmentos decorados adquirem um valor significativo. O conjunto caracteriza-se por uma variedade temática, estando presentes todas as técnicas decorativas. A decoração mais representada é o sulco abaixo do bordo (Estampa XXXV), existindo, também, de forma residual a decoração impressa a cardial (Silva e Soares, 1981, p. 86). Regista-se, igualmente, traços incisos que formam motivos triangulares e bordos denteados, idênticos a alguns exemplares registados no Monte da Foz 1 (Estampa V, nº 1 e 2) (Soares e Silva, 1980, p. 10; Silva e Soares, 1981, p. 86). No que diz respeito à morfologia e composição dos recipientes, estes apresentam-se sobre a forma de taças e esféricos, com pastas compactas (Silva e Soares, 1981, p. 86).

Os autores integram o povoado da Salema no Neolítico antigo evolucionado, inserido num espaço temporal entre a 2ª metade do V milénio e o início do IV milénio AC (Silva e Soares, 1981, p. 98).

Por fim, ainda na área de Sines, surgem dois sítios com componentes artefactuais e espaços de implantação idênticos ao Monte da Foz 1. Trata-se de Vale Vistoso, sem qualquer datação absoluta conhecida até ao momento, e Vale Pincel I, com datações ainda em “discussão” e em processo de interpretação (Zilhão, 1998; Soares e Silva, 2003), o que faz com seja um sítio analisado com alguma prudência.

Os dados provenientes de Vale Vistoso, em termos artefactuais, são normalmente apresentados em conjunto com outros sítios da região e de cronologia semelhante, Neolítico antigo evolucionado (Silva e Soares, 1981, p. 98; Silva, 1989, p. 29; Soares, 1996 [2003], p. 47). Desta forma, a informação está desprovida de elementos quantitativos e estatísticos, que permitam interpretações mais seguras e culturalmente significativas. Ainda assim, pelos dados publicados constata-se alguma contemporaneidade com o Monte da Foz 1 através da presença de cerâmica decorada com sulco abaixo do bordo, associada a cerâmica impressa e incisa (estes últimos em menor número), com pastas compactas e paredes pouco espessas (Silva e Soares, 1981,

p. 86; Soares, 1996 [2003], p. 47). Ao nível dos líticos a informação é praticamente nula, e refere-se, somente, ao domínio das lascas sobre os produtos alongados, à escassez de geométricos (praticamente representados por crescentes) e à raridade de pedra polida (Silva, 1989, p. 29).

Vale Pincel terá afinidades crono-culturais com o Monte da Foz 1, essencialmente no topo da sequência observada. Pelo espólio artefactual que apresentam, como a cerâmica decorada com sulco abaixo do bordo, recipientes impressos a punção formando fiadas paralelas entre si e perpendiculares ao bordo (Estampa VI, nº1), lamelas retocadas, lâminas, elementos de foice sobre lamelas e crescentes (Silva e Soares, 1981, p. 70 e 80; Zilhão, 1998, p. 37), as camadas 2a-2c são as que mais se aproximam da realidade cultural do Monte da Foz 1.

Em outros espaços geográficas, como é o caso do Alentejo Central (na área de Évora e Reguengos de Monsaraz), onde, recentemente, se têm desenvolvido projectos de investigação e um número significativo de intervenções de minimização, surgem sítios que, pela componente artefactual que apresentam têm que ser tidos em conta nesta leitura interpretativa de enquadramento, crono-cultural, da ocupação do Monte da Foz 1. O sítio de Pipas (Reguengos de Monsaraz) trata-se de um povoado com um espólio arqueológico caracterizado por um conjunto reduzido de cerâmica, tendencialmente, desprovida de decoração, embora ainda ocorram alguns fragmentos com decoração incisa, impressa e plástica. A indústria lítica caracteriza-se por produção de lascas, a partir da debitação de seixos rolados de quartzito e quartzo, localmente disponíveis. O sílex, bem como as peças daí produzidas são muito residuais. Para os autores da intervenção arqueológica, o sítio integrará um momento de transição entre o Neolítico antigo evolucionado e o Neolítico médio (Soares e Silva, 1992; Silva e Soares, 2000).

Na região de Évora, na sondagem 9/2 realizada sob o monumento megalítico de Vale Rodrigo 3, observaram-se camadas anteriores à construção do monumento onde foram registados 16 fragmentos de cerâmica decorada com sulco abaixo do bordo, associados a cerâmica, predominantemente, lisa e a uma indústria lítica em quartzo (matéria-prima local) para a produção de lascas e lamelas (Armbruster, 2006).

Devido a uma datação para o Monumento 2 de Vale Rodrigo (de formação posterior à ocupação entre as camadas 13 e 21 da sondagem 9/2) de 3700 cal BC e à baliza cronológica proposta por Zilhão e Carvalho para a presença do sulco abaixo do bordo no Abrigo da Pena d'Água (2ª metade do V milénio cal BC) (Zilhão e Carvalho, 1996),

a autora afirma que estes materiais e consequente horizonte arqueológico onde foram registados enquadram-se num período entre 4500-3700 cal BC (Armbruster, 2006, p. 59).

O sítio do Patalim (Montemor-o-Novo) é, talvez, o sítio que detém as cerâmicas decoradas com sulco abaixo do bordo em melhor estado de conservação. A presença desta temática decorativa e a escassez de pedra polida é o elemento mais comum entre este habitat e o Monte da Foz 1.

O sítio apresenta um grande percentagem de cerâmica decorada, com a incisão como técnica decorativa mais utilizada e o sulco abaixo do bordo o motivo mais recorrente (Ferreira, 2005, p. 76). Ao nível da indústria lítica as dissemelhanças com o Monte da Foz 1 são evidentes. Há um predomínio de uma estratégia de talhe lamelar em sílex, sendo esta uma matéria-prima exógena (Ferreira, 2005, p. 74). Estas características que contrariam, em parte, o “padrão” que temos vindo a observar para sítios contemporâneos deverá estar mais relacionado com a tipologia funcional da ocupação do que com a sua cronologia. A autora encarregue do estudo da ocupação, mediante a leitura artefactual, e fortemente condicionada pela presença do sulco abaixo do bordo, coloca o sítio num momento posterior ao 1º quartel do V milénio AC, numa fase de transição do Neolítico antigo para o Neolítico médio (Ferreira, 2005, p. 72).

Cronologia

As etapas finais do Neolítico antigo e a, consequente, passagem para o Neolítico médio constituem-se como problemáticas ainda longe de definição. Os dados que permitirão caracterizar a evolução dos grupos neolíticos são, ainda, escassos e estão envolvidos em condicionalismos que urge ultrapassar. Parece seguro que esta fase de transição ocorre a partir da 2ª metade do V milénio cal BC, finalizando na construção dos primeiros monumentos megalíticos de cariz funerário, em pleno IV milénio. No entanto, a dificuldade em enquadrar, cronologicamente e culturalmente, este momento, faz com que o mesmo ainda se caracterize de forma generalizada e difusa, com alguns “padrões” culturais que vão sendo cada vez mais comuns, à medida que se vão intervencionando e estudando novos sítios e espólios artefactuais.

As, escassas datações existentes, pelo seu carácter de excepção, têm vindo a ser consideradas como autênticas linhas orientadoras e definidoras para esta etapa cultural. Esta situação está bem evidente na bibliografia arqueológica quando o objecto de estudo

está relacionado, artefactualmente, com esta temática, sendo este trabalho mais um exemplo concreto desse facto. Mas, como se observa no Quadro 20, as datações conhecidas produzem intervalos de tempo muito prolongados em virtude de terem sido, maioritariamente, obtidas sobre amostras de vida longa (carvão). Por outro lado, aquelas que recorrem a outro tipo de amostra, que possibilite intervalos mais curtos e fiáveis, ou são sobre amostras com pouco significado cultural (concha) de claros indicadores do processo de Neolitização, ou ocorrem em B-OSL (sobre sedimento), método raramente praticado em contextos do Neolítico antigo em Portugal.

Desta forma, além de existir, por um lado, uma fiabilidade desigual nas datações obtidas (carvões, concha e sedimento), dá-se a situação de, por outro lado, se constatar que para o sítio que tem sido referência na observação da evolução, faseada, do Neolítico em Portugal (Abrigo da Pena d'Água) e que está presente na argumentação de qualquer leitura interpretativa de um contexto desta temática, detém-se as datas com o menor grau de fiabilidade, como já foi reconhecido pelo seu investigador responsável (Carvalho, 2004, p. 79).

É óbvio que a Pena d'Água não perde significado científico por esta situação, mas é o espelho das limitações que decorrem do estudo desta etapa. O problema é não existir um conjunto maior de datas que pudesse minorizar a importância que estas datar têm que, obrigatoriamente, ter e que, por outro lado, possibilitasse comprovar, ou não, a periodização que propõem. Há luz dos dados disponíveis à data desta dissertação, as datações das camadas Ea e Db da Pena d'Água são indispensáveis.

O espólio artefactual do Monte da Foz 1 e das ocupações acima indicadas, sugere que, ainda, não se está, culturalmente, perante um Neolítico médio “consolidado”, das cerâmicas exclusivamente lisas (ausência de cerâmica impressa), com formas geométricas simples tipo taças e esféricos de média dimensão, machados de pedra polida, domínio de matérias-primas locais na indústria lítica, geométricos (trapézios sobre lâmina e crescentes), lamelas e lâminas, indústria macrolítica para obtenção de lascas, que se parece observar, de forma desigual, na camada Da da Pena d'Água, nos sítios da Barrosinha, Possanco e Malhada Alta, na Comporta II, no horizonte NM da Gruta do Caldeirão (Tomar), na Moita do Ourives (Benavente) e na Anta 1 do Poço da Gaiteira (Carvalho, 1998b; Silva et al., 1989; Zilhão, 1992; Rodrigues, 2004 e 2006; Neves, Rodrigues e Diniz, 2008a e 2008b; Leisner e Leisner, 1951).

Por outro lado, parece um pouco vago afirmar que a nomenclatura que melhor se enquadra neste período de transição é a de Neolítico antigo evolucionado. Isto porque a

sua utilização surge, associada a, praticamente, todos os sítios que têm horizontes cronológicos que já entrem no V milénio cal BC ou, até mesmo do último quartel do VI milénio, até aos inícios do IV milénio cal BC. Esta baliza cronológica, maior que um milénio, é bastante representativa da dificuldade em definir este espaço temporal, em virtude das escassas datações, da uniformidade funcional dos sítios intervencionados (maioritariamente de curta duração) e das poucas áreas de escavação que limitam extrapolações interpretativas. Este facto, faz com que os mesmos autores, tanto se refiram ao Neolítico antigo evolucionado como etapa dos finais do VI milénio e da 1ª metade do V milénio cal BC (Soares, 1997; Soares, 1996 [2003]; Soares, Silva e Gonzalez, 2004), como, em outras situações, caracterizem essa etapa como sendo da 2ª metade do V milénio e início do IV milénio AC (Silva e Soares, 1981).

Mas, a realidade do Monte da Foz 1 ou dos sítios descritos como contemporâneos, não podem ser equiparadas a sítios como S. Pedro de Canaferrim, Valada do Mato, ou o horizonte NA1 do Caldeirão (Simões, 1999; Diniz, 2007, Zilhão, 1992), datados ou, dos finais do VI milénio, ou dos inícios do Vº milénio cal BC. Estas ocupações, pelo espólio artefactual que apresentam, onde se destaca a cerâmica abundantemente decorada com diversas temáticas e motivos, e pela tipologia funcional e estratégia de implantação que detêm não são, claramente, do mesmo “mundo” que o Monte da Foz 1, tais são as dissemelhanças.

Por agora, não sendo o alcance deste trabalho a formulação de novos títulos para etapas crono-culturais com significativa especificidade, resta-nos definir e caracterizar, ao máximo, o momento onde, supomos, se enquadra a ocupação do Monte da Foz 1.

Monte da Foz 1 – 2ª metade do V milénio/início do IV milénio AC

Cerâmica:

- Utilização de argilas locais para a manufactura dos recipientes;
- Cozeduras em ambientes redutor com arrefecimento oxidante;
- Pastas compactas;
- Paredes pouco espessas;
- Tratamento interno e externo das superfícies presente, com superioridade da técnica de alisamento;
- Heterogeneidade formal com formas abertas e fechadas em percentagens muito próximas, com um predomínio de taças e esféricos;

- Recipientes, na sua maioria, de média dimensão;
- Pequena percentagem de vasos de grandes dimensões, tradicionalmente relacionados com o armazenamento e conservação de alimentos;
- Conjunto caracterizado pelo domínio dos recipientes lisos, onde cerca de 76% dos fragmentos descritos não apresentam qualquer decoração;
- Só 24% dos fragmentos descritos apresentam decoração;
- Técnica da incisão maioritária no conjunto das decorações, com 80% do total;
- Sulco abaixo do bordo (técnica da incisão) como elemento decorativo predominante, com cerca de 68% dos fragmentos decorados;
- Presença de sulco abaixo do bordo aplicado em taças hemisféricas, esféricas e ovóides;
- A técnica da impressão está presente, embora residual, com somente 16% dos fragmentos decorados;
- Impressão a cardial sobrevive, mas muito minoritária, constituindo cerca de 4% dos fragmentos decorados;

Líticos:

- Exploração maioritária de matérias-primas autóctones (quartzito e quartzo);
- O grupo que ocupou o Monte da Foz 1 adoptou modalidades de aquisição de matéria-prima que ultrapassam as matérias-primas disponíveis no território envolvente. Através de mecanismos sociais complexos com trocas de curta e média distância, procuram as matérias-primas específicas, conferindo alguma heterogeneidade ao conjunto;
- Indústria lítica predominantemente sobre lascas (65% dos produtos debitados), utilizando, quase exclusivamente, o quartzito e quartzo;
- Produção de produtos alongados especificamente em sílex, embora em número mais reduzido (lamelas e lâminas correspondem a cerca de 35% dos produtos debitados);
- Quartzito e sílex como matérias-primas preferenciais para a obtenção de utensílios;
- Escassos artefactos de “tradição mesolítica”, embora ainda restem os geométricos (trapézios e crescentes) e algum recurso à técnica do microburil (presente em 3 peças)
- Presença efectiva de utensílios com traços de utilização e com retoque marginal;
- Quanto à funcionalidade dos utensílios conformados (geométricos, peças retocadas e com traços de utilização), os mesmos remetem para “elementos de foice” e armaduras, relacionando-se com práticas produtivas e cinegéticas;
- Aparecimento dos suportes laminares;

- Presença de geométricos (segmentação dos produtos alongados), através de segmentos e trapézios;
- Os segmentos, dominantes na componente geométrica do Neolítico antigo, e que tendem a diminuir no Neolítico médio, ocorrem em igual número (2 peças) que as formas trapezoidais, mais características do Neolítico médio;
- Utilização da técnica da flexão na fracturação dos suportes alongados;
- Tratamento térmico presente;
- Ausência de “lustre de cereal”;
- Escassos vestígios de pedra polida e/ou afeiçãoada;
- Elementos de mó presentes no registo, mas de forma muito residual e fragmentada;

Esta é a realidade artefactual que caracteriza o Monte da Foz 1 e que vai ao encontro da evidência empírica que remete para a etapa crono-cultural em discussão (Silva, 1989; Soares, 1997; Soares, 1996 [2003]; Carvalho, 1998b). Parece, portanto, existir uma certa uniformidade cultural que ultrapassa âmbitos regionais distintos, sendo conhecidos paralelismos desde a Estremadura, Baixo Tejo, Costa Sudoeste e Alentejo interior. A obtenção de uma cronologia mais estreita que permitisse enquadrar com mais precisão este momento, bem como a caracterização do subsistema económico destes grupos (para perceber o peso das práticas produtivas e domésticas na sua dieta) seria fundamental, na tentativa de compreender e avaliar como é que este ambiente cultural, económico e social pode ter influenciado, ou não, na construção dos primeiros monumentos megalíticos funerários (Diniz, 2000).

A cerâmica cardial e o seu significado neste conjunto

Ao elaborar um discurso histórico em torno das origens do processo de Neolitização em Portugal, a referência à questão da cerâmica cardial torna-se uma obrigatoriedade imposta pelo peso que esta estratégia decorativa tem nos argumentos principais do debate entre partidários da difusão démica e partidários da difusão cultural. No que se refere a esta dissertação, mais do que analisar este “conflito” científico, importa reflectir sobre o significado efectivo que os exemplares registados no Monte da Foz 1 têm na compreensão crono-cultural da ocupação.

No Monte da Foz 1, a utilização da concha de berbigão (*Cerastoderma edule*) está presente em 2 recipientes. O padrão produzido é, num dos casos, simples, consistindo

numa impressão pontual enquanto que no outro recipiente, se observa uma fiada de 9 impressões individuais paralelas entre si e perpendiculares ao bordo. Sendo que essa fiada converge para um e.p.s.

Em termos percentuais e quantitativos, que peso tem no conjunto cerâmico do Monte da Foz 1?

A cerâmica decorada representa, somente, 2% do total de 2563 dos fragmentos cerâmicos identificados no decorrer da escavação. No universo dos elementos analisados e descritos (243 registos), a percentagem de fragmentos decorados sobe para 24%, sobre 76% de fragmentos lisos.

Dentro destes 24% de fragmentos com decoração, os elementos com decoração impressa a cardinal referem-se a, somente, 1%. No quadro geral das técnicas decorativas presentes no Monte da Foz 1, a cerâmica cardinal corresponde a cerca de 4% das evidências, sendo acompanhada nessa percentagem pela combinação de técnicas impressa/incisa. O recurso à técnica impressa de forma isolada ocorre em 12% dos fragmentos, remetendo para incisão a técnica dominante e preferencial utilizada por este grupo, com cerca de 80% dos fragmentos decorados.

Num conjunto claramente dominado e caracterizado, no campo da cerâmica decorada, pelos recipientes decorados com sulco abaixo do bordo, com cerca de 68% do total dos fragmentos decorados, a cerâmica cardinal apresenta uma percentagem muito residual, com cerca de 4% dos registos.

Esta desigualdade de valores, dentro de um mesmo conjunto, entre duas estratégias decorativas distintas que parecem marcar espaços cronológicos diferentes da dinâmica evolutiva do processo de Neolitização, suscita algumas questões que importa abordar e, tentar, resolver.

Nos conjuntos cerâmicos mais antigos, provenientes de sítios como a Cabranosa e a gruta do Almonda, o recurso à impressão com a concha *Cerastoderma edule*, aparece bem representando, com percentagens bem significativas (Diniz e Carvalho, no prelo). Este tipo de decoração marca, portanto, os primeiros momentos dos primeiros grupos neolíticos no Barlavento Algarvio e Centro da Estremadura, com os conjuntos artefactuais correspondentes a serem classificados como de “tradição cardinal” (o que expressa bem a importância destes elementos na cultura material) em meados do VI milénio cal BC (Carvalho, 2007a).

Desta forma, a presença deste tipo de decoração no Monte da Foz 1, onde o conjunto artefactual e a estratégia de ocupação remete para patamares crono-culturais mais

tardios do que a primeira etapa do Neolítico em Portugal, só pode ser entendido como um vestígio muito ténue de uma ocupação mais antiga do que aquela que temos vindo a analisar. Esta situação, a confirmar-se, terá sido impossível de observar em estratigrafia devido, em parte, à implantação geológica da ocupação, sobre coberturas arenosas, que permite acções originadas por processos pós-deposicionais, originando deslocções verticais de materiais arqueológicos e, eventualmente, a uniformização sedimentológica de estratos arenosos, difíceis de distinguir no terreno. Por outro lado, não haverá no registo artefactual outro elemento material que, no decorrer da escavação, nos indicasse poder se estar a escavar outro momento ocupacional distinto do que temos vindo a caracterizar.

Por outro lado, a escassa presença de cerâmica cardial no conjunto poderá ser um indicador de que a ocupação no Monte da Foz remontará a uma fase mais evoluída do processo de neolitização e não a uma etapa inicial.

Em sítios claramente definidos como do Neolítico evolucionado, implantados em contextos geológicos muito semelhantes com os do Monte da Foz 1, há manifestações de que esta estratégia decorativa não constituía um exclusivo do Neolítico antigo pleno (Soares, 1996 [2003], p. 44). Os sítios da Salema e Gaió, classificados como do Neolítico antigo evolucionado, atestam a “sobrevivência” desta decoração na temática decorativa das cerâmicas (Soares, 1996 [2003], p. 47; Soares, 1997, p. 592; Soares, *et al.*, 2004). De igual modo, tal como ocorre no Monte da Foz 1, nos sítios enquadrados nas fases evolucionadas do processo de Neolitização, a percentagem de cerâmica cardial é muito minoritária e com um peso pouco expressivo no total do conjunto (Silva e Soares, 1981, p. 86; Silva, 1989, p. 26; Soares, 1997, p. 592).

Na Salema, ocorre a particularidade de, à semelhança do Monte da Foz 1, a escassez de cerâmica cardial enquadrar-se num conjunto artefactual dominado, no que à temática decorativa diz respeito, pela técnica da incisão e, essencialmente, pelo sulco abaixo do bordo (Silva e Soares, 1981, p. 86 e 98).

A presença de cerâmica cardial em contextos que podem distar mais de um milénio dificulta a sua classificação cronológica, principalmente nos conjuntos artefactuais descontextualizados. A escassez de datações em sítios do Neolítico antigo evolucionado com cardial, ou a existência de intervalos de tempo bastante largos, logo com baixo grau de fiabilidade, são os principais obstáculos na definição segura da existência e peso real desta estratégia decorativa, ao longo do Neolítico antigo.

A cerâmica decorada com um sulco inciso abaixo do bordo

A presença bastante efectiva deste motivo decorativo em vários contextos de habitat enquadrados com uma fase de transição do final do Neolítico antigo para o Neolítico médio, impõe alguma reflexão na tentativa de definir o seu significado cultural e, também cronológico.

A leitura de espólios artefactuais que apresentam dimensões com alguma expressividade numérica e quantitativa, permite constatar que, nos finais do VI milénio e ao longo do V milénio cal BC (com menor incidência na 2ª metade do V milénio), existe uma diversidade decorativa nos recipientes, consoante a realidade regional (Diniz, 2003, p. 38).

Por exemplo, na área da Estremadura, em especial no Abrigo I das Bocas, S. Pedro de Canaferrim e Gruta da Furninha, ocorre um predomínio da decoração em espiga (também, vulgarmente, denominada por “falsa” folha de acácia), faixas incisas preenchidas por incisões na oblíqua e as asas bífidas (Carreira, 1994; Simões, 1999; Diniz, 2003). De igual modo, na Valada do Mato, no Alentejo interior, observa-se uma decoração “...maioritariamente constituída por bandas de impressões paralelas ao bordo, por linhas incisas, ou caneluras, que rodeiam a abertura do recipiente e por asas circulares.” (Diniz, 2003, p. 38). Esta realidade, nomeadamente ao nível das bandas de impressões paralelas ao bordo, também parece ocorrer, com menor representatividade, no Patalim (Ferreira, 2005). Segundo Mariana Diniz, esta diversidade regional na cultura material, é sinónimo de “identidades culturais” que retratam “...origens geográficas, trajectória espaciais e modalidades de interacção cultural diferenciadas.” (Diniz, 2003, p. 38).

Observando as primeiras notícias acerca da presença do sulco abaixo do bordo em contextos arqueológicos da Costa Sudoeste (Silva e Soares, 1980 e 1981; Soares e Silva, 1981), podia-se interpretar como um “regionalismo” ou identidade cultural, na mesma linha que Mariana Diniz refere para os contextos da Estremadura e Valada do Mato. No entanto, o avançar da investigação arqueológica permitiu constatar que a presença desta temática decorativa, em exclusivo, nos contextos da Costa Sudoeste era um desvio arqueográfico e não uma realidade empírica concreta. A sua “distribuição” ocorre em várias áreas geográficas distintas, desde a parte norte da Estremadura (Pena d’Água), à Península de Lisboa (Palácio dos Lumiães), atravessando a margem esquerda do Tejo (Monte da Foz 1), penetrando no Alentejo interior, na área de Montemor-o-Novo

(Patalim) e Évora (ocupação prévia ao Monumento 3 de Vale Rodrigo e Lajinha 8 – informação aferida numa comunicação de Rita Gaspar no 4º Congresso de Arqueologia no Alqueva), bem como a referida Costa Sudoeste (Pontal, Vale Pincel I, Salema, Vale Vistoso, Brejo Redondo).

Esta presença em múltiplos contextos regionais distintos comprova que, no final do Neolítico antigo, se está perante comunidades com uma forte dinâmica de circulação e interactividade com outros grupos que ocupam uma vasta área do centro e sul de Portugal.

De igual modo, além da presença do sulco abaixo do bordo, existe todo um conjunto artefactual que parece ser transversal a qualquer ocupação da fase final do Neolítico antigo evolucionado, do qual o conjunto do Monte da Foz 1 parece ser um bom paradigma. Parece, portanto, que a diversidade existente na cultura material dos finais do VI milénio e primeira metade do V milénio cal BC, dá lugar a uma relativa uniformidade artefactual, sempre condicionada ao meio ambiente onde se integra e à tipologia funcional da respectiva ocupação. Poderá significar que, a partir deste momento, o processo de Neolitização, como um acontecimento de ruptura face à economia praticada pelos caçadores-recolectores, começa a desenvolver-se como um todo coerente social, cultural e economicamente, sem paisagens “multi-culturais” e sem interacção com comunidades que resistem a novas práticas produtivas? Um processo de Neolitização sem lugar aos termos “continuidade e semelhança”, face às pré-existências mesolíticas, tal é a sua singularidade e autonomia (Carvalho, 2004, p. 129)? Será a partir desta etapa, na transição para o Neolítico médio, que se pode falar de uma dinâmica evolutiva, que promove o controlo, efectivo, do Homem sobre o seu Meio, através da produção, reprodução e domesticação de espécies animais e vegetais? É este o momento que culminará com a construção dos primeiros monumentos megalíticos de cariz funerário, em consequência de novos comportamentos sociais com cargas simbólicas totalmente distintas das, até então, existentes?

A decoração com sulco abaixo do bordo pode, à luz dos nossos olhos “artefactualistas”, constituir-se o elemento agregador e comum a esta etapa do Neolítico antigo, prestes a findar. De momento, a sua presença como elemento datante ou “fóssil-director” (Carvalho, 1998b) é inquestionável. O seu peso no discurso dos investigadores, na formulação de interpretações crono-culturais perante contextos de características idênticas, é sinónimo da sua importância científica mas também da fragilidade empírica que esta etapa ainda detém.

Todas as questões acima formuladas não encontrarão a resposta no Monte da Foz 1. É na etapa seguinte que observaremos como é que as trajectórias culturais das sociedades produtoras durante as primeiras fases do Neolítico se relacionam com emergência do megalitismo funerário. Ao contrário do Neolítico antigo, no Neolítico médio o nosso conhecimento provém, essencialmente, dos “lugares dos mortos”. No entanto, a viagem, nos dias de hoje, já não será feita “às escuras”, pois a investigação arqueológica vai-nos fornecendo novas pistas, que, aos poucos, nos levará ao termo desta História.

5.3 Monte da Foz 1: uma leitura integrada das mais antigas sociedades camponesas nas duas margens no Baixo Vale do Tejo

O estudo do Monte da Foz 1 corresponde à primeira análise integral de um contexto arqueológico enquadrado no processo de Neolitização na margem esquerda do Baixo Tejo. Poderá até corresponder a uma das múltiplas estratégias de exploração que este território teve ao longo desta etapa, mas os dados que fornece, serão, numa leitura à escala regional, importantes numa futura reconstituição e interpretação da “rede de povoamento”. Extrapolar leituras e análises acerca de eventuais “redes de povoamento” sem, primeiro, analisar os contextos arqueológicos que a compõem, aferindo as funcionalidades que cada um pode ter, será um exercício sem fundamento e com resultados científicos desprovidos de veracidade histórica (Carvalho, 2004, p. 72).

Assim sendo, não é, ainda, possível aferir a “rede de povoamento” onde se integra o Monte da Foz 1, se, realmente, ele integrou alguma, enquadrada com este ambiente paisagístico. Embora a cartografia humana, relativamente a estas etapas pré-históricas, esteja a aumentar, parece evidente que os contextos identificados conferem, ainda, algumas limitações, quer pelo seu número reduzido, quer pelas intervenções em áreas exíguas e “orientadas” por condicionalismos de minimização de impactes ou por, uma grande parte, provir de dados de prospecção que podem conferir mais que uma etapa crono-cultural.

Ao observar a Figura 7, constata-se que a margem esquerda do Baixo Tejo começa a contar com uma cartografia de povoamento que era, praticamente, inexistente na viragem para o séc. XXI. As lacunas do foro arqueográfico começaram a ser colmatadas com o desenvolvimento da investigação arqueológica, facultando, na actualidade, uma base empírica que, integrada em projectos de investigação multidisciplinares, será vital

para a compreensão das mais antigas sociedades camponesas no Baixo Tejo, mas, também, nos territórios adjacentes, como a Estremadura e Alentejo interior, face à sua localização como corredor natural de passagem e circulação.

Os 8 contextos assinalados no espaço em questão (Fig.7) não correspondem, à partida, a ocupações contemporâneas, pelo que a imagem pode desvirtuar um pouco a realidade. Por outro lado, só 5 contextos foram alvo de escavação, com os resultados a não serem, ainda, publicados na sua totalidade. Desta forma, não é possível aferir se existem sequências estratigráficas que compreendam a evolução das fases do Neolítico antigo até ao Neolítico médio. Face aos dados publicados, estes 8 sítios revelam uma ocupação do espaço ao longo do processo de Neolitização, desde dos finais do VI milénio até ao IV milénio AC.

O recentemente escavado sítio das Casas Novas deverá reportar à fase mais antiga do Neolítico nesta área. A julgar pelos resultados preliminares obtidos no decorrer da escavação, onde se destacam a cerâmica cardial, cerâmica com decoração impressa, plástica e incisa, cerâmica lisa, em conjunto com indústrias microlaminares (lamelas e geométricos – trapézios e crescentes), bem como as do talhe do quartzito para obtenção de lascas e produtos alongados, Victor Gonçalves refere que a ocupação poderá remontar aos fins do VI milénio, inícios do V milénio a.n.e. (Gonçalves, 2010 - informação divulgada em archport@ci.uc.pt, 19/7/2010).

A Vala Real (Salvaterra de Magos) corresponderá a uma ocupação do Neolítico antigo evolucionado, anterior ao Monte da Foz 1. As poucas sondagens realizadas, no âmbito de uma intervenção de emergência, incidiram sobre depósitos arqueológicos que não se encontravam *in situ*, devido a mobilizações pós-depositivas, relacionadas com o desenvolvimento de processos de vertente de origem coluvionar (Aldeias e Gaspar, 2006, p. 171). Regista-se um conjunto artefactual com paralelos com os contextos da Estremadura e Costa Sudoeste, revelando uma fraca densidade de cerâmica, sendo esta maioritariamente lisa e, em escasso número, com decoração impressa, incisa e plástica. Observa-se um predomínio de uma macroindústria em quartzito para a produção de lascas, face à residual produção de produtos alongados, exclusivamente, em sílex. No campo artefactual, destaca-se a presença de uma ponta de flecha transversal (Aldeias e Gaspar, 2006, p. 176).

O final do V milénio e a transição para o IV milénio AC estará registado no Monte da Foz 1 e, possivelmente, no sítio das Casas Velhas do Coelheiro (Salvaterra de Magos). Os materiais recolhidos, em prospecção, apontam nesse sentido. Destaca-se a presença

de cerâmica lisa, com decoração impressa, incisa e plástica, bem como com sulco abaixo do bordo. No campo do espólio lítico, regista-se a presença de uma macroindústria em quartzito, sendo que as lamelas recolhidas são todas em sílex (Lopes, 2002; Neves, Rodrigues, Diniz, 2008a).

O Neolítico médio encontra-se atestado na Moita do Ourives, face aos resultados obtidos em duas campanhas de escavação arqueológica de distinta natureza. A primeira intervenção ocorreu no âmbito da construção da A13, que permitiu caracterizar a ocupação de carácter habitacional, claramente integrada na, referida, etapa cultural (Rodrigues, 2004 e 2006). A segunda intervenção, inserida num projecto de investigação veio confirmar a cronologia avançada, reforçando os dados da cultura material que se caracteriza por um conjunto de cerâmica, exclusivamente, lisa, associada a vasos de pequenas e médias dimensões do grupo formal das taças e esféricos. Ao nível do espólio lítico, ocorre a presença de um domínio percentual do talhe expedito para obtenção de lascas, destacando-se, no campo dos produtos alongados e utensílios uma lâmina em sílex e um trapézio sobre lâmina. Observa-se, de igual modo, a presença de pedra polida (um machado) e de dormentes e moventes (Neves, Rodrigues, Diniz, 2008a).

Ainda há o registo de mais três contextos (ORZ1, Vale de Lobo e Amoreira I – todos em Salvaterra de Magos) que, pelos escassos dados existentes e publicados não são passíveis de integrar num momento mais concreto dentro do Neolítico antigo.

A julgar pelos contextos arqueológicos conhecidos, ao longo do processo de Neolitização, os grupos humanos que ocuparam este território tiveram estratégias de implantação muito semelhantes. Claramente estruturados em função do meio ambiente circundante, a organização do povoamento parece desenvolver-se em plataformas e áreas abertas, sem preocupação defensiva, em função das linhas de água existentes, do acesso ao Tejo e, conseqüentemente, dos recursos naturais daí provenientes, essenciais no equilíbrio do subsistema económico. Tal como se constatou no Monte da Foz 1, parece ser transversal ao longo das primeiras fases do Neolítico a utilização preferencial pelas matérias-primas locais para a produção de suportes de utensilagem, em detrimento de outras de cariz exógeno, com um peso inferior nos conjuntos. Por outro lado, observa-se uma tendência para uma gestão diferenciada da matéria-prima, pertencendo ao quartzito e quartzo o talhe para a obtenção expedita de lascas e esquírolas, e, ao sílex, a produção de suportes lamelares e laminares, bem como os utensílios geométricos.

Resta referir que a definição do processo de Neolitização na margem esquerda do Baixo Tejo carece de uma evidência empírica mais alargada e coerente. Será determinante o estudo integral dos contextos intervencionados e, se possível, iniciar e/ou retomar escavações em sítios ainda incaracterísticos crono-culturalmente.

Na margem oposta, em plena Península de Lisboa, a investigação desenvolve-se num ritmo mais acelerado, sendo este facto uma evidência comprovada pelo número mais significativo de contextos relacionáveis com o Neolítico antigo. A área de Lisboa, Sintra e Mafra tem produzido, através do incremento de acções arqueológicas de minimização, um aumento de sítios de diferentes cronologias e tipologias funcionais, que serão fundamentais na compreensão das mais antigas sociedades camponesas, principalmente ao nível das suas práticas económicas.

O tipo de ocupação do território que se verifica neste espaço ocorre em função dos distintos ecossistemas existentes (Carvalho, 2003). Devido a esta situação e ao facto de existirem um número considerável de contextos escavados, é fácil constatar que o tipo de implantação é mais diversificado do que ocorre na Bacia Terciária do Tejo.

A diversidade de tipologias de implantação, permite observar ocupações residências e funerárias em gruta (Pulgas; Correio-Mor; Casa da Moura; Furninha; Lapa do Suão e Cova da Moura), habitats ao ar livre, ou dominando vertentes e com controlo de visibilidade sobre o estuário do Tejo (Palácio dos Lumiares; Carrascal;), em altura (S. Pedro de Canaferrim; Olelas; Moita Ladra), ou em zonas de baixa altimetria, próximas de linhas de água (Encosta de Sant'Ana) (Carvalho, 2003; Cardoso, Carreira, Ferreira, 1996; Valera, 2006; Cardoso, Silva e Soares, 2008; Simões, 1999; Muralha e Costa; 2006; Endovélico – www.igespar.pt).

A interacção cultural, social e económica que as duas margens podem ter tido é um campo de análise ainda em aberto. A proximidade que têm uma da outra e as potencialidades ao nível dos recursos naturais que cada uma oferece, forçaria a contactos de raiz económica mas que trazia uma forte componente social e cultural. A ocupação do Gaio (Moita) é um exemplo de a circulação entre as duas margens era uma realidade incontestável, tal é o peso do sílex oriundo da Península de Lisboa e de outras regiões da Estremadura (Soares, Silva e Gonzalez, 2004, p. 45).

O peso destas actividades com forte pendor social e sua efectividade no registo arqueológico é, ainda, uma tarefa de curto alcance. Gradualmente, os espaços regionais, que têm de ser, numa primeira fase de estudo, tratados e avaliados como singulares na sua dinâmica evolutiva no decorrer do processo de Neolitização, vão-nos colocando

elementos culturais, económicos, sociais e simbólicos que penetram em outros territórios e espaços. A Estremadura, o Alentejo interior, a Costa Sudoeste e Barlavento Algarvio começam a ser caracterizados em leituras conjuntas (Carvalho, 2007b), em ópticas supra-regionais, com o “longe” a estar, cada vez, mais “perto”.

Conclusão

Este trabalho não clarifica muitas das questões acerca da dinâmica evolutiva da Neolitização na margem esquerda do Baixo rio Tejo, nem, tão pouco, corresponde a um culminar de leituras interpretativas que, a partir de agora, seriam capazes de definir redes de povoamento, estratégias de exploração de territórios, subsistemas económicos e a revolução simbólica e mental que proporcionará a construção dos primeiros monumentos megalíticos funerários.

O estudo do Monte da Foz 1, poderá significar o início de uma abordagem de carácter regional, sobre um episódio primordial no desenvolvimento das sociedades pré-históricas, num território tradicionalmente visto como “terra de ninguém”, após o abandono das comunidades de caçadores-recolectores dos concheiros mesolíticos do Tejo.

Desta forma, hoje são mais as questões e problemáticas que surgem desta análise do que as conclusões. As limitações inerentes a uma intervenção de emergência, condicionada ao espaço de afectação de uma empreitada, em áreas previamente definidas em prol dessa mesma obra e não segundo critérios metodológicos orientados para a produção de conhecimento científico, e a ausência de uma equipa multi-disciplinar que possibilite o cruzamento de toda a informação proveniente deste contexto geomorfológico em constante transformação, são, juntamente, com impossibilidade de se recuperar elementos de matéria orgânica que ajudem na caracterização do subsistema económico e na obtenção de datações absolutas, obstáculos evidentes e uma certeza plena de que ainda há muito por realizar.

Este estudo contribui para aumentar a base empírica de uma fase crono-cultural, que, no registo arqueológico disponível, ainda não consegue encontrar respostas às múltiplas perguntas e problemáticas que hoje dominam o debate científico. O Monte da Foz 1 está, a partir de agora, passível de ser discutido e de “participar” nesse mesmo debate.

Por definir está, ainda, o real peso e impacto que as práticas produtivas tiveram sobre o meio ambiente, tanto na margem esquerda do Baixo Tejo, como no resto do território actualmente português. Aumentar o conhecimento acerca da paleoeconomia em contextos geomorfológicos sujeitos a fenómenos pós-deposicionais muito intensos terá que passar pelo recurso a novas técnicas analíticas de distintas áreas científicas. Face à ausência de indicadores directos, afigura-se como indispensável a realização de análises

traceológicas sobre artefactos funcionalmente caracterizados e enquadrados com as práticas agrícolas, como é o caso dos “elementos de foice”.

A avaliação das estratégias de exploração do território obriga à realização de estudos petrográficos sobre as distintas matérias-primas que compõe o conjunto artefactual e de estudos de proveniências que permitam captar trajectórias, esquemas e espaços de circulação, de grupos humanos que detinham uma mobilidade superior às comunidades mesolíticas, “tradicionalmente” nómadas.

A informação cultural que o Monte da Foz 1 e os restantes sítios deste espaço fornecem tem que ser enquadrada no vector Tempo. Para esta área a definição, com estreita precisão, da cronologia do início e do desenvolvimento das diferentes fases da expansão do processo de Neolitização, passa pela obtenção de mais datas absolutas, obtidas, se possível, sobre amostras de vida curta e sobre amostras que se apresentem como indicadores directos das novas práticas económicas.

Cerca de 27 anos depois do artigo de Victor Gonçalves e Suzanne Daveau intitulado “Programa para o estudo da antropização do Baixo Tejo e afluentes: Projecto para o estudo da antropização do Vale do Sorraia (ANSOR)”, alguns dos objectivos/problemáticas mantêm-se, praticamente, idênticas e pertinentes. A caracterização das últimas sociedades de caçadores-recolectores, no que diz respeito à sua origem e desenvolvimento local, e a definição da organização do espaço durante o Neolítico (Gonçalves, Daveau, 1983-84), continuam por aferir, esperando, neste particular, que “este” Monte da Foz 1 funcione como um ponto de partida para a reflexão e evolução do conhecimento científico acerca do processo de Neolitização.

2010, Setembro, Lisboa

César Augusto Neves

Referências bibliográficas

ALARCÃO, J. (2000) – *A Escrita do Tempo e a sua Verdade. Ensaios da Epistemologia da Arqueologia*, Coimbra, Quarteto.

ALDEIAS, V., GASPAR, R. (2006) – “O sítio da Vala Real (Salvaterra de Magos, Santarém): contributo para o conhecimento do Neolítico antigo do Baixo Tejo”. *Do Epipaleolítico ao Calcolítico na Península Ibérica. Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular*, Universidade do Algarve. Promontoria Monográfica 04, p.171-181.

ANDRADE, M. A., CARDOSO, M. S. (2004) – “O sítio pré-histórico da Pedreira do Aires (Ramada, Odivelas): notícia da sua identificação”. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 7:1, Lisboa, IPA, p.137-163.

ANGELUCCI, D. (2003) – “A partir da terra: a contribuição da Geoarqueologia”. *Paleoecologia Humana e Arqueociências. Um Programa Multidisciplinar para a Arqueologia sob a Tutela da Cultura*, J. Mateus e M. Moreno (coord.). *Trabalhos de Arqueologia*, 29, Lisboa, IPA, p.36-84.

ANGELUCCI, D., COSTA, C. e MURALHA, J. (2004) – “Ocupação neolítica e pedogénese médio-holocénica na Encosta de Sant’Ana (Lisboa): considerações geoarqueológicas”. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 7:2, Lisboa, IPA, p.27-47.

ARNAUD, J. M. (1982) – “Néolithique ancien et processus de néolithisation dans le sud du Portugal”. *Archéologie en Languedoc. Actes du Colloque International de Préhistoire*, p.29-48.

ARNAUD, J. M. (1987a) – “Os concheiros de mesolíticos dos vales do Tejo e do Sado: semelhanças e diferenças”. *Arqueologia*, Porto, nº 15, p.53-64.

ARNAUD, J. M. (1987b) – “O Processo de Neolitização e o Fenómeno Megalítico”. *Arqueologia no Vale do Tejo*, Lisboa, IPPC, p.22-23.

ARNAUD, J. M. (1989) – “Os concheiros de mesolíticos dos vales do Tejo e do Sado: semelhanças e diferenças”. *Livro de Homenagem a Jean Roche*, coord. Vítor Oliveira Jorge, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica, p.219-230.

ARMBRUESTER, T. (2006) – “Before the monument? Ceramics with a line below the rim (A preliminary report from Vale Rodrigo 3, Évora)”. *Simbolismo, Arte e Espaços Sagrados na Pré-História da Península Ibérica – Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular*, Universidade do Algarve. Promontoria Monográfica 05, p.53-67.

AZEVEDO, M. T. (2004) – “As mudanças de percurso do Tejo nos tempos modernos. Causas naturais e antrópicas”. *Actas do Colóquio – Evolução Geohistórica do Litoral Português e Fenómenos Correlativos. Geologia, História, Arqueologia e Climatologia*. Universidade Aberta, Lisboa, p.517-567.

AZEVEDO, T. M., FAVARETTO, A. M., MOZZI, P., NICOSIA, C., NUNES, E., SOSTIZZO, I. (2006a) – “Palaeoenvironments of the Tagus Valley during the last 15 KA: Sedimentological Palynological and Micromorphological evidence of the Entre Valas SEV Coring (Santarém, Portugal)”. *Tagus Floods 06 Workshop. Abstract Book*, Lisbon, p.68-70.

AZEVEDO, T. M., NUNES, E., RAMOS, C., PEREIRA, A. R., FREITAS, C. M., ANDRADE, C., PEREIRA, D. (2006b) – “The Tagus River and its Historical Floods (Santarém, Portugal)”. *Tagus Floods 06 Workshop. Abstract Book*, Lisbon, p.64-67.

AZEVEDO, T. M., NUNES, E., RAMOS, C., PEREIRA, A. R., FREITAS, C. M., ANDRADE, C., PEREIRA, D. (2006c) – “Characterization of the Tagus Floodplain Sediments: their importance in the search of channel variations and human impacts over time”. *Tagus Floods 06 Workshop. Abstract Book*, Lisbon, p.82-84.

- AZEVEDO, T. M., RAMOS, C., PEREIRA, A. R., NUNES, E., FREITAS, C. M., ANDRADE, C., PEREIRA, D. (2006d) – “The Geotarif project”. *Tagus Floods 06 Workshop. Abstract Book*, Lisbon, p.11-14.
- BARKER, P. (1977) – *Techniques of archaeological excavation*. London: Batsford.
- BENITO, G (2006) – “Paleoflood and Historical flood records along the Middle Tagus river catchment: climatic and flood hazard implications”. *Tagus Floods 06 Workshop. Abstract Book*, Lisbon, p.35.
- BICHO, N. F. (2006) – *Manual de Arqueologia Pré-Histórica*, Edições 70, Lisboa.
- CALADO, M. (2001) – Da Serra d’Ossa ao Guadiana. Um estudo de pré-história regional. *Trabalhos de Arqueologia 19*, IPA, Lisboa.
- CARDOSO, J. L. (2004) – “Comunidades Humanas da Estremadura à Costa Vicentina, do Pré-Boreal ao final do Atlântico: aspectos arqueológicos, económicos e paleoambientais”. *Actas do Colóquio – Evolução Geohistórica do Litoral Português e Fenómenos Correlativos. Geologia, História, Arqueologia e Climatologia*. Universidade Aberta, Lisboa, p.305-357.
- CARDOSO, J. L., CARREIRA, J. R., FERREIRA, O. V. (1996) – “Novos elementos para o estudo do Neolítico antigo da região de Lisboa”. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, Oeiras, 6, p.9-26.
- CARDOSO, J. L., CARVALHO, A. F. e NORTON, J. (1998) – “A estação do Neolítico Antigo de Cabranosa (Sagres, Vila do Bispo): estudo dos materiais e integração cronológico-cultural”. *Arqueólogo Português*, Série IV: 16, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, p. 55-96.
- CARDOSO, J. L., SILVA, C. T., SOARES, J. (2008) – “A ocupação do Neolítico antigo do povoado do Carrascal”. *Homenagem a Octávio da Veiga Ferreira. Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 16, CM Oeiras, p.247-267.
- CARO BELLIDO, A. (2002) – *Ensayo sobre Cerâmica en Arqueologia*. Agrija Ediciones, Sevilla.
- CARREIRA, J. R. (1994) – “A Pré-História recente do Abrigo Grande das Bocas (Rio Maior)”. *Trabalhos de Arqueologia da EAM*, 2, Colibri, Lisboa, p.47-144.
- CARVALHO, A. F. (1998a) – “O talhe da pedra e a Transição Neolítico-Calcolítico no Centro e Sul de Portugal: tecnologia e aspectos da organização e produção”. *Trabalhos de Arqueologia da E.A.M.*, 3/4, Edições Colibri, Lisboa, p.41-60.
- CARVALHO, A. F. (1998b) – Abrigo da Pena d’ Água (Rexaldia, Torres Novas): resultados das campanhas de sondagem (1992-1997). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 1:2. p.39-72.
- CARVALHO, A. F. (1998c) – *Talhe da pedra no Neolítico antigo do Maciço Calcário das Serras d’ Aire e Candeeiros (Estremadura Portuguesa). Um primeiro modelo tecnológico e tipológico*. Textos Monográficos. Lisboa.
- CARVALHO, A.F. (2003) – “O Neolítico antigo do Arrife de Serra d’Aire: um case-study da neolitização da Média e Alta Estremadura. In GONÇALVES, V., ed. – *Muita gente, poucas antas? Actas do II Colóquio Internacional de sobre Megalitismo*. Lisboa , IPA, p.135-154.
- CARVALHO, A.F. (2004) – “A emergência do Neolítico no actual território português: pressupostos teóricos, modelos interpretativos e a evidência empírica”. *O Arqueólogo Português*, Série IV: 21, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, p.65-150.
- CARVALHO, A.F. (2005) – “As mais antigas sociedades camponesas da Península de Lisboa (c. 5.200 – 4.500 cal BC)”. *Cascais há 5000 anos*, dir. Victor Gonçalves, Câmara Municipal de Cascais, Cascais, p.33-43.

CARVALHO, A.F. (2007a) – “A Neolitização do Portugal Meridional no contexto Mediterrâneo Ocidental do VI Milénio a.C.”. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 15, Câmara Municipal de Oeiras, Oeiras, p.47-77.

CARVALHO, A.F. (2007b) – *A Neolitização do Portugal Meridional: os exemplos do Maciço Calcário Estremenho e do Algarve Ocidental*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade do Algarve. Policopiada.

CARVALHO, A.F. (2008) – “O talhe da pedra na Pré-História recente de Portugal: 1. Sugestões teóricas e metodológicas para o seu estudo”. *Praxis Archaeologica*, 3, Associação Profissional de Arqueólogos, p.167-181.

CARVALHO, A. F.; ZILHÃO, J. (1994) – “O povoado neolítico do Laranjal de Cabeço das Pias (Vale da Serra, Torres Novas). *Actas das V Jornadas Arqueológicas*, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, p. 53-67.

CLOP GARCIA, X. (2002) – “Produccion de Cerâmicas y Funcionalidad durante el IIIer Milénio Cal ANE en el Noreste de la Península Ibérica”. *Análisis funcional: su aplicación al estudio de sociedades prehistóricas.*, CLEMENTE, I.; RISCH, R.; GIBAJA, J., eds., Oxford: British Archaeological Reports.

COELHO, M. (2005) – *Descriptor de Património do RECAPE da A10. Sublanço Carregado (A1) – Benavente. Relatório dos Trabalhos Arqueológicos*. Lisboa, ERA Arqueologia S.A.

DEUS, M. M. (2002) – *Povoamento Neolítico e Calcolítico na região de Montargil*. Dissertação de Mestrado em Pré-história e Arqueologia. Lisboa, FLUL. Policopiado.

DAVEAU, Suzanne (1970) – “Le Bassin Tertiaire du Taje: problèmes d’interpretation Géomorphologique”. *Finisterra*, vol. V, nº10, Lisboa, Centro de Estudos geográficos, p. 291-300.

DAVEAU, Suzanne (1980) – “Espaço e Tempo. Evolução do ambiente geográfico de Portugal ao longo dos tempos pré-históricos”. *Clio – Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*, vol.2, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, p.13-37.

DINIZ, M. (2000) – “Neolitização e megalitismo: arquiteturas do tempo no espaço”. In “Muitas antas, pouca gente? *Actas do I Colóquio Internacional de Megalitismo. Trabalhos de Arqueologia*, Lisboa, IPA, p. 105-116.

DINIZ, M. (2003) – “O Neolítico em Portugal: investigações recentes, problemas e perspectivas. Um contributo”. *Arqueologia e História*. Associação de Arqueólogos Portugueses. Lisboa, p.35-42.

DINIZ, M. (2007) – “O Sítio da Valada do Mato (Évora): aspectos da neolitização no Interior/Sul de Portugal”. *Trabalhos de Arqueologia*, 48, Lisboa, IPA.

DINIZ, M., CARVALHO, A.F. (no prelo) – “O Neolítico antigo em Portugal: 35 anos depois”.

FERREIRA, A. (2005) – *O sítio do Patalim (Montemor-o-Novo) no seu contexto Neolítico*. Dissertação de Mestrado em Pré-história e Arqueologia. Lisboa, FLUL. Policopiado.

FREITAS, J. G., (2006) – “Acções antrópicas na Bacia Hidrográfica do Tejo na época contemporânea: Florestação, correcção torrencial e controlo de cheias”. *Tagus Floods 06 Workshop. Abstract Book*, Lisbon, p. 56-58.

FREITAS, C. M., ANDRADE, C., AZEVEDO, T. M., PEREIRA, A. R., RAMOS, C., NUNES, E., PEREIRA, D. (2006) – “Understanding Late Glacial and Holocene Environmental changes through the sedimentological study of a core (Santarém Region)”. *Tagus Floods 06 Workshop. Abstract Book*, Lisbon, p.85-89.

GASPAR, R. (2005) – *Monte da Foz II. A10 – Auto-estrada Bucelas / Carregado (A1) / A13*. Relatório final entregue ao Instituto Português de Arqueologia. Texto policopiado.

- GIBAJA, J. F; CARVALHO, A. F; DINIZ, M. (2002) – “Traceologia de peças líticas do Neolítico antigo do Centro e Sul de Portugal: primeiro ensaio. In CLEMENTE, I; RICH, R; GIBAJA, J. F., eds. *Análisis funcional. Su aplicación al estudio de las sociedades prehistóricas*. Oxford: British Archaeological Reports (International Series; 1073), p. 215-226.
- GONÇALVES, V. S. e DAVEU, S. (1983-84) – Programa para o estudo da antropização do Baixo Tejo e afluentes: Projecto para o estudo da antropização do Vale do Sorraia (ANSOR). *Clio/Arqueologia, Revista da Uniarch*, vol.1, Lisboa, p. 203-206.
- GONÇALVES, V. S.(1983-84) – Programa para o estudo da evolução das sociedades agro-pastoris, das origens à metalurgia plena, dos espaços abertos aos povoados fortificados, no Centro de Portugal (ESAG). *Clio/Arqueologia, Revista da Uniarch*, vol.1, Lisboa, p. 207-211.
- GONÇALVES, V. S. (1999) – “Algumas notas sobre as Cerâmicas das Antigas Sociedades Camponesas, com alguma especial referência às de Reguengos de Monsaraz”. *V Festa Ibérica da Olaria e do Barro. V Jornadas Ibéricas da Olaria e Cerâmica*, Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, p.7-14.
- GUILAINE, J. e FERREIRA, O. da Veiga (1970) – “Le Néolithique ancien au Portugal”, *Bulletin de la Société Préhistorique Française*, Paris, 67: I, p. 304-322.
- HARRIS, E. C. (1991) – *Princípios de estratigrafia arqueológica*, Crítica, Barcelona.
- HARRIS, Edward C.; BROWN III, Marley e BROWN, Gregory (1993) – *Practices of Archaeological Stratigraphy*, Academic Press.
- KALB, P. (1989) – “O Megalitismo e a Neolitização no Oeste da Península Ibérica”. *Arqueologia*, nº 20, Porto, p.33-48.
- LINK, H. F. (2005) – *Notas de uma viagem a Portugal através de França e Espanha*. Textos, introdução, tradução e notas de FERNANDO CLARA, Biblioteca Nacional, Lisboa.
- LEISNER, G. e LEISNER, V. (1951) – *Antas do Concelho de Reguengos de Monsaraz. Materiais para o estudo da cultura megalítica em Portugal*, Lisboa, Instituto para a Alta Cultura.
- LOPES, G. (2002) – *Carta Arqueológica da Bacia Inferior das Ribeiras de Muge e Alpiarça*. Trabalho apresentado na disciplina de Seminário, Universidade de Évora, exemplar policopiado.
- MATEUS, J. E. (1996) – “Arqueologia da Paisagem e Paleoecologia”. *Al-Madam*, IIª Série, nº5, Centro de Arqueologia de Almada, p.96-108.
- MARTINS, A., RAMOS, C. (1992) – “Elementos para a Análise e Descrição de Produções Cerâmicas”. *Vipasca – Arqueologia e História*, 1, Câmara Municipal de Aljustrel, p.91-101.
- MATOS, A. C. (2010) – “Entrevista concedida a José Saraiva” – *Revista Tabu*, nº185, Lisboa., p.36-39.
- MINISTÉRIO do AMBIENTE (1999) – *Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Tejo* (2 volumes).
- MUNSELL (1994) – *Soil Color Charts*, New York, Gretag Macbeth.
- MURALHA, J. e COSTA, C. (2006) – “A ocupação neolítica da Encosta de Sant’Ana (Martim Moniz, Lisboa)”. *Do Epipaleolítico ao Calcolítico na Península Ibérica. Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular*, Universidade do Algarve, Promontoria Monográfica 04, p.157-170.
- NEVES, C., RODRIGUES, F., DINIZ, M. (2008a) – “Moita do Ourives – um sítio do Neolítico médio no Baixo Tejo (Benavente, Portugal): matérias-primas e cultura material”. *IV Congreso del Neolítico Peninsular (Tomo II)*, MARQ, Alicante, p.216-221.
- NEVES, C., RODRIGUES, F., DINIZ, M. (2008b) – “Neolithisation process in lower Tagus valley left bank: old perspectives and new data”. *Early Neolithic in the Iberian Peninsula: Regional and Transregional Components*, ed. Mariana Diniz, UISPP, Bar International Series 1857, Lisbon, p.43-51.

- PEREIRA, A. R., RAMOS, C., REIS, E., AZEVEDO, T. M., NUNES, E., FREITAS, C. M., ANDRADE, C. (2002) – “A dinâmica da planície aluvial do Baixo Tejo no Holocénico recente: aplicação de métodos de análise geomorfológica e sedimentológica. *Publicações da Associação Portuguesa de Geomorfólogos*, vol. I, APGEOM, Lisboa, p.67-76.
- PEREIRA, A. R., RAMOS, C., AZEVEDO, T. M., NUNES, E., FREITAS, C. M., ANDRADE, C., PEREIRA, D. (2006) – “Geomorphological Assessment of the Middle Tagus alluvial plain”. *Tagus Floods 06 Workshop. Abstract Book*, Lisbon, p.79-81.
- RAMOS, C., REIS, E., PEREIRA, A.R., AZEVEDO, T., NUNES, E., FREITAS, M.C., ANDRADE, C. (2001) – “Late Holocene Evolution of the Lower Tagus Alluvial Plain and Heavy Metals Content: Preliminary Results”. *Cuadernos de Investigación Geográfica*. Universidad de La Rioja, 27, p. 163-178.
- RAMOS, C., PEREIRA, A. R., AZEVEDO, T. M., NUNES, E.(2006) – “Dinâmica fluvial: o caso das mudanças do traçado do Tejo na sua planície aluvial”. *II Congresso da Associação Portuguesa de Geomorfólogos. Ciência e Sociedade*, APGEOM, (II): p.41-48.
- RAMOS, C., PEREIRA, A. R., AZEVEDO, T. M., NUNES, E., FREITAS, C. M., ANDRADE, C., MOZZI, P., FAVARETO, S. (2007) – “Paleoambientes no Médio Tejo desde do Último Máximo Glaciário”. *Dinâmicas geomorfológicas. Metodologias. Aplicação*. Publicações da Associação Portuguesa de Geomorfólogos, vol. V, APGeom, Lisboa, p.191-199.
- RODRIGUES, A. F. (2004) – *Moita do Ourives. Escavação arqueológica no PK 18+400 / 18+425 do lote D da A13*. Relatório final entregue ao Instituto Português de Arqueologia. Texto policopiado.
- RODRIGUES, A. F. (2006) – “Moita do Ourives: um *habitat* do Neolítico médio do Baixo Tejo”. *Do Epipaleolítico ao Calcolítico na Península Ibérica. Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular*, Universidade do Algarve. Promontoria Monográfica 04, p.249-262.
- ROLÃO, J., JOAQUINITO, A., GONZAGA, M. (2006) – “O Complexo Mesolítico de Muge: novos resultados sobre a ocupação do Cabeço da Amoreira”. *Do Epipaleolítico ao Calcolítico na Península Ibérica. Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular*, Universidade do Algarve. Promontoria Monográfica 04, p.27-41.
- SARAMAGO, J. (1991) – *O Evangelho Segundo Jesus Cristo*, edição de 2001, Biblioteca Prestígio, Barcelona (imp).
- SERONIE-VIVIEN, M. R. (1982) – *Introduction à l'étude des poteries pré-historiques*, Siege Social, Bordeaux.
- SILVA, C. T. (1989) – “Novos dados sobre o Neolítico antigo do sul de Portugal”. *Arqueologia*, nº 20, Porto, p.24-31.
- SILVA, C.T., SOARES, J. (1976-77) – “Contribuição para o conhecimento dos Povoados Calcolíticos do Baixo Alentejo e Algarve”. *Setúbal Arqueológica*, Setúbal, II-III, p.179-272.
- SILVA, C. T., SOARES, J: (1980) – “O Neolítico da Comporta”. *Descobertas Arqueológicas no Sul de Portugal*, Centro de História da Universidade de Lisboa e Museu de Arqueologia e Etnografia da Assembleia Distrital de Setúbal, p. 13-17.
- SILVA, C. T., SOARES, J. (1981) – *Pré-história da área de Sines*, Lisboa. GAS.
- SILVA, C. T., SOARES, J. (1984) – “A Estratégia do Povoamento dos Chãos de Sines durante a Pré-História”. *Volume d'hommage au geologue G. Zbyszewski*, Éd. Recherche sur les Civilisations, Paris, p. 393-410.
- SILVA, C. T., SOARES, J. (1987) – “Les commuautés du Neolithique ancien dans le Sud de Portugal”. *Premières Communautés Paysannes en Méditerranée Occidentale. Actes du Coloque International du C.N.R.S. (Montpellier 1983)*, Paris, p.663-671.

- SILVA, C. T., SOARES, J. (2004) – “Intervenção arqueológica no sítio neolítico do Brejo Redondo (Sines). *Musa, museus, arqueologia e outros patrimónios*, Fórum Intermuseus do Distrito de Setúbal, p.83-105.
- SILVA, C. T., SOARES, J., CARDOSO, J. L., CRUZ, C. S., REIS, C. A. S. (1986) – “Neolítico da Comporta: aspectos cronológicos (Datas 14c) e paleoambientais”. *Arqueologia*, Porto, GEAP, p.59-82.
- SILVA, C. T., SOARES, J., CARDOSO, J. L., CRUZ, C. S., REIS, C. A. S. (1989) – “Neolítico da Comporta: aspectos cronológicos (Datas 14c) e paleoambientais”. *Livro de Homenagem a Jean Roche*, coord. Vítor Oliveira Jorge, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica, p.330-353.
- SIMÕES, T. (1999) – “O sítio neolítico de São Pedro de Canaferrim, Sintra. Contribuições para o estudo da Neolitização da Península de Lisboa”. *Trabalhos de Arqueologia*, 12, Lisboa, IPA.
- SOARES, J. (1995) – “Mesolítico-Neolítico na costa sudoeste: transformações e permanências”. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Porto, 35:2, p.27-54.
- SOARES, J. (1996) [2003] – “Para a reconstrução do processo de neolitização em Portugal”. *Ophiussa*, 0, Lisboa, p.39-50.
- SOARES, J. (1997) – “A transição para formações sociais neolíticas na costa sudoeste portuguesa”. *O Neolítico Atlântico e as Orixes do Megalitismo*, Universidade de Santiago de Compostela, p.587-608.
- SOARES, J., SILVA, C.T. (1980) – “neolítico antigo na área de Sines”. *Descobertas Arqueológicas no Sul de Portugal*, Centro de História da Universidade de Lisboa e Museu de Arqueologia e Etnografia da Assembleia Distrital de Setúbal, p. 5-12.
- SOARES, J., SILVA, C.T. (1992) – “Para o conhecimento dos povoados de megalitismo de Reguengos”. *Setúbal Arqueológica*, Setúbal, IX-X, p.37-88.
- SOARES, J., SILVA, C.T. (2000) – “Protomegalitismo no Sul de Portugal: inauguração das paisagens megalíticas”. In GONÇALVES, V., ed. – *Muitas antas, pouca gente? Actas do I Colóquio Internacional de sobre Megalitismo*. Lisboa , IPA, p.117-134.
- SOARES, J., SILVA, C.T. (2003) – “A transição para o Neolítico na Costa Sudoeste portuguesa”. In GONÇALVES, V., ed. – *Muita gente, poucas antas? Actas do II Colóquio Internacional de sobre Megalitismo*. Lisboa , IPA, p.45-56.
- SOARES, J., SILVA, C.T. e GONZALEZ, A. (2004) – “Gaio: um sítio do Neolítico antigo do Estuário do Tejo”. *Actas das I Jornadas de História e Património Local*, C.M.M., p. 37-59.
- SOUSA, F. (1999) – *Introdução ao Desenho Arqueológico*. Câmara Municipal de Almada, Núcleo de Arqueologia e História.
- STUIVER, M.; VAN DER PLICHT, J. (1998) – “Radiocarbon calibration program 1998, Ver. 3.0.” *Radiocarbon*, 40:3 (Special Calibration Issue – INTCAL98).
- TIXIER, J.; INIZAN, M.L.; ROCHE, H. (1980) – *Pré-histoire de la pierre taillée: terminologie et technologie*, 2^o éd. Paris : Cercle de Recherches et d’Études Pré-Historiques.
- VALERA, A.C. (2006) – “O Neolítico da desembocadura do Paleo Estuário do Tejo: dados preliminares do Palácio dos Lumiares (Bairro Alto, Lisboa)”. *Era – Arqueologia, Revista de divulgação científica de estudos arqueológicos*, nº 7, Era – Arqueologia S.A., Dafundo, p.86-108.
- VALERA, A.C., TERESO, J.P., REBUJE, J. (2006) – “O Monte da Quinta 2 (Benavente) e a Produção de Sal no Neolítico Final/Calcolítico Inicial do Estuário do Tejo”. *Do Epipaleolítico ao Calcolítico na Península Ibérica. Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular*, Universidade do Algarve, Promontoria Monográfica 04, p.291-305.

- VIGUÉ, J. (dir.) (1997) – *A Cerâmica*. Coleção Artes e Ofícios, Editorial Estampa, Lisboa.
- WELLS, H. G: (1895) – *A Máquina do Tempo*, edição de 2004, Coleção Geração Público, 18, Porto.
- ZILHÃO, J. (1992) – “Gruta do Caldeirão. O Neolítico Antigo”. *Trabalhos de Arqueologia*, 6, Lisboa, IPPAR.
- ZILHÃO, J. (1993) – “The spread of agro-pastoral economies across Mediterranean Europe: A view from Farwest”. *Journal of Mediterranean Archaeology*, Sheffield, 6:1, p.5-63.
- ZILHÃO, J. (1994) – “A oficina de talhe neo-calcolítica de Casas de Baixo (Caixarias, Vila Nova de Ourém). *Trabalhos de Arqueologia da E.A.M.*, 2, Edições Colibri, Lisboa, p.35-36.
- ZILHÃO, J. (1997) – *O Paleolítico Superior na Estremadura portuguesa*. Lisboa, Edições Colibri.
- ZILHÃO, J. (1998) – “A passagem do Mesolítico ao Neolítico na costa do Alentejo”. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 1: 1, IPA, Lisboa, p.27-44.
- ZILHÃO, J. (2000) - From the Mesolithic to the Neolithic in the Iberian Peninsula. *Europe's First Farmers*, ed. T. Douglas Price, Cambridge, Cambridge University Press, p.144-182.
- ZILHÃO, J; CARVALHO, A. F. (1996) – “O Neolítico do Maciço Calcário Estremenho: cronoestratigrafia e povoamento.” In Actes del I Congreso del Neolitic a la Península Ibérica. *Rubricatum*, I, Museu de Gavà, p.659-671.

Cartografia

- CARDOSO, J. C., BESSA, M.T., MARADO, M.B. (1971) – “Carta dos Solos de Portugal (1:100 000)”. *Separata da Agronomia Lusitana*, vol. XXXIII, Tomos I-IV, Lisboa, p. 481-602.
- SECRETARIA de ESTADO da AGRICULTURA (1972) – “Serviço de Reconhecimento do Ordenamento Agrário”. *Boletim de Solos*, nº12, Lisboa.
- ZBYSZEWSKY, G; FERREIRA, O. V. (1968) – *Carta Geológica de Portugal. Notícia Explicativa da Folha 31-C, escala 1/50 000*, Serviços Geológicos de Portugal, Lisboa.
- (1963) – *Carta Agrícola e Florestal de Portugal. Folha 391, escala 1/ 25 000*, Ministério de Economia e Secretaria de Estado da Agricultura, Lisboa.
- (1963) – *Carta de Capacidade de Uso dos Solos. Folha 31-C, escala 1/ 50 000*, Ministério de Economia e Secretaria de Estado da Agricultura, Lisboa.
- (1963) – *Carta de Capacidade de Uso dos Solos. Folha 35-A, escala 1/ 50 000*, Ministério de Economia e Secretaria de Estado da Agricultura, Lisboa.
- (1963) – *Carta de Solos de Portugal. Folha 31-C, escala 1/50 000*, Ministério de Economia e Secretaria de Estado da Agricultura, Lisboa.
- (1967) - *Carta Geológica de Portugal. Folha 31 – C, escala 1/50 000*, Serviços Geológicos de Portugal, Lisboa.
- Carta Militar de Portugal. Folha 390*, Instituto Cartográfico do Exército, escala 1/25 000 Lisboa, suporte digital.
- Carta Militar de Portugal. Folha 391*, Instituto Cartográfico do Exército, escala 1/25 000, Lisboa, suporte digital.
- Carta Militar de Portugal. Folha 404*, Instituto Cartográfico do Exército, escala 1/25 000, Lisboa, suporte digital.

Carta Militar de Portugal. Folha 405, Instituto Cartográfico do Exército, escala 1/25 000, Lisboa, suporte digital.

Referências on-line

<http://www.publico.clix.pt/> (2005) – “Fecho do rio Sorraia salva culturas da lezíria Grande”. *Jornal Público on-line*.

<http://maps.google.com/>

<http://earthgoogle.com/>

archport@ci.uc.pt

www.igespar.pt